



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 166 TERÇA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 150ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016	5
1.1 – ABERTURA	5
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 40 anos da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	5
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do Senado Federal	6
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	6
1.2.3 – Oradores	
Sr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.....	8
Sr. Roberto Carvalho Veloso, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe	9
Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT	10
Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP	10
Senador Valdir Raupp.....	11
Sr. Paulo Schmidt, ex-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA	12
Sr. Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal – Apresefe.....	13
Srª Rosarita Caron, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região	13
Sr. Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.....	14
Sr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho	16
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	16
1.3 – ENCERRAMENTO	17
2 – ATA DA 151ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2016	18
2.1 – ABERTURA	18
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	18
2.2.2 – Oradores	
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários sobre a PEC 241/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados	18
SENADORA ANA AMÉLIA – Críticas à falta de planejamento estatal e defesa do controle e do equilíbrio das finanças públicas.	25
SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder - Defesa da aprovação do marco legal de simplificação do procedimento de licenciamento ambiental; e outros assuntos.	33
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Manifestação contrária à decisão do STF de proibir a vaquejada no Estado do Ceará.	35
SENADOR ALVARO DIAS – Anúncio da protocolização de requerimento que solicita ao TCU a realização da auditoria da dívida pública do País.....	37
SENADOR PAULO PAIM – Lamento pela não implementação integral dos benefícios previstos no Estatuto do Idoso; e outro assunto	40
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Resiliência na comemoração do dia do nordestino dadas as dificuldades vividas no nordeste.	42
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexões sobre os desafios políticos do País e cobrança de maior responsabilidade fiscal estatal.	44
2.3 – ENCERRAMENTO	49



PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 151ª SESSÃO**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Mensagens do Presidente da República**

Nº 529/2016, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 479/2012, sancionado e transformado na Lei nº 13.344/2016 50

Nº 94/2016 (nº 530/2016, na origem), que encaminha a programação monetária para o quarto trimestre de 2016..... 51

3.1.2 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 100/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 125/2015-Complementar..... 77

3.1.3 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 49/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Telmário Mota, que *acrescenta as alíneas c e d ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho*..... 78

3.1.4 – Requerimento

Nº 741/2016, do Senador Alvaro Dias, de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União na dívida pública interna federal 85

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO 92

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 95

6 – LIDERANÇAS 96

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 99

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 119

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 124

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 177



150ª Sessão, Especial, em 10 de outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 13 minutos e encerra-se às 12 horas e 46 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), nos termos do Requerimento nº 631, de autoria deste Senador e de outros.

Vamos, de imediato, à composição da Mesa.

Convidamos, com enorme satisfação, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Germano Silveira de Siqueira. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Sr. Roberto Carvalho Veloso. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa. *(Palmas.)*

Convidamos também o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), no período 2013 a 2015, Sr. Paulo Schmidt. *(Palmas.)*

Convidamos também o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Sr. João Ricardo dos Santos Costa. *(Palmas.)*

Citamos, no plenário, o Embaixador da República da Eslovênia, Sr. Alain Brian Bergant, a quem eu peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Também o Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF, Sr. Mário Caron. *(Palmas.)*

Ainda, o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Sr. Giovanni Rattacaso. *(Palmas.)*

Também o Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região, Sr. Adelmy Acioli.

Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, Senhora Juíza Rosarita Caron. *(Palmas.)*

Presidente da Associação do Ministério Público do DF e Territórios, Dr. Elísio Teixeira Lima Neto. *(Palmas.)*

Por fim, convidamos a todos, as senhoras e os senhores membros associados e colaboradores da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Convidamos também o pessoal que trabalha aqui na Casa no serviço de limpeza, asseio e conservação. Eles fizeram questão de se fazerem presentes aqui nesta homenagem à Anamatra, porque eles sabem muito bem a posição da Anamatra em relação à terceirização. É quase mais dura do que a minha, que sou o Relator. Por isso, eles resolveram fazer uma homenagem à Anamatra. É com muito carinho que eu quero dar uma grande salva de palmas para eles, esses homens e mulheres que estão aqui de roupa azul. *(Palmas.)*

Se houver algum outro representante de entidade presente, caso não tenha sido citado, por favor, é só encaminhar à Mesa.

Eu cumprimento também o presidente da associação da nossa moçada que está aqui, pois estamos buscando uma saída. Uma empresa, só para resumir – aquilo que eles sempre fazem com os terceirizados: fecharam as portas, foram embora, e não os indenizaram. É a Qualitécnica, no caso de vocês, específico? Há outra meia dúzia de problemas.

Mas o Presidente da Associação aqui da Casa, que faz o bom combate em relação às empresas terceirizadas, é o Peixe. Onde está o Peixe? O Peixe está aí? *(Pausa.)*



Então, uma salva de palmas para o Peixe. (*Palmas.*)

Por favor, sente-se. Você terá oportunidade no momento adequado.

Convido a todos que, em posição de respeito, ouçamos, neste momento, o Hino Nacional.

Peço antes uma salva de palmas para o nosso querido coral do Senado. (*Palmas.*)

É com vocês.

(Procede-se à Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senhores, nós combinamos aqui que toda a Mesa vai fazer uso da palavra e que eu farei, então, um pronunciamento de abertura desta homenagem, em meu nome, em nome da Mesa do Senado e em nome do Presidente Renan Calheiros.

Senhoras e senhores, é com enorme satisfação, na abertura desta sessão do Senado Federal, que, de forma muito justa, faz esta homenagem aos 40 anos da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

A homenagem, senhoras e senhores, atende ao Requerimento nº 631, de 2016, de nossa autoria e de outros, e é, com toda a certeza, das mais justas e oportunas.

Se a carreira de Magistrado do Trabalho, por um lado, é extremamente nobre e gratificante, tem, de outra parte, a característica de exigir de seus membros doses elevadíssimas de empenho, dedicação, renúncia, coragem e sacrifícios.

É uma trajetória desafiadora que tem início na aprovação em concurso público de reconhecida dificuldade; passa por muitos anos de exercício do cargo de juiz substituto; passa pela possibilidade de mudança de Município quando da promoção a juiz titular; passa pelas exigências de aperfeiçoamento constante da qualificação profissional e, acima de tudo, pelo cumprimento de uma rotina de trabalho intensa, das mais exaustivas do serviço público.

Essa questão da carga de trabalho, como bem sabem as senhoras e os senhores aqui presentes, torna-se ainda mais relevante em tempos de crise econômica, como os atuais; tempos em que as elevadas taxas de desemprego fazem com que mais e mais pessoas procurem a Justiça do Trabalho com o objetivo de reivindicar somente os seus direitos. Essa turma aqui no plenário de azul é uma demonstração dessa realidade aqui dentro da Casa.

Em 2015, por exemplo, segundo informações do Tribunal Superior do Trabalho, o número de processos trabalhistas em nosso País foi simplesmente o maior registrado desde que se deu início à série histórica em 1941. Tivemos, no ano passado, 2,6 milhões de processos, o que significou um aumento de 12,3% em relação ao ano anterior.

Mesmo nessas circunstâncias adversas, nossos Magistrados do Trabalho continuaram a atuar em nível de excelência, mantendo a tradição da Justiça Trabalhista de ser uma das mais céleres do Brasil, apesar, eu diria, dos poucos recursos. É uma atuação elogiável, que há 40 anos, senhoras e senhores, vem contando com o decisivo apoio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a nossa Anamatra.

Ao longo de todo esse tempo, a Anamatra buscou – e não poderia ser de outra forma – promover a aproximação, a cooperação e a solidariedade entre os juízes do trabalho, defender e representar os seus interesses e prerrogativas, e lutar pelo crescente prestígio da Justiça do Trabalho.

Mas o que dá um brilho próprio ao trabalho dessa Associação – e isso é reconhecido por todos nós – é que ela não se limitou a ter uma visão apenas corporativista de suas atribuições. Pelo contrário, desde suas origens, a Anamatra procurou sempre estar atenta aos anseios de toda a sociedade brasileira, discutindo os problemas que a afetam e agindo em busca de soluções. Foi isso que ocorreu, por exemplo, quando as próprias garantias da magistratura estavam suspensas, na época do regime militar.

Foi assim em diversas outras ocasiões, como durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte – eu estava lá, fui um Constituinte, e vi o trabalho da Anamatra –, que nos legaram a Constituição cidadã de 1988. No âmbito das discussões, por exemplo, sobre os direitos dos trabalhadores, foi fundamental o papel e a contribuição dos especialistas da Anamatra.

Em todos esses momentos, independentemente de mérito das questões, há de se reconhecer que a Anamatra atuou com o espírito de Nação, com o espírito de todo um povo, mirando, acima de tudo, nos interesses da nossa gente, do povo brasileiro. É dessa maneira que ela continua atuando. E, considerada a atual conjuntura de ameaças eminentes aos direitos trabalhista, é dessa maneira que, mais do que nunca, precisamos que ela siga atuando cada vez mais firme, cada vez mais forte, cada vez mais corajosa.

Confiamos muito na Anamatra. É essa instituição exemplar, senhoras e senhores, que orgulha todo o povo brasileiro, que homenageamos hoje aqui nesta sessão especial do Senado da República, pelos 40



anos dedicados não somente ao aperfeiçoamento da Justiça Trabalhista, mas também e principalmente ao desenvolvimento do nosso País.

Tenho plena convicção de que, ao longo das próximas décadas, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho continuará a exercer suas importantíssimas atribuições com o mesmo patriotismo e a mesma competência demonstrada até a data presente.

Há de se fazer aqui uma reflexão sobre o atual momento do País, ou melhor, temos a obrigação de alertar a população brasileira sobre os dias difíceis que estamos enfrentando e vamos enfrentar. Há um conjunto de medidas assinadas por Deputados, Senadores e pelo Executivo que já estão tramitando nesta Casa. Estão aqui no Congresso, por exemplo, 65 projetos que têm como objetivo retirar direitos e conquistas da nossa gente – e, no meu entendimento, não vou usar o termo que está aqui, criar também problemas para a nossa querida Justiça do Trabalho, porque ela defende toda a nossa gente, que poderá ser atingida por essas flexibilizações como, por exemplo, a terceirização, e está o reflexo aqui nas laterais e no plenário.

Falo das reformas trabalhistas e previdenciárias, dos projetos da terceirização, do negociado acima da lei; dentre outros, da PEC 241, do teto de gastos. Se aumenta o número do desemprego, se querem terceirizar tudo, se querem que a lei não tenha mais valor e tenha valor a negociação, no que isso vai resultar? E, aumentando o desemprego, como diria lá no Rio Grande, enxurradas e enxurradas de ações vão terminar na Justiça do Trabalho.

E a Justiça do Trabalho tem de ter infraestrutura, força e orçamento, para fazer um bom debate e atender, no campo da justiça, a quem de direito: seja empregado, seja empregador.

Sempre que o País não apresenta níveis respeitáveis de crescimento, surgem as antigas propostas: “Vamos acabar com a CLT!”, “Essa CLT está superada!”, “Vamos para as reformas trabalhistas!”, “Vamos mudar a Justiça do Trabalho!”.

Estamos falando em vitórias históricas, como a Justiça do Trabalho, o piso salarial, a carteira de trabalho, o salário mínimo, licença-maternidade, licença-paternidade, adicionais, a Lei das Domésticas.

Jorge Souto Maior, Juiz do Trabalho, disse, em 2007, que “direito trabalhista não é custo para as empresas” e que flexibilizar relações de emprego diminui os salários e não aquece a economia. Não gera um emprego.

A legislação nunca foi um entrave ao desenvolvimento econômico de um país. Se isso fosse uma situação válida, o País já teria um desenvolvimento econômico invejável. Como em outros países que optaram pelo caminho de retirar direitos, o desemprego só aumentou. Atacam também a seguridade, como se ela fosse o principal problema da crise e do desemprego.

O que é seguridade? Saúde, assistência e previdência. Como isso gera desemprego? Não há como. Pelo contrário: quanto mais emprego, mais é abastecido o caixa, por exemplo, da seguridade e da própria Previdência.

Querem que o trabalhador se aposente com 65 anos e, a partir dessa idade, dizem que entra uma escala progressiva do tipo fator previdenciário. A cada vez que o IBGE diz que a expectativa de vida aumentou, aumenta a idade, quando sabemos que a média de vida, por exemplo, no Nordeste, é em torno de 65 anos. Querem desvincular os benefícios do salário mínimo do PIB. Está aí: já acabaram com o Ministério da Previdência.

Conforme estudo anual da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), não há déficit, e, sim, bilhões de superávits. Isso mostramos todos os dias da tribuna desta Casa.

Faço uma pergunta a este Plenário para a reflexão de todos nós: a quem interessa o discurso de terra arrasada? Quem serão efetivamente os beneficiários dessas ditas reformas, que aqui eu dei uma pincelada? Com certeza, não serão os trabalhadores; com certeza, não serão os aposentados; com certeza, não serão os servidores públicos; com certeza, não será o povo brasileiro.

Chamam isso de modernização, mas, na verdade é um retrocesso, ou seja, negação de direitos mínimos da dignidade humana.

Rapidamente, vejamos a proposta que já citei do negociado sobre o legislado. Vale o acordo entre as partes? Será que vamos chegar, no Brasil, a algo como os trabalhadores do Mississipi, que estiveram aqui me visitando e disseram-me que, lá, em uma grande montadora, é trabalho-hora. Sabem o que está por trás disso tudo? O trabalhador presta tantas horas, vai para casa e fica esperando ser chamado. Ele ganha por aquelas horas somente. Depois, ele é chamado, numa outra oportunidade, para ganhar por aquelas horas.

E aqui há um projeto chamado “trabalho intermitente”, que vai exatamente na mesma linha: salário-hora.

Enfim, eu quero abreviar aqui a minha fala, mas sou Relator do PL 30. Eu não quero que mais de 40 milhões de brasileiros que são celetistas fiquem numa situação como eu tenho visto por todo o Brasil. Eu fui aos 27 Estados. A Anamatra esteve na maioria, com os seus representantes. E nós vimos a realidade de como são tratados os trabalhadores terceirizados neste País.



Se aqui dentro – refiro-me a você, Peixe, porque você me mostrou já –, se aqui dentro do Congresso são tratados assim, a empresa fecha, vai embora e não paga, aqui dentro, Câmara e Senado, não é só Senado, é Câmara e Senado, as empresas fecham, vão embora e não pagam os trabalhadores, calculem lá numa metalúrgica, lá numa empreiteira, lá no comércio. Se for aplicado isso para todos... Petrobras... Por isso estamos aqui, e o meu relatório não será favorável à terceirização da atividade-fim.

Não vou entrar nos números aqui, que os senhores conhecem. Em cada dez acidentes com sequelas, oito são de empresa terceirizada. A cada cinco mortes no trabalho, quatro são de empresa terceirizada. O salário em média é 30% a 40% a menos do que na empresa matriz. A maioria das ações na Justiça ninguém tem dúvida de que são de empresas terceirizadas.

Por fim, quero concluir o meu pronunciamento.

Atacar a Justiça do Trabalho é atacar os direitos dos trabalhadores; é agredir o Estado democrático de direito social.

Confesso que fiquei preocupado. Fiquei preocupado, porque nós estávamos preparados para garantir uma estrutura maior para a Justiça do Trabalho, quando veio um pedido do Tribunal Superior do Trabalho, do seu Presidente, com quem, claro, vamos conversar – não estou aqui fazendo nenhuma acusação. Fiquei preocupado quando o Ministro Ives Gandra, do Tribunal Superior do Trabalho, pediu ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a retirada de 32 projetos que criam cem varas do trabalho, 200 vagas para juízes, 8 mil vagas para servidores. Eu acho que isso não é bom, eu diria. Estou aqui mudando as palavras que até a Consultoria botou no pronunciamento. Não é bom. Vai totalmente contra tudo aquilo que estamos falando aqui. Se há milhões de ações na Justiça, em vez de eu estruturar a Justiça do Trabalho para que ela julgue...

Nós só queremos que julgue, a favor ou contra. O que não pode é o trabalhador ficar sonhando por cinco, dez, quinze anos que vai vir uma decisão. Estou exagerando, claro, para mostrar. Os senhores estão conseguindo assim mesmo responder.

Então essa estrutura, quando foi pedida para o Congresso, foi em cima de números e dados. Ninguém ia mandar para cá pedindo 200 vagas para juiz, 8 mil vagas para servidores, cem varas, se não fosse necessidade da estrutura da Justiça do Trabalho. Se a gente fala que há milhões de ações tramitando, a quem interessa não dar estrutura para que a Justiça do Trabalho opere com a maior rapidez possível? Aos trabalhadores e à população é que não é; eles serão prejudicados. Quanto mais demora uma ação na Justiça, o benefício vai para quem? Vai para o devedor, ou seja, para o empregador. E o prejuízo fica com quem? Com quem tem a receber, ou seja, o empregado, o trabalhador, não é, Peixe?

Sempre digo que a nossa legislação, queira ou não, ainda garante padrões mínimos para uma vida digna às pessoas. Ela sensibiliza e humaniza a relação capital e trabalho.

Temos aí a PEC nº 241, que limita, por 20 anos, os gastos públicos da União, além de desestruturar o Estado brasileiro e acabar com a proteção social. Não vou detalhar, mas fica aqui para a história o meu pronunciamento, em que eu cito o que vai acontecer se essa PEC for aprovada. Mas só dois números: se a PEC existisse nos últimos 20 anos, o salário mínimo hoje seria R\$550, e não R\$880; o orçamento da saúde, se tivesse sido aplicado como querem daqui para a frente, em 20 anos, 28 anos para trás, não seria de 102 bi, mas, sim, de 65. Nós perderemos praticamente a metade dos investimentos na área social se isso acontecer.

Por isso, minha querida Anamatra, aproveitei este momento para falar um pouquinho sobre a conjuntura. E chego cada vez mais à conclusão: nos últimos tempos, nós criamos mais de 60 frentes mistas, Câmara e Senado, para defender o trabalhador rural, o servidor público, aprofundar a dívida cidadã, o terceirizado, contra a terceirização, contra o negociado sobre o legislado. Em resumo, não vou citar todas, acharia muito, muito interessante que a gente unisse todas as forças naquilo que eu chamo de “Frente Ampla Brasil”, independentemente da questão ideológica ou de partido político, para resistir e defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a Justiça do Trabalho, a população brasileira, inclusive para propor alternativas para um verdadeiro projeto de nação para todo o nosso povo.

Termino dizendo só: vida longa, vida longa à Anamatra! Vida longa, vida longa à Justiça do Trabalho! (Palmas.)

Vamos, de imediato, passar a palavra, pelo acordo aqui da Mesa, ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Sr. João Ricardo dos Santos Costa.

O SR. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA – Inicialmente gostaria de saudar o Senador Paulo Paim e registrar aqui o reconhecimento à magistratura brasileira, pelo seu trabalho histórico em prol dos trabalhadores brasileiros. Quero saudar também um companheiro de muitas lutas, o Presidente da Anamatra, Germano Silveira de Siqueira, neste momento solene de aniversário de 40 anos da Anamatra. Quero saudar também o Presidente da Ajufe, Roberto Carvalho Veloso; o Presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa; e o ex-Presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, há pouco tempo também associado a nós nas lutas pelas garantias



e prerrogativas da magistratura brasileira. Quero saudar também todos os demais presidentes e dirigentes associativos, os magistrados aqui presentes, nossas trabalhadoras e trabalhadores aqui que vêm prestar essa justa homenagem à Anamatra.

Eu gostaria de, nesta homenagem, registrar a importância da magistratura trabalhista para o País, principalmente em momentos como este, de grande crise, em que aumenta o desemprego, aumenta a demanda por justiça social. Neste exato momento em que isso acontece, a reação do Governo e da classe política é exatamente buscar a desestruturação das instituições que são apropriadas e constitucionalmente direcionadas para assegurar esses direitos.

É com maior perplexidade que nós percebemos que o chefe do Poder atravessa a Praça dos Três Poderes para vir aqui pedir que essas estruturas que são fundamentais para a República cessem de avançar, de se instrumentalizar para enfrentar a demanda por justiça social no País.

É inconcebível que o Presidente do TST não tenha a dimensão da importância da Justiça do Trabalho e não tenha a dimensão das consequências sociais para o País ao diminuir a estrutura ou obstaculizar o avanço da estrutura do Direito do Trabalho.

Este momento de homenagens também é o momento de deixar registrado esse protesto, essa indignação da magistratura brasileira. A AMB também tem, nos seus quadros, juízes trabalhistas, que têm uma participação fundamental na nossa entidade.

Temos na Anamatra uma grande parceira e o reconhecimento da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho como uma entidade de vanguarda na luta por esses direitos sociais e na luta pela estruturação da Justiça do Trabalho. Muitos dos retrocessos que poderiam ter acontecido não aconteceram graças à atuação firme da Anamatra. Fica aqui também o testemunho da AMB.

Muito obrigado.

Como disse o Senador Paim, meu contrerrâneo, vida longa à Anamatra.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Junto conosco, o Presidente da Anfip, o líder Romero, que vai também usar a palavra conforme já combinamos.

Passamos a palavra agora ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Sr. Roberto Carvalho Veloso.

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – Sr. Presidente e signatário da presente sessão, Senador Paulo Paim; Ex^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Germano Silveira de Siqueira; Presidente da ANPT, Ângelo Fabiano; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho no período de 2013 a 2015, colega Paulo Schmidt; assistência aqui presente, a Ajufe, que é a Associação dos Juízes Federais do Brasil, fica muito honrada por participar hoje desta homenagem à Anamatra, em comemoração aos seus 40 anos de existência. Nós sabemos como é difícil enfrentar a luta associativa, principalmente em uma situação como a que nós vivemos atualmente, de crise, mas uma crise que não foi feita por nós trabalhadores e servidores públicos.

Eu vejo aqui os terceirizados comparecerem a esta sessão. E esse comparecimento, colega Germano, é o atestado da justeza da existência da Justiça do Trabalho no Brasil. (*Palmas.*)

Essa presença espontânea desses nossos trabalhadores indica justamente que a Anamatra está no caminho certo e que a Justiça do Trabalho está no caminho certo.

O que seria do Brasil se nós não tivéssemos a Justiça do Trabalho para amparar os trabalhadores brasileiros?

E eu quero dizer mais a respeito de todas essas medidas sobre as quais o Senador Paulo Paim acabou de falar, principalmente a PEC 241, que nos causa uma perplexidade, porque estão querendo que os trabalhadores paguem a conta daquilo por que eles não são responsáveis.

O Brasil é um país que tem uma corrupção sistêmica. Segundo estudos da Federação das Indústrias de São Paulo, são desviados anualmente R\$69 bilhões a título de corrupção. Mas vejam: há muito a ser apurado, porque os denunciados da Operação Lava Jato – nós damos todo o apoio necessário para que ela continue – são acusados de terem recebido R\$6,4 bilhões de propina. Esse valor representa apenas 10% do que seria a corrupção no Brasil em um ano.

Então, quando nós vemos que a PEC 241 quer justamente aniquilar ou quer justamente prejudicar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARVALHO VELOSO – ... as instituições encarregadas dessa apuração – no caso, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário –, nós vemos que isso tem um objetivo mais à frente, que é impedir que esses 90% ainda não investigados fiquem no ralo do esquecimento.



Por essa razão, nós da Associação dos Juizes Federais, juntamente com a Anamatra, com AMB e com todas as entidades que compõem a Frente Associativa, somos contra a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição chamada de PEC 241.

E nós queremos aqui, mais uma vez, colega Germano, parabenizar a Anamatra. Também faço coro com aqueles que me antecederam: viva a Anamatra, viva a Justiça do trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Dr. Roberto Carvalho Veloso.

Eu chamo, neste momento, o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa.

O SR. ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia, senhoras e senhores.

Quero saudar o nobre Senador Paulo Paim, nosso guardião e guerreiro dos direitos dos trabalhadores aqui, no Congresso Nacional, sempre parceiro das associações – Anamatra, ANPT e todas as outras da magistratura e do Ministério Público.

Quero saudar o Presidente da Anamatra, meu amigo Germano Silveira de Siqueira; o Presidente da Ajufe, meu amigo Roberto Carvalho Veloso; e o sempre Presidente da Anamatra, sobretudo no período de 2003 a 2015, meu amigo Paulo Schmidt.

Quero dizer inicialmente que é um momento de alegria para a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho poder estar, neste momento, utilizando de voz para comemorar os 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, uma associação que foi criada especialmente para defender direitos, interesses, prerrogativas e garantias da magistratura do trabalho, mas que hoje tem um papel social fundamental no crescimento da sociedade brasileira e dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Eu, particularmente, meus amigos magistrados do trabalho, guardo um intenso e imenso carinho pela magistratura do trabalho brasileira não apenas por admirar a nobre função desempenhada por V. Ex^{as}, mas por ter amigos lá, na magistratura, por ter uma irmã que é Juíza do Trabalho e que me fez seguir passos para alçar essa minha empreitada no Direito do Trabalho, e também pela parceria que nós temos hoje com a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, seja por meio da Frente Associativa da Magistratura do Ministério Público, seja por meio da nossa pauta comum, Dr. Germano, que temos cotidianamente aqui desempenhado, enfrentado, sobretudo neste momento de intensa dificuldade com que temos atravessado essas lutas diárias contra o retrocesso social.

Eu já manifestei, no ato da semana passada, mas não poderia deixar de reforçar a nossa solidariedade com a magistratura do trabalho pelo ato intempestivo e, de certa forma, inconsequente do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho em solicitar, *sponte propria*, individualmente, a retirada de 32 projetos que visavam o crescimento da Justiça do Trabalho, com essas mais de cem varas, e mais de 200 juizes, e mais de 8 mil servidores da Justiça do Trabalho.

Nós temos visto que a Justiça do Trabalho tem sido alvo de intensos ataques. E o Ministério Público do Trabalho, por oficiar junto à Justiça do Trabalho, sabe da importância e é parceiro da Justiça do Trabalho em qualquer tipo de luta que vise evitar o seu retrocesso.

Então, deixo o meu abraço, parabenizo os colegas da Magistratura do Trabalho, parabenizo os Diretores da Anamatra, nas pessoas do seu Presidente Germano, do Vice-Presidente Guilherme e do Diretor de Assuntos Legislativos, meu amigo Colucci, Maria Rita, Ana Cláudia e todos os demais colegas da Diretoria e magistrados do Trabalho, desejando e parafraseando o Senador Paulo Paim: vida longa à Anamatra e vida longa à Justiça do Trabalho brasileira!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Convido o Sr. Vilson Romero, Presidente da Anfip, para fazer uso da palavra.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Senador Paulo Paim, muito me honra fazer parte desta cerimônia em homenagem aos 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, a quem eu saúdo na pessoa do seu Presidente, Germano Siqueira.

Acima de tudo se percebe, Srs. Magistrados que nos honram com a presença, que este é o grande momento em que, com certeza, a Magistratura do Trabalho vai ter uma presença marcante na sociedade brasileira em defesa do direito do trabalhador, do direito daquele que hoje está sendo ameaçado de ser vilipendiado em suas conquistas, com inúmeras medidas restritivas de direitos. E nós vemos que, tanto no que diz respeito à própria legislação trabalhista quanto, paralelamente, à legislação previdenciária, teremos a possibilidade, se prosperar o que está sendo sinalizado e anunciado, de grandes ataques a esses direitos e a essas conquistas. Tanto ao prosperar a possibilidade do negociado sobre a legislado quanto na reforma



previdenciária, que atinge frontalmente, pelo que está sendo sinalizado pelo atual Governo, direitos ao longo do tempo solidificados pela cidadania brasileira, nós nos preocupamos. Em especial nesses tempos de ajuste fiscal, quando colocam a conta do desgoverno de anos sobre os ombros principalmente dos programas sociais e de quem é por eles beneficiado e dos servidores públicos, do serviço público em geral.

Percebe-se que, a par disso, não se cobra a astronômica dívida ativa federal, que já beira mais de R\$1 trilhão, R\$1,200 trilhão. Só no âmbito previdenciário são quase R\$374 bilhões que são recursos sonegados à população, à Previdência e aos aposentados. E, na realidade, o Governo, em vez de agilizar essa cobrança, em vez de trabalhar definitivamente para que esses recursos voltem a quem de direito, continua sinalizando com a penalização e com a retirada de programas sociais ou restrição de recursos para esses programas sociais.

Por isso será importante não só para a Magistratura do Trabalho, mas também para a Magistratura brasileira na atuação fundamental, neste momento em que saudamos o 28 de setembro de 1976, quando, naquela época, se reuniram os Presidentes das Associações de Magistrados do Trabalho da 1ª Região, o saudoso Juiz Paulo Cardoso de Melo Silva, da 2ª Região, Juiz Aluysio Mendonça Sampaio, da 4ª Região, Juiz Ronaldo José Lopes, da 6ª Região, Juiz José Ajuricaba da Costa e Silva, que juntamente com os Professores Coqueijo Costa, Mozart Victor Russomano e José Luiz Ferreira Prunes, fundaram essa grande associação que se consolida na defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores brasileiros.

Longa vida à Anamatra!

Muito honra à Anfp se ombrar nesta homenagem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wilson Antonio Romero.

De imediato, passo a palavra, para falar em nome dos Senadores, ao Senador Valdir Raupp, já que eu falei em nome da Mesa.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, caros convidados, entre as grandes frases proferidas pelo pensador Auguste Comte, pai da Sociologia, há uma que considero bastante pertinente para a ocasião desta sessão solene em homenagem aos 40 anos da Anamatra, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. “A liberdade é o direito de fazer o próprio dever”, disse Comte do alto de sua sabedoria.

Tal pensamento nos remete à gênese da Anamatra, em 1976, no período mais sombrio da ditadura militar. Estava em plena vigência o famigerado Ato Institucional nº 5, que implantou um estado de terror e suspendeu direitos e garantias fundamentais, entre as quais as garantias da magistratura.

Naquele contexto, a decisão de fundar a Anamatra representou um grito de liberdade em meio ao silêncio da injustiça. A luta dos magistrados do Trabalho era pelo direito de fazer o próprio dever. O dever de qualquer magistrado é o de lutar contra a injustiça. E se deparar com a injustiça, infelizmente, era – e ainda é – uma situação frequente para os que militam no Direito do Trabalho – trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão, exploração pelo poder econômico, ausência de direitos do trabalhador e inobservância dos direitos legais. Se todas essas mazelas persistem até hoje, o que dizer da situação de 40 anos atrás?

Há 40 anos, a remuneração dos magistrados da Justiça do Trabalho era inferior a de seus colegas de outros ramos do Direito. As condições para o exercício da magistratura eram precárias. Ao lutar pelos direitos de os juízes cumprirem o seu dever, a Anamatra estava também lutando pelo direito de todos os trabalhadores brasileiros.

Existe uma relação direta entre a consolidação da Justiça do Trabalho e a universalização dos direitos do trabalhador. E este é um processo permanente, uma construção que nunca termina, pois, a roda da História sempre nos apresenta novos desafios.

Nosso País atravessa um período que já vem de tempos, no qual o direito do trabalho vem sendo constantemente desafiado. A evolução tecnológica e o fenômeno da globalização afetam o mercado e as relações de trabalho de maneira jamais vista.

Antigos modelos se mostram insuficientes, exigindo uma evolução da sociedade, em especial, uma evolução da lei. É exatamente, neste ponto, que os Poderes Judiciário e Legislativo se encontram. Já diz a nossa Constituição que os Poderes têm que ser independentes, porém, harmônicos.

Precisamos estar em sintonia na produção e na aplicação do novo Direito do Trabalho, para dotar nosso País das condições necessárias para um crescimento econômico cada vez mais sustentável e cada vez



menos dissociado da busca pela justiça social. Algumas reformas deverão ser feitas ainda este ano, no nosso País, no Congresso Nacional. Talvez reformas até impopulares, mas com o objetivo de voltar o nosso País a um crescimento econômico suficiente para poder dotar melhor as nossas instituições e dar mais direito aos trabalhadores.

A Anamatra teve, tem e terá um papel destacado em tal processo. E tenham todos certeza...

(Soa a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... de que a Anamatra terá, no Congresso Nacional, um aliado leal e infatigável! Lutaremos juntos por nossa liberdade, pelo direito de fazer o que é o nosso dever: o dever de cumprir a nossa missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Valdir Raupp, a sua fala comenta o debate que teremos, daqui para frente, com as reformas. E a Anamatra estará sempre mediando, construindo e contribuindo.

Queria chamar agora, falando em nome dos ex-Presidentes da nossa querida Anamatra, o ex-Presidente Paulo Schmidt.

O SR. PAULO SCHMIDT – Prezados Senador Paulo Paim; Senador Valdir Raupp; meu colega Germano; Ângelo, Presidente da ANPT; meu caro amigo da Anfip; Srs. colegas e amigos que estão presentes nesta sessão solene, coube-me o honroso papel de falar em nome dos ex. Ex já é uma coisa meio passada. Então, a gente fala com certa liberdade.

Eu gostaria, em primeiro lugar, honrando os longos anos de dedicação às causas populares, de fazer aqui um registro e um agradecimento ao Senador Paim. É o primeiro registro que eu gostaria de fazer a quem eu conheci ainda metalúrgico, na Forjasul, enquanto eu trabalhava no Senai, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, algumas vezes abrigados naquela nossa casa. Paim nunca renegou o seu passado, nem os ideais das causas pelas quais brigou a vida inteira. Essas sessões que tratam de temas populares, que tratam de temas sociais, são a cara – desculpe, Senador –, a cara do Senador Paim, identificado com elas. Esse é o primeiro registro que eu gostaria de fazer.

O segundo: em tempos de ajuste fiscal, para dizer o menos, eu não consigo compreender, tal qual o nosso Presidente da Anfip, o porquê de os grandes devedores, em execuções fiscais, deverem já em processos que demandam no Judiciário R\$1,2 trilhão.

A outra pergunta, que nós deixamos de fazer ao longo dos últimos anos, a qual não consigo também compreender: por que deixamos de combater esses juros pornográficos praticados no País? E por que nunca mais se falou na cobrança da dívida, impagável, que o País paga há décadas, quem sabe há séculos? E não chegamos nunca a compreender que a real causa das mazelas da Nação brasileira, do Estado brasileiro, está nesses três pontos: juros, dívida e pagamento de dívida.

O terceiro registro que eu gostaria de fazer é que a reforma da legislação trabalhista, e aqui me dirigindo aos trabalhadores da Casa, o negociado sobre o legislado é mais ou menos assim definido: o condenado vai discutir com o algoz o tamanho da corda com que ele vai ser enforcado. Essa é a simbologia disso de que estamos falando.

E, por fim, imagino que, no longínquo 2056, daqui a 40 anos, quando este dia de hoje for lembrado, será registrado que, em 10 de outubro de 2016, numa sessão solene, o Plenário do Senado...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO SCHMIDT – ... foi ocupado pelos trabalhadores precarizados da Casa, como prova viva de que a causa social é uma causa permanente e histórica e de que nós precisamos juntar forças.

A Anamatra definiu, lá atrás, no seu Estatuto, dizer que os juízes precisam de um sindicato para cuidar das suas coisas.

Então, a Anamatra também dá atenção àquelas que são as demandas dos juízes.

Nós também temos problemas de condições de trabalho, salário achatado, e assim por diante. Mas o Estatuto também diz: olhai também as causas sociais, aquilo que a população mais necessitada tem de garantia para o exercício da sua cidadania. A Anamatra vem fazendo isso e espero que continue fazendo.

Vida longa à Anamatra!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Este foi o Juiz Paulo Schmidt, que falou em nome dos ex-Presidentes da Anamatra.

Eu citei aqui o Peixe. Mas o nome dele – Peixe, quem diria, estou sabendo hoje, hein! –, que é o Presidente



da Associação dos Funcionários da Casa, é Waldemiro Livingston de Souza. Isso é nome de embaixador, de diplomata.

Mas eu queria muito, pessoal, com essa descontração, permitir que o Peixe use cinco minutos para agradecer à Anamatra, ao Ministério Público do Trabalho. Nós nos reunimos diversas vezes para buscar soluções para as questões dos terceirizados aqui, da Casa. Ele é o Presidente da Associação dos Terceirizados.

O SR. WALDEMIRO LIVINGSTON DE SOUZA “PEIXE” – Em primeiro lugar, eu cumprimento a todos.

É com muita honra que estou nesta tribuna para falar. Primeiramente, é com muita alegria, porque Ana é o nome da minha avó, e, com esse monte de letras, ao final, tudo se juntou. Eu parablenizo a Anamatra nessa questão que nós estamos vivendo, de crise.

Por isso, eu, como um líder, como o Presidente da Associação aqui, fico pensativo, porque a crise gera justamente aquilo de que mais a Anamatra trata: um processo. E, na caminhada desse processo, nós estamos procurando a solução, aonde ele chega, nos tribunais, que são muito importantes nessa questão. Nessa questão nós estamos vendo vocês como o livro maior que existe para nos reger, a Bíblia, como fazem os homens da capa preta. Quando nós não conseguimos solucionar, juntar no meio todas as soluções, correndo para todos os lados, nós acabamos nos tribunais.

Então, nos tribunais – e eu falo para todos vocês –, Deus é o mais importante nesta questão. Feliz da Nação cujo Deus é o Senhor! Se não for o Senhor, se não for Deus, nada, nem esta reunião estaria acontecendo.

Então, cada um que tenha, na sua vocação, o seu Deus que pense nisso! Estamos vivendo um tempo de crise. E eu tenho certeza de que os seus tribunais vão estar abarrotados de processos.

Eu não queria que acontecesse isso. Mas é a questão. Infelizmente, é pelo que estamos passando, na confiança neste Congresso, junto com o Senador Paulo Paim, e os demais Senadores e da Presidência. É praticamente mais uma luta incansável. Talvez mais 40 anos de luta pela frente é o que nós vamos ter aí.

Contamos com todos vocês nesta luta, para que alcancemos o objetivo e o êxito! E o mais importante: atrás de cada crise, na certeza de um Deus, nós temos a vitória. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Conforme entendimento aqui na Mesa... porque, em toda sessão que eu presido, o que acontece? O pessoal fala: “Paim!”, aí eu já olho para o lado. Quando dizem: “Paim”, eu já olho para o lado. “Não há uma mulher nesta Mesa? Nenhuma mulher vai falar?”

Então, eu quero convidar uma juíza do plenário a usar a palavra. Parece-me que a Juíza Rosarita Caron gostaria de falar, ou abriu mão. Mas ela vai usar a palavra em nome das mulheres e dos homens. *(Palmas.)*

O Presidente lembra aqui que a Srª Juíza Rosarita Caron é Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal e Tocantins.

A SRª ROSARITA CARON – Bom dia, Presidente Paim!

Bom dia a todos!

Eu fico muito honrada de poder falar nesta tribuna. Realmente, a Mesa só tem homens, mas existem várias juízas, Maria Rita, Ana Cláudia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estiveram com a gente nos debates sobre trabalho escravo nos Estados.

A SRª ROSARITA CARON – Nos Estados.

Hoje em dia, e é concurso público, a maioria das vagas são juízas do trabalho que ocupam. Por coincidência, os representantes são homens. Mas a maioria hoje é mulher.

E eu fico muito honrada de poder falar hoje nesta tribuna, Senador Paim, e agradecer a V. Exª pela homenagem que V. Exª está fazendo à Anamatra. Porque, realmente, a Anamatra faz a diferença no País para o Direito do Trabalho. E fiquei muito feliz e até emocionada de ver os terceirizados ocuparem a Casa para nos homenagear. *(Palmas.)*

Porque é para vocês que a Justiça do Trabalho existe, é para o direito social que a Justiça do Trabalho existe. É por ela que nós lutamos, por ela a Anamatra existe. Como disse o nosso ex-Presidente Paulo Schmidt, no nosso estatuto está a luta pelo direito social. É pelo direito social que a Justiça do trabalho caminha.

E eu agradeço muito à Anamatra por esses 40 anos de luta. E tenho certeza de que nós vamos continuar lutando, e não pelos nossos direitos apenas, os nossos direitos corporativos, mas pelo direito de todos vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero convidar a senhora a sentar aqui à Mesa.

Por fim, nós vamos passar a palavra agora para o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, Sr. Germano Silveira de Siqueira.

E, mais uma vez, eu refiro-me à Anamatra, convidando você a usar a tribuna, que todos os debates que



nós fizemos, nos 26 Estados mais o DF, a Anamatra sempre se fez presente. E diga-se de passagem: na maioria das vezes eram mulheres.

Ela participou de diversas. Como é o nome dela?

A SRª ROSARITA CARON (*Fora do microfone.*) – Maria Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Rita.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Boa tarde, boa tarde a todos.

Sr. Senador Paulo Paim, os que já estiveram na Mesa e os que estão, meus cumprimentos; quero cumprimentar os Srs. Senadores que estiveram aqui na pessoa do Senador Paulo Paim; também os presidentes das entidades que aqui estiveram, Presidente da AMB, João Ricardo; o Roberto Veloso; os demais colegas da Frente Associativa que estiveram aqui e que ainda estão, o Giovanni Rattacaso, que ali está, meu especial cumprimento; colegas diretores da Anamatra que aqui estão, Colussi, Maria Rita, Ana Cláudia, Paulo Boal, meu especial cumprimento também. O Guilherme Feliciano esteve até agora há pouco, mas teve que se retirar.

Quero também fazer um especial cumprimento aos funcionários da Anamatra, estão todos aqui que são o corpo perene da Anamatra. Para mim, é uma alegria muito grande que hoje eles estejam aqui conosco. (*Palmas.*)

Minhas senhoras e meus senhores, a Anamatra, na verdade, completou os 40 anos no dia 28 de setembro, mês passado, portanto. A Anamatra é hoje uma entidade que congrega pouco mais de quatro mil magistrados. Foi fundada – e aqui já foi referido – em um período muito duro, nos chamados Anos de Chumbo. O Senador Valdir Raupp falou aqui do período em que vigorava ainda o Ato Institucional nº 5.

Mas os colegas Magistrados, à época, especialmente da Anamatra do Rio de Janeiro, da Anamatra de São Paulo, do seu Rio Grande do Sul, de Pernambuco, resolveram, então, constituir uma entidade de caráter nacional. Foi ali, logo após, no mês posterior àquele acidente de Juscelino Kubitschek, também quando morreram em uma emboscada, naquele mesmo ano, três militantes do Partido Comunista do Brasil. Não era um ano fácil; era um período absolutamente conturbado, um ambiente hostil em que havia também aquela Lei Falcão, que não permitia sequer campana eleitoral, mas os colegas resolveram constituir esta entidade, que hoje tem um vigor indiscutível.

O nosso primeiro Presidente foi do Rio Grande do Sul também, o então Juiz Ronaldo Leal, que depois veio a presidir o Tribunal Superior do Trabalho. Houve dificuldades iniciais na entidade, próprias de um momento da época, mas também de crescimento de uma entidade de caráter nacional.

A Anamatra, então, de lá para cá, tem criado condições de se estruturar de forma diferente. E a luta da entidade é claramente com uma visão – que alguns consideram corporativa – destinada também a defender o direito do trabalho e a justiça do trabalho. Mas vai além. É um compromisso claro da entidade defender a dignidade da pessoa humana, os valores democráticos, a moralidade pública, a independência dos Poderes também, conforme determina o seu próprio Estatuto. Não é a vontade de um presidente de plantão ou de um determinado congresso ou uma reunião de diretoria; é o próprio estatuto que determina que a entidade se porte dessa maneira.

Dessa forma, Sr. Presidente, além dos direitos sociais, a Anamatra tem se preocupado também com o enfraquecimento da magistratura ao longo dos anos. E esse recorte é importante deixar consignado, porque, há pouco, no plenário deste Senado, tivemos uma tentativa de enfraquecimento na questão remuneratória da magistratura e do Ministério Público também, quando um projeto de lei que estava agendado, costurado, discutido e acordado foi, na última hora, aos 48 minutos do segundo tempo, boicotado aqui no plenário do Parlamento do Senado Federal.

É importante registrar isso, porque há em curso no País o que já foi muito dito aqui: reinventar um modelo de Estado, que vai passar desde as questões que envolvem enfraquecer a magistratura e o Ministério Público, pelo viés de uma política remuneratória, até aquele famoso PL de que já falamos com o Senador Paim, de nº 280, que trata do crime de responsabilidade. É um projeto que pretende calar o Ministério Público e intimidar a magistratura, prometendo perda de cargo. Vejam só.

Mas não é apenas isso. Vem de lá ou de quem está remodelando o Estado a PEC 241 – aí, realmente, entramos neste assunto momentoso –, vem a reforma da Previdência e vem a reforma trabalhista, para ficar só aí, o que não é pouco. O que não é pouco!

Já estava aqui tramitando o PL 30, o projeto da terceirização, que a Anamatra combate, que está na fileira do bom combate e combaterá até o fim. (*Palmas.*)

E também o negociado sobre o legislado. A Anamatra tem no seu DNA esse bom combate também e continuará combatendo, a pretexto de ter hoje a fala dedicada do Presidente do TST em apoio a essa iniciativa, sabendo-se, entretanto, que é uma voz minoritária no próprio Tribunal Superior do Trabalho. Mas estaremos juntos, como sempre estivemos.



O fato é que o desenho político, a arquitetura política que hoje está posta é de reconformar, inverter o que o Constituinte de 1988 estabeleceu. O Senador Paim, então Deputado, estava na Constituinte e sabe melhor do que nós todos aqui qual era o sentimento do Constituinte.

O projeto de bem-estar social está hoje, pelo menos como tentativa, sendo desmontado. Pior que isso, muito pior, não tem legitimidade das urnas. (*Palmas.*)

Não tem legitimidade das urnas. Se tivesse, nós talvez pudéssemos até colocar a viola no saco, como se diz, mas não tem legitimidade eleitoral.

Inverter um projeto dessa forma é no mínimo antidemocrático, para não usar uma expressão muito em voga que está nas ruas. Qualquer intérprete mediano poderá entender, quando se fala de negociado sobre legislado, que aquele texto da Constituição, que o Senador Paim ajudou a construir, que fala em reconhecimento de acordo e convenção coletiva não poderia, por Deus, ser lido para entender que convenção e acordo coletivo é para piorar a vida do trabalhador. É um reconhecimento para melhorar as condições de trabalho, mas hoje a ideia é que acordo e convenção levam para condições inferiores. Isto é uma interpretação inaceitável.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Nessa medida em que estão colocadas na pauta a reforma da Previdência – que vai gerar talvez um universo entre nós de não sermos aposentados nunca, nunca! –; a reforma trabalhista; a 241, que cria um novo modelo de Estado...

O Senador já foi muito claro aqui colocando a perspectiva do que seria saúde e educação se já valesse desde 2003. E o que seria do Poder Judiciário? Que orçamento de Poder Judiciário nós teríamos? Então, esse conjunto de projetos, tomados um por um, se nós fizéssemos aqui uma espécie de listagem da quantidade de projetos dos últimos quatro ou cinco meses, são projetos absolutamente assustadores que mexem com gerações inteiras para os próximos – por falar em 20 anos – 20 ou 40 anos, com gerações dos que nem estarão mais aqui, com a vida dos que estarão aqui nos próximos 20, 40, 60 anos.

A Constituinte de 1988 foi um momento mágico. Consolidou ali, dentro de um processo político que tinha o Centrão até, mas um debate democrático muito rico, um projeto político. E daí foi chamada de Constituição cidadã por Ulisses Guimarães. Mas o desmonte da Constituição de 1988 é absolutamente inaceitável.

A Anamatra, portanto, estará à frente de lutas contra esses projetos destruturantes, estará à frente de lutas por um só motivo: porque é do seu estatuto, porque é da sua tradição que seja dessa forma.

Encaminhando-me para o fim, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, não posso deixar de mencionar os ex-presidentes da Anamatra e as diretorias respectivas, mas vou mencionar apenas os ex-presidentes, porque cada um deles construiu a entidade Anamatra da forma como ela é. Quero me reportar aos nomes de Ronaldo Leal, o primeiro presidente, gaúcho – aliás, o Rio Grande do Sul deu três presidentes para a Anamatra –, Fernando Damasceno, Antônio Carlos Chedid, Dárcio Guimarães, Tarcísio Giboski, Ilce Marques, da Bahia, Ivanildo da Cunha Andrade, Maria Helena Mallmann, Beatriz de Lima Pereira, Gustavo Alkmim, Hugo Cavalcanti Melo Filho, Grijalbo Coutinho, José Nilton Pandelot, Cláudio Montesso, Luciano Athayde Chaves, Renato Sant'Anna e Paulo Schmidt, que acabou de falar em nome deles todos. (*Palmas.*)

Quero também agradecer aos atuais diretores da entidade desta gestão, que têm dedicado um papel importante a este mandato, e renovar agradecimentos aos dedicados funcionários da Anamatra pela dedicação a um trabalho que cumprem desde longo tempo. Os funcionários da Anamatra, na maioria, estão trabalhando conosco há muito tempo. Na Anamatra não há rotatividade. (*Palmas.*)

E, finalmente, meu caro Senador Paulo Paim, o último agradecimento é a V. Ex^a, primeiro por ser o interlocutor permanente da Anamatra, mas, por último e mais importante, pela referência de Parlamentar coerente. Isso eu acho que o Paulo Schmidt já destacou aqui: um Parlamentar que luta pelo direito do trabalho, não fraqueja e não muda de lado.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Então, quero eu aqui puxar essas palmas. (*Palmas.*)

Eram essas as rápidas palavras que eu queria aqui deixar consignadas em um dia tão importante para nós. Estar aqui na tribuna do Senado é, de fato, um dia histórico para a Anamatra nestes 40 anos. Eu não poderia deixar, nesta parte final, de fazer também esta homenagem. É uma homenagem da Anamatra, da magistratura do trabalho, a um Parlamentar coerente, que luta não só em questões da magistratura do trabalho, mas principalmente pelo direito do trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o



Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sr. Germano Silveira de Siqueira.

Adentraram o plenário, há minutos, o Dr. Leomar, Procurador do Ministério Público do Trabalho e Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta; e o Procurador-Geral do Trabalho, Sr. Ronaldo Curado Fleury.

Eu, sem quebrar protocolo algum, porque todos nós estamos na mesma trincheira – quando eu digo na mesma trincheira, eu me refiro àqueles homens e mulheres que fazem o bem sem olhar a quem –, queria convidar V. Ex^a também para usar a tribuna.

O SR. RONALDO CURADO FLEURY – Senador Paulo Paim; Sr. Germano, Presidente da gloriosa Anamatra; Dr. Ângelo Fabiano, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em nome de quem eu peço licença para cumprimentar todas as autoridades presentes e minha amiga particular, Dr^a Rosarita; senhoras e senhores, é uma honra para mim representar o Ministério Público do Trabalho neste momento em que se homenageia a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho por 40 anos de existência.

Eu, particularmente, acompanho essa caminhada da Anamatra já há 33 anos – dez como servidor e 23 como procurador – e posso testemunhar não só a defesa, obviamente, que é inerente à própria instituição associativa, daqueles temas atinentes a questões corporativas da magistratura do trabalho, mas também e principalmente a defesa dos princípios, a defesa das garantias relativas ao direito social, defesa dos trabalhadores. E para isso sempre contou, nesta Casa, com a parceria do nosso Senador Paulo Paim, que nunca se omitiu, sempre que procurado, em todas as questões.

Eu destaco aqui questões como trabalho escravo. Nós tivemos, no final do ano passado, uma luta muito grande com relação à definição, à conceituação do trabalho escravo. Eu diria – como se diz na minha terra, lá em Minas – que conseguimos pegar o gato pelo rabo, porque ele já estava indo embora. E há outras questões, como a do trabalho infantil. Mas temos agora esse rolo compressor de propostas que vêm buscar nada mais, nada menos, que a precarização dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho do ser humano no Brasil.

O Dr. Germano muito bem colocou sobre a terceirização, que é apenas um simples cálculo matemático para gerar economia para as empresas, em detrimento de condições de trabalho, de ganhos salariais para os trabalhadores. Da mesma forma também a terceirização, a questão do negociado sobre o legislado. E, nesse ponto, eu destaco que a Anamatra passa por um momento bastante difícil, eu diria assim, junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho. E nós deixamos aqui a nossa solidariedade pela retirada da Anamatra do direito de assento e voz naquele Conselho. (*Palmas.*)

Apenas para encerrar, eu trago aqui a preocupação também do Ministério Público do Trabalho com relação à PEC nº 241, que, sem dúvida, asfixiará os órgãos de controle no Brasil, em particular o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, porque reduzirá parte de um orçamento já extremamente deficitário. Nós, Ministério Público do Trabalho, fomos obrigados a deslocar nove procuradorias. Nove regiões do País não têm mais a estrutura da Procuradoria por razões econômicas. Era a forma possível para sobrevivermos até o final do ano, para que o Ministério Público do Trabalho prosseguisse com o seu mister.

Então, para encerrar, eu gostaria apenas de deixar aqui a homenagem do Ministério Público do Trabalho e a certeza de que a parceria que já existe e é extremamente profícua será cada vez maior, sempre olhando o único beneficiário dela, que é o trabalhador brasileiro, o cidadão brasileiro.

Muito obrigado pela oportunidade.

Obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho.

Assim, esta sessão cumpriu o seu objetivo, que era homenagear a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), uma história de luta e conquistas. Esta sessão especial foi em comemoração aos 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Eu só queria agradecer muito, muito, a todos vocês. Referindo-me aqui à Anamatra, já fiz uma fala na abertura, mas vocês podem crer que sou daqueles que age efetivamente não por convicção somente, mas por convencimento. Eu tenho na Anamatra um símbolo muito grande.

À Justiça do Trabalho, mesmo quando eu era sindicalista, era a quem eu socorria quando via que não havia saída. Quando estávamos encalacrados com uma greve de nove ou dez dias, sem vermos saída, era à Justiça do Trabalho que nós íamos. E lá, naquela época era audiência de conciliação, achávamos um caminho, uma saída. E, na maioria das vezes, pelo menos, em que eu participei, buscamos e conseguimos ganhos reais para os trabalhadores.

A Anamatra, a Justiça do Trabalho, no seu conjunto, cumpre um papel fundamental, pessoal. Por isso



me assusta mesmo o ocorrido, como disse agora aqui o Procurador-Geral do Trabalho, pois é quase um ataque às estruturas que colaboram para, efetivamente, garantir a justiça aos direitos dos trabalhadores. Assusta-me!

Eu confesso que aqui mesmo, no Congresso, nós nos socorremos da Justiça do Trabalho, dos procuradores do Trabalho, para resolver a questão dos terceirizados.

O exemplo que eu dei, na abertura, foi de uma empresa, mas o “Peixe” que está ali, que tem nome de doutor... Descobri agora que o nome dele é meio de doutor, mas é “Peixe” o nome dele. Eu o conheço por “Peixe”, há quase 12 anos aqui dentro. Não se trata de uma empresa terceirizada, mas de uma, de duas, de três, de quatro, de cinco, de seis, de sete, de oito, aqui dentro, que deram calote e foram embora. Calculem lá na rua como são as coisas!

Por isso eu diria que nós precisamos muito, muito, de vocês. Nós precisamos. Nós. Nós. Eu estou olhando para essa gente humilde, para os quais tive que dizer outro dia... Eles são gente que nem a gente. Eles são de pele e osso. Eles pensam, eles agem, eles têm filhos, eles têm família. Como é que alguém pode pensar que eles vão sobreviver sem o salário deles que, como eu disse, é deste tamaninho? E, assim mesmo, as empresas não pagam.

Então eu diria, para encerrar, mais uma vez, vida longa à Anamatra, vida longa a todos aqueles homens e mulheres que se dedicam a fazer o bem e que perseguem a justiça.

Olhem essa moçada de azulzinho aqui! Eles estão aqui, estão todos lá no fundo. Eles estão aqui no plenário e eles vieram aqui para bater palmas para vocês. A esperança deles é a justiça, uma justiça que, infelizmente, os empregadores não querem cumprir. Não todos, naturalmente. Não todos.

Enfim, muito obrigado. Muito obrigado à Anamatra.

Uma salva de palmas, de pé, para a Anamatra e também para todos aqueles que se dedicam a perseguir a justiça. *(Palmas.)*

Está encerrada a sessão de hoje.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.)



151ª Sessão, Não Deliberativa, em 10 de outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Elmano Férrer, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira e Cristovam Buarque.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 17 horas e 33 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(vide parte II do sumário)**

Como eu havia anunciado antes, mas estávamos sem som, a sessão está aberta, e vamos iniciar os nossos trabalhos.

Oradores inscritos. Eu permutei com a Senadora Gleisi Hoffmann, a quem passo a palavra de imediato. Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim, que preside os trabalhos de hoje. Quero aproveitar para cumprimentá-lo pela sessão que realizou aqui pela manhã com a Justiça do Trabalho, muito esclarecedora. Infelizmente, eu não cheguei a tempo de participar, mas consegui ouvir pelo rádio algumas colocações. Parabenizo V. Exª.

Quero cumprimentar aqui os Senadores e as Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos acompanha pela TV Senado e dizer que não poderia ser outra a minha fala hoje que não sobre a PEC 241, que está sendo discutida e votada pela Câmara dos Deputados.

Lamento, inclusive, que não tenhamos sessões ordinárias aqui da Casa e que tenhamos emendado, digamos assim, o feriado, para não haver sessões ordinárias deliberativas, porque acho que nós poderíamos ajudar muito nessa discussão e na compreensão do que está acontecendo no Brasil em relação à PEC 241, que é muito preocupante.

O que acontece? Estamos vendo um discurso do Governo de que tem de reduzir as despesas, porque elas estouraram; que isso teve impacto na economia do Brasil; que teve impacto nas finanças públicas, e que, portanto, esse descontrole das despesas ocasionou todos os problemas que estamos vivendo.

Esse diagnóstico está errado, Senador Paim. Nós não tivemos um estouro das despesas. Aliás, se formos ver as nossas despesas em relação ao PIB, mesmo com o PIB caindo, aquelas despesas que nós chamamos de custeio, de manutenção com a máquina pública e até de salário dos servidores têm se mantido constante em relação ao PIB desde 2002, 2003. Nós não tivemos uma explosão de despesas. As despesas da área social foram as que mais cresceram: despesas com saúde, com educação, com Previdência, com assistência. Mas isso era uma determinação da Constituição de 1988 que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma colocaram, de fato, em execução.

As desigualdades neste País sempre foram muito grandes. Se o Estado brasileiro não tivesse um mínimo de proteção – ou o que a gente chama o mínimo de bem-estar social –, não conseguiríamos corrigir as mazelas que nós tínhamos em relação à maioria do povo pobre do Brasil.

O que nós tivemos recentemente, Senador Paim, não foi um aumento – vou repetir –, não foi um aumento da despesa. O que nós tivemos recentemente foi uma queda abrupta da receita. Por quê? Por conta da crise econômica. O que aconteceu? O mundo entrou em crise; os nossos parceiros comerciais compraram menos do Brasil, deixaram de ter suas relações comerciais no montante a que nós estávamos acostumados, e, portanto, tínhamos as divisas e as nossas arrecadações; tivemos uma depreciação cambial; e isso tudo impactou no orçamento. Então, se nós formos ver, a queda da receita é muito mais acentuada do que o



aumento de despesa, o que é normal numa situação como essa que nós vivemos no Brasil. Ou seja, é um país que precisa investir em programas sociais e precisa ter investimento.

Nós estamos usando o remédio errado para a situação. Estamos cortando despesas quando, na realidade, numa situação de crise em que o sistema privado não consegue gastar, empresário não gasta, famílias não gastam, quem tinha que gastar é o Governo. Nós vamos entrar num círculo vicioso, o que vai ser pior.

Então, eu fiquei muito impactada com a campanha que o Governo fez para aprovar a PEC. Primeiro, é uma campanha milionária, nos veículos de comunicação, para tentar justificar a necessidade da PEC. Ora, se a PEC é tão boa assim, não precisava de uma campanha milionária. Agora, fiquei sabendo que até em cima dos Deputados do PMDB há pressão para que eles votem a favor, porque, se não votarem, podem ser suspensos do Partido, expulsos e perderem o mandato. Nada que seja bom para o Brasil precisa ter uma ameaça desse nível. As pessoas compreendem o que é bom para o País e votam o que é bom para o País. O problema é que isso não é bom para o País.

E a campanha do Presidente Temer, no final de semana, foi feita candidamente, dizendo o seguinte: o Governo é como a casa da gente, é como uma família; só pode gastar o que arrecada. Primeiro, o Governo não é uma família. E, se o Governo for fazer economia exatamente quando as famílias estão fazendo economia, eu quero saber quem é que vai colocar dinheiro para circular e melhorar a economia do País! O que acontece hoje? As famílias passam por momentos de crise. Então, é natural que enxuguem o seu orçamento, gastem apenas o essencial, e aquelas que tiverem alguma sobra, guardem essa sobra para fazer poupança. Essa poupança que sobra das famílias, ou mesmo das empresas que não investem, que estão já administrando na boca do caixa, acaba sendo aplicada onde? Acaba sendo aplicada em títulos públicos, porque é assim que o sistema financeiro funciona. Inclusive, o dinheiro de poupança, que nós temos lá, o sistema financeiro aplica, reaplica, trabalha com ele. Títulos públicos, o que são? Captação de recursos pelo Governo da sociedade para manter as coisas equilibradas, certo? Se o Governo captar esses recursos da sociedade através dos títulos públicos, pegar esses recursos e majoritariamente pagar a dívida ou pagar juros, ele vai estar esterilizando esses recursos. Por quê? Porque estará tirando da circulação ou vai colocar nas mãos de poucos que trabalham com o mercado financeiro.

A capacidade multiplicadora, por exemplo, de pagamento de juros, em termos de recursos recebidos, é de 0,8, ou seja, cria-se menos dinheiro quando se aplica para pagar juros e dívida. A capacidade multiplicadora do consumo, quando se investe na sociedade, em programas da sociedade, é de mais de 1,5%, ou seja, está-se ampliando uma vez e meio por cento aquele dinheiro que foi posto em circulação. É assim que funciona.

Então, o que acontece? Estamos, na sociedade, hoje, com as famílias com dívidas, fazendo exatamente uma restrição orçamentária, com as empresas sem poder investir, e agora estamos fazendo o Governo retirar dinheiro de circulação.

Aí, pergunto: quem é que vai pôr o dinheiro em circulação? Porque não é só no Brasil. Em qualquer lugar do mundo, quando há uma crise no setor privado, a quem se recorre? Aos governos. Não há outro ente para se recorrer. Quando os bancos quebram, a quem eles recorrem? Ao governo. Quando o *Lehman Brothers* quebrou nos Estados Unidos, onde o sistema financeiro foi buscar dinheiro? No governo, que emitiu títulos, captou da sociedade e pagou a conta do banco.

Então, o que estamos fazendo agora? Não temos uma crise do setor bancário, mas nós temos uma crise do setor social, nós temos uma crise na área de investimentos, nós temos uma crise na área de produção. Seria muito mais correto e sensato o Governo, neste momento de crise, expandir, ainda que momentaneamente, o seu déficit e garantir circulação de recursos do que também puxar o freio de mão, porque vamos, na realidade, parar a economia do Brasil. É isso que vai acontecer.

Há uma coisa aqui, Senador Paim, que é muito grave, que peguei agora, no relatório aprovado pela Comissão, que são as sanções. Então, toda vez que houver descumprimento do limite individualizado, passado o limite estipulado pela PEC, há algumas sanções. Deve-se parar de gastar; não pode aumentar servidor; não pode uma série de coisas.

Mas há um aspecto colocado pelo relator que me preocupa muito e diz o seguinte: “fica proibida, se extrapolar o teto, a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo”.

Isso é uma antecipação do que eles querem fazer na Previdência Social, porque a Previdência é uma despesa obrigatória. O salário mínimo de quem é aposentado é corrigido pelo salário mínimo de mercado, ou seja, a inflação mais a variação real.

O que ele está dizendo aqui é o seguinte: se extrapolar o teto, automaticamente o salário dos aposentados vai ser apenas reajustado pela inflação.

Vamos voltar a ter, Senador Cristovam, que me está escutando aqui, cidadãos de segunda categoria,



como tínhamos antes da Constituição de 1988.

Lembro-me até hoje do discurso do então Presidente da Câmara, que presidiu a Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, dizendo assim: um País que quer desenvolver-se não pode ter cidadãos de primeira e de segunda categoria. Todos têm o direito de ganhar pelo menos o mínimo, o salário mínimo.

Acho que V. Ex^a se lembra também, Senador Paim, de que tínhamos gente ganhando metade do salário mínimo na Previdência Rural. Nós acabamos com isso!

Então, estamos falando aqui de voltarmos a ter cidadãos que vão ganhar menos do mínimo. Isso não é certo! Não é justo! Lutamos muito para garantir o salário mínimo para a população. Se querem mexer em outras regras da Previdência, têm de vir aqui e discutir as regras da Previdência.

Agora, fazer isso de maneira sorrateira, fazer isso sem explicitar para a população e dizendo que isso é apenas gastar o que se ganha e o que se arrecada? Governo não é família, governo não precisa de salário, não vai atrás de salário, de emprego; governo tem que agir quando as famílias e a sociedade, na iniciativa privada, estão quebradas. Senão, não há justificativa. Se ele age assim para banco, por que não vai agir assim para a área social?

É muito preocupante o que está sendo votado hoje na Câmara e com uma justificativa simplista, quase cândida, de dizer: “Não, mas tem que haver equilíbrio. Está se gastando muito, tem que cortar o que está se gastando”. Não é por aí, nós precisamos rever essa posição.

Queria também falar sobre a saúde e sobre a educação. Hoje nós temos um orçamento da educação de R\$61 bilhões. Se aprovar a PEC, esse orçamento da educação, em 2018, vai ser de R\$54 bilhões, porque, pela regra que o relator colocou, ele vai usar a base, que são os 18%, reajustável. Hoje a gente já aplica quase 25% das nossas receitas líquidas, não é a corrente líquida, em educação. Nós vamos ter, sim, uma redução.

Assim também como a saúde. O relator falou o seguinte: “Eu já vou garantir os 15% da saúde em 2017, que estavam previstos só para 2020”. É mentira, porque nós já estamos aplicando 15% este ano, já estamos aplicando 15% da receita corrente líquida em saúde em 2016. O nosso orçamento, este ano, é de R\$102 bilhões para a saúde. E, para que haja a variação da inflação para o ano que vem, teria que elevar para R\$110 bilhões, que é o que vai ser feito, porque, para continuar com 15% da receita corrente líquida para a saúde no ano que vem, nós teríamos que ter, no orçamento de 2017, que já está nesta Casa, não R\$110 bilhões, mas R\$113 bilhões.

Então, não pode o relator apresentar um projeto e mentir com os números, tem que ser leal, tem que ser real, explicar para a população, porque, senão, fica muito fácil. Faz uma campanha publicitária e bota todas as entidades patronais, todas estavam lá. Não tenho nada contra as entidades patronais, nem contra os patrões, mas não havia um trabalhador aprovando, apoiando essa PEC, dizendo que tem que fazer isso – e, principalmente, o sistema financeiro.

Aí, eu pergunto: qual é a relação dívida e PIB ideal para um país? 20%, 30%, 10%, 60%, 70%? Não, nunca ninguém falou, nem Fundo Monetário Internacional, nenhuma organização internacional de economia. Nós não temos o ideal de relação dívida bruta e PIB.

O Brasil foi um dos países que menos aumentou sua dívida bruta depois da crise de 2008. Nós tínhamos, em 2007, uma relação de 64% com o PIB (Produto Interno Bruto), a nossa dívida bruta equivalia a 64% do PIB; em 2015, a 68%. A França tinha 64%, foi para 97%; a Espanha tinha 36%, foi para 99%; a Argentina tinha 44%, foi para 56%. Qual é a relação mágica?

Nós vamos colocar todo o esforço de arrecadação que nós tivemos daqui para frente, para os próximos 20 anos, para reduzir a relação dívida e PIB? E, aí, quando nós tivermos uma dívida a 20% do PIB, mas já tivermos acabado com País – porque nós não vamos conseguir aumentar recurso para educação, para a saúde, para a agricultura, para a assistência social, para a ciência e tecnologia ao mesmo tempo –, nós vamos dizer: “Bom, agora que está a terra arrasada, a gente vai voltar a ter investimentos e ter operação de crédito”.

Não é sensato, é insano o que nós estamos fazendo com o País, com um discurso simplista. Não posso ver isso e achar que está legal, que está correto, porque não está.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, vamos aqui fazer um debate meio abstrato, porque não vou defender – nem tenho procuração – o Governo. Entretanto, tenho preocupação com este País na tentativa de entendermos as coisas – e posso estar equivocado –, de tal maneira que salvemos o Brasil. A sensação que tenho... Gostei da sua expressão “cidadão de segunda classe”, contra a qual V. Ex^a luta. O que é cidadão de segunda classe? Por exemplo, para mim, cidadão de segunda classe o Brasil teve, Senador Paim, por muito tempo: são aqueles que vivem sujeitos à inflação. No Brasil, os que têm uma renda acima de um certo valor, e conhecimento, e acesso sempre conseguiram se beneficiar e se proteger da inflação. Veja bem, eu disse duas coisas: proteger-se e beneficiar-se. Os pobres, não. Os pobres, que vivem



sob inflação, são tratados como de segunda classe. Não podemos deixar que eles continuem como cidadãos de segunda categoria, por isso é preciso ter estabilidade monetária. Para mim, como de segunda categoria, segunda classe estão sendo tratados 12 milhões – 12 ou 14 – de desempregados. Esses são, hoje, tratados como de segunda classe, Senador Raupp. Os que têm salários têm salários desiguais, mas são da primeira classe, primeira categoria; os que não têm estão sendo tratados como se fossem abandonados. Temos que garantir para eles a volta do emprego. Segunda categoria, para mim, serão aqueles que não receberão aposentadoria no futuro, nenhuma, ou que receberão uma aposentadoria depredada pela inflação. Serão os que mais vão sofrer. Então, para mim, para haver uma sociedade em que não haja primeira e segunda categorias de cidadão e cidadã, é preciso não haver inflação, é preciso haver emprego e é preciso haver uma aposentadoria garantida. Eu, pessoalmente, acho que, se não fizermos algumas reformas profundas, se continuarmos agindo como temos agido ao longo dos últimos 60 anos, com alguns períodos menos ou mais – não é uma questão do governo que terminou, é cultural no Brasil, em que gastamos mais em educação, mais em saúde, mais em estrada, mais em portos, e nada de bom fazemos, e ainda aumentamos a dívida, e provocamos inflação, querendo investir em tudo –, vai precisar haver prioridades. O limite dos gastos no seu total vai provocar algo a que o Brasil não está acostumado, prioridade. É claro que vamos poder aumentar gastos em saúde, mas vamos ter que tirar de algum lugar. E, aí, vamos cair na real. Todo mundo diz que é a favor da educação, porque quer mais dinheiro em educação, quer mais dinheiro em estrada, quer mais salários dos marajás que este País tem, e, aí, não vem, ou vem com inflação. Agora, a gente vai ter que dizer que quer mais dinheiro para um gasto e que quer menos gastos em outros setores. Todo mundo diz que acabou esquerda e direita, não foi? Pois vai voltar esquerda e direita agora, quando houver um teto de gastos, porque a esquerda vai querer gastar no social, e a direita vai querer subsídio. Ontem, vi, saíram três páginas da Fiesp apoiando o teto, porque apoio, mas quero ver se aqueles empresários não vão querer aumentar os subsídios para eles. Deixe-os querer e eu vou querer acabar com os subsídios e colocar na educação. Vai voltar a haver um debate e isso vai ser bom para a política. Se nós não administrarmos a Previdência, vamos ficar, e nossos filhos, sem aposentadoria. E, se nós não fizermos o pagamento da dívida ou de parte da dívida, ou não deixar que ela exploda, não volta o emprego, porque a taxa de juros não baixa. Já se tentou baixar a taxa de juros. A Presidente Dilma baixou, teve que voltar atrás pouco depois, porque ela carrega certas características reais, que não dependem da vontade de um presidente. Nunca critiquei a Presidente Dilma pelos juros altos, nunca! Eu acho até que não devia nem ser ministro o Presidente do Banco Central, isso é uma decisão deles, porque ela carrega algumas coisas. Aí, a sua afirmação, corretíssima, de que a relação dívida e PIB, em outros países, é maior, mas sabe por quê? Porque eles têm mais credibilidade do que nós. Quem tem credibilidade consegue juros baratos, quem tem credibilidade consegue se endividar. Quem não tem credibilidade, para se endividar, tem que pagar juros estratosféricos. E nós carregamos, em nossa história, razões para o descrédito internacional. Fizemos duas moratórias...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... em pouco tempo, duas moratórias! Não se esquecem os donos do dinheiro de que este País já fez moratória, como a Argentina também. Fizemos inflação permanente, ninguém esquece que este é um País que tem, em sua alma, futebol e inflação. Isso pesa muito na credibilidade. Hoje, com a globalização, existe capital no mundo por aí querendo ir para algum lugar, mas eles vão para onde der lucro, não adianta a gente ficar com raiva, porque eles são capitalistas, o dinheiro é deles, eles vão escolher para onde vão, onde houver rentabilidade. Essa rentabilidade depende das leis trabalhistas, depende da Previdência, depende do nosso déficit, depende da nossa dívida, depende da taxa de juros. Nós precisamos recuperar a credibilidade, Senadora, e isso vai exigir passarmos o recibo de que temos responsabilidade.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vou terminar. E responsabilidade, para qualquer gestor, seja o pai de família, seja o empresário, seja o governante, é não gastar mais do que arrecada e escolher onde gastar o que arrecada. Eu estou pronto aqui para brigar, para colocar mais dinheiro no social, mas eu não quero aqui defender que se gaste mais do que se arrecada, porque aí vem a inflação e estaríamos mentindo. A gente aumenta e tira de volta. Diz: “Vou aumentar 20% no salário”. Aí, vem uma inflação de 20% e rouba os 20%. O Brasil precisa cair na real – não é no real, é na real. E a real é redescobrimos a lei da aritmética, na qual dois mais dois são iguais a quatro, e discutirmos aqui politicamente para onde é que vão esses quatro, mas não prometer gastar cinco, se só temos quatro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador



Cristovam, mas eu vou deixar um desafio para V. Ex^a, para que o senhor me diga um país no mundo que gaste exatamente o que arrecada. Se o senhor me trazer isso dito, com cálculo mostrado, dou razão a esse discurso. Isso não existe nos Estados nacionais.

Desculpe, por mais que seja um discurso bonito, ele é simplista, ele não coloca a complexidade do que significa Estado e do que significa governo, portanto, não pode ser assim.

Então, eu lhe deixo este desafio: se V. Ex^a trazer aqui um Estado nacional que gaste só o que arrecada, que não tenha problema de dívida, nós vamos concordar com isso.

Todos os Estados nacionais se desenvolveram fazendo de forma diferente. Não pense que foi assim com os Estados Unidos, de gastar só o que arrecadava, não pense que foi assim com os países europeus. Esses países são muito mais antigos do que nós, já construíram a sua infraestrutura, já construíram o seu estado e bem-estar social.

Nós estamos engatinhando; por isso que é difícil.

Quero também dizer a V. Ex^a o seguinte: a inflação fechou em setembro em 0,08%. Vou repetir: 0,08%. Por que a taxa de juros Selic não baixa? Nós não temos uma inflação de demanda. Onde as pessoas estão demandando e comprando? Onde há consumo neste País? Tanto não tem consumo que não tem emprego; tanto não tem consumo que está tendo desemprego. Qual a inflação que nós tivemos? Nós tivemos uma inflação por conta do câmbio, que agora está se ajustando – e o Banco Central está usando o câmbio novamente para derrubar a inflação, que é uma medida populista e perigosa –, e tivemos também os preços administrados. Aí eu acho que nós tivemos muita culpa, sim. Culpa da Presidenta Dilma, inclusive, com o Joaquim Levy, que deixou fazer o reajuste de uma hora para outra, tudo junto. Foi ruim. Aí este Governo, que diz que vai consertar, vai piorar a situação e mantém juros de 14,25% mesmo a inflação tendo caído. Essa inflação não é de demanda, essa inflação é de outro elemento que tem a ver, inclusive, com a questão cambial. Então, nós estamos dando o remédio errado. Nós vamos nos arrepender por isso.

A questão do aumento da dívida que nós temos. Desculpe, esse aumento da dívida exponencial não foi para financiar programa social nem Previdência; esse aumento grande da dívida que nós tivemos foi para manter nossas reservas. Nós temos reservas de R\$300 bilhões. Não sei se V. Ex^a sabe, remuneram as nossas reservas com juros americanos, que estão, por exemplo, quase negativos, e nós temos que pagar a taxa Selic. Então, está aí a diferença. Grande parte da dívida bruta é composta aí do custo da reserva, é a diferença na taxa de juros; depois, dos *swaps* cambiais, que agora estão revertendo um pouco. Então, não tem nada a ver com emissão de título para financiar programa. De novo, vamos errar.

E aí, por final, do impacto dos juros. Sabem quanto é a conta de juros neste País? R\$400 bilhões. Em 2011 e 2012, nós comprometíamos do PIB 4% com juro; hoje, nos comprometemos 9%. Então, de onde aumentou a despesa? De onde aumentou? Não foi esse o aumento da Previdência, não; não foi esse o aumento da educação, não; não foi o aumento do governo que trouxe essa crise. Desculpe-me, vocês não estão querendo ver a realidade. Nós estamos fazendo um ciclo vicioso, vamos correr atrás do rabo, que é pegar mais dinheiro da sociedade, para pagar mais juro para fazer mais especulação. O Brasil pode baixar, não precisa de 14,25% para trazer capital, está trazendo capital internacional. Não estou reclamando disso. Nós estamos com muito capital aqui. Também, com essa taxa! Qual é o outro país que tem taxa parecida? Se o Brasil baixasse cinco pontos percentuais na sua taxa de juros, ainda assim continuaria o País mais promissor de aplicação financeira, Senador Cristovam, e continuaria tendo. Nós não temos problemas de capital estrangeiro aqui; o nosso IED é positivo. Não é disso que eu estou falando, é do setor produtivo de que eu estou falando. E se tirar dinheiro para investir no setor produtivo, nós não vamos recuperá-lo.

Eu também fiquei pasmada: vi lá a Abimaq assinando aquela nota nos jornalões, via Associação da Indústria da Construção Civil.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quer gente que ganhou mais subsídio que esses na veia para poder levantar e para poder empregar? Eles empregaram porque o governo fez esforço, Senador Cristovam. Eles empregaram porque nós fizemos um programa chamado Minha Casa, Minha Vida, que utilizou recursos públicos, porque senão o setor de construção civil do Brasil não tinha se levantado. Assim como a Abimaq conseguiu empregar porque nós subsidiamos, sim, a compra de máquinas e equipamentos; nós pusemos ônibus escolares para todas as escolas; nós compramos tratores e motoniveladoras e distribuímos para as prefeituras. Foi dinheiro público, Senador Cristovam – desculpe –, porque este País não tem uma demanda que possa assegurar a oferta que eles querem dar para ter lucro também, para concorrer com a Selic.

Nós temos um erro no setor produtivo brasileiro, que continua querendo taxa de retorno igual à do setor



financeiro. E como nós temos uma Selic alta, bom, não vai para o capital produtivo, vai para a especulação. Está errado o que nós estamos fazendo. O Lula acertou quando disse que tinha que pôr dinheiro na mão do pobre.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Reduzir salário mínimo é injusto. É injusto. Eu não sou a favor de salário de marajá, não.

Aliás, há uma PEC minha na Comissão de Constituição e Justiça, que esta Casa não teve coragem de aprovar, que colocava um limite, um teto para os salários públicos. E está lá rolando aquele negócio. Foi um dos primeiros projetos que apresentei quando cheguei aqui, exatamente porque eu acho que nós não podemos ter castas na sociedade, porque eu acho que não pode haver diferença. Não dá para termos um salário exorbitante para o Judiciário e para os Parlamentares, e outro para a população.

Então, fazer ajuste fiscal em cima do salário mínimo é uma sacanagem, é uma crueldade. Isso não vai garantir o equilíbrio da Previdência Social. Nós vamos tirar dinheiro de circulação, porque o cara que ganha salário mínimo, que é aposentado, vai gastar na farmácia do bairro dele, na venda do bairro dele.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele vai colocar o dinheiro onde as pessoas estão circulando. Agora, se eu pago juros, estou colocando dinheiro na mão de meia dúzia de pessoas que vão continuar especulando com o capital financeiro.

Concedo um aparte, Senador Raupp.

(Soa a campanha.)

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Se o Presidente puder conceder mais dois minutos para a Senadora, eu não vou gastar mais do que um. Senadora Gleisi, nós estivemos por muito tempo do mesmo lado. Eu sempre falo que nós, durante treze anos – já vai fazer quinze anos que estou aqui no Senado Federal –, apoiamos o governo de que nós éramos aliados, que era o governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma. E o melhor homem que o Presidente Lula tinha, na minha avaliação, na sua equipe econômica, era o Henrique Meirelles, que foi Presidente do Banco Central durante oito anos. E o maior erro da Presidente Dilma, com todo o respeito, foi ter tirado o Henrique Meirelles do Banco Central e não tê-lo colocado no Ministério da Fazenda. Se naquele momento em que o Guido Mantega estava dando sinal de cansaço, até por problema de doença na família, com todo o respeito que tenho por ele, tivesse saído e tivesse entrado no seu lugar o Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, talvez a economia do País, no governo Dilma, tivesse ido bem.

(Soa a campanha.)

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Então nós temos hoje, no Ministério da Fazenda, repito, o melhor homem da equipe econômica do governo Lula, que teve um bom momento, um bom período de crescimento, de geração de emprego, de geração de renda, de distribuição de renda também às famílias mais pobres. Então, já que o Joaquim Levy, a quem V. Exª se referiu, nos enganou durante pouco mais que um ano, dizendo que se o Congresso aprovasse as medidas que ele mandou para cá o Brasil voltaria a crescer – nós aprovamos, e isso não aconteceu –, então, neste momento, eu creio que nós devemos dar um crédito de confiança ao Henrique Meirelles, que é um grande craque na área econômica, respeitado nacionalmente e internacionalmente, para fazer a economia voltar a crescer. E todos os institutos econômicos já estão dando conta de que o Brasil crescerá, no ano que vem, de 1,3% a 1,5%, podendo crescer até 3% em 2018, se o Congresso fizer as reformas que temos que fazer. Então, acho que nós não temos outra saída. Ou é fazer, ou é o Brasil continuar afundando da forma que estava afundando. Obrigado a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador.

Para encerrar também, porque meu tempo já está esgotado, eu só queria dizer, Senador Raupp, com toda a admiração e o companheirismo que tenho por V. Exª – de fato, estivemos no mesmo lado por um bom tempo –, que nós não temos salvador da pátria. Nem o Joaquim Levy seria, e nem o Ministro Henrique Meirelles será. Ele administrou o Banco Central numa outra conjuntura e numa outra realidade do País e do cenário internacional.

Portanto, aplicar agora as mesmas regras que ele tinha lá não vai dar certo, porque a conjuntura é outra. Lá nós tínhamos um momento de prosperidade, então nós podíamos fazer superávit primário de 3,5%, como nós fizemos.

Aliás, não houve nenhum ano do Presidente Lula em que nós tenhamos feito déficit primário. Começamos o déficit agora em 2014. Veja, porque mudou a conjuntura internacional, mudou o cenário, mudou a realidade. E nós estamos usando o mesmo modo de administrar financeiramente. Não vai dar certo. Vai dar



errado – desculpe – com toda a credibilidade que possa ter o Sr. Henrique Meirelles no mercado nacional e internacional. Vai dar errado, porque nós não podemos usar o mesmo remédio.

E também não é verdade que nós aprovamos todas as medidas da Presidenta Dilma. Algumas nós aprovamos, outras nós não aprovamos. Houve uma pauta-bomba que veio da Câmara. Tivemos muitas dificuldades. O Congresso Nacional quase que impediu a Presidenta de governar por esse ano e pouco. Foi difícil, porque era *impeachment*, recontagem de votos, era tudo menos resolver problema de economia.

E também não concordo com as medidas do Joaquim Levy. Por isso mesmo que eu estou dizendo aqui que nós não podemos insistir nessas mesmas medidas.

E, para terminar, eu queria só fazer um alerta que é o seguinte: nós temos uma medida que vai congelar e reduzir as despesas do Governo por vinte anos. Qualquer governante que entrar, Senador Raupp, qualquer um que for eleito Presidente da República não vai poder mexer nas finanças públicas, porque ele só vai poder ter o que gastou no ano anterior, reajustado pela inflação. Aí, o Senador Cristovam me disse: “Não, mas pode, sim, tirar de um lado e colocar para a educação, para a saúde”. Vai ser escolha de Sofia – acho que V. Ex^a assistiu a esse filme –, a escolha dura. Cortar?! De onde você vai tirar? Da agricultura? Por exemplo, hoje os subsídios da agricultura são muito grandes, tanto da agricultura empresarial quanto da agricultura familiar. Subsídio é o quê? É dinheiro para esse setor se desenvolver. Então, eu vou ter que escolher se eu vou aplicar na educação ou vou tirar da agricultura. Nós vamos deixar de ter decisão política neste País. Vai ser decisão tecnocrata. Melhor seria nós fazermos concurso público para Presidente da República, Governador de Estado, para Prefeito. Aí eu acho que as coisas ficariam mais simples. Você pega um manual bem técnico, diz assim: “Olha, eu tenho um tanto de receita, aplica em tanto e pronto. E não quero saber as consequências que isso traz para a humanidade, para a população, para os mais pobres”.

Eu acho muito ruim o que está acontecendo e acho muito ruim a postura do Governo em tratar esse tema com a rapidez que está tratando. E vão fazer isso na Câmara. Isso vai ser um erro para o Brasil, vai ser um erro para o nosso desenvolvimento econômico. E quem vai pagar a conta não será o pessoal de cima, porque a gente sabe que esse pessoal de cima faz *lobby* aqui no Senado. Então, não adianta, Senador Cristovam, dizer assim: “Ah, eu não vou aprovar subsídio aqui”. Quero ver quando vier aqui a Associação, empresários, quando vier a CNI. Quem é que aguenta?! Não aguenta aqui uma pressão do Judiciário para aumentar salário do Ministério Público! Ninguém aguenta. O senhor sabe disso. Só quem não vem aqui é quem ganha aposentadoria de um salário mínimo. E nós vamos cortar deles. Isso é uma crueldade sem precedentes.

Eu vou encerrar, mas vou deixar meu 1min17 para ser usado pelo Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou ser bem rápido, viu, Presidente Telmário. Eu cheguei na parte em que V. Ex^a disse que são os mais pobres. Porque, tudo bem, temos que enfrentar um problema fiscal. Mas eu pergunto: qual a medida para o andar de cima, para os mais ricos? Nenhuma! Nenhuma medida de tributação mais progressiva, de taxar grandes fortunas, e em relação aos juros. Nós estamos consumindo 500 bilhões por ano de pagamento de juros. Há uma proposta para limitar pagamento de juros? Não. Cai sempre em cima do mais pobre. É reforma da Previdência desvinculando salário mínimo de benefícios previdenciários, redução de recursos da saúde e educação. Não adianta enrolar. É redução. Eu sempre tenho citado aqui os números – e concluo, porque eu sei que falta pouco tempo, Presidente, Senador Telmário – de saúde e educação. Ano passado, nós investimos R\$103 bilhões em educação. Se essa PEC existisse dez anos atrás, teriam sido R\$31 bilhões, Senadora Gleisi, uma barbaridade. De R\$103 bilhões, teriam sido R\$31 bilhões. Dos R\$102 bilhões da saúde, teriam sido R\$65 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E a gente vê ainda esse relator, Darcisio Perondi, dizendo o seguinte: “Ah, não, eu estou ampliando receitas da saúde”, “estou antecipando os 15% da Receita Corrente Líquida que eram de 2020”. Mentira. Este ano já está sendo, 2016, 15%. Então, é um escândalo. É a destruição do Estado social brasileiro o que estão fazendo. E mais grave: colocando isso na Constituição por 20 anos. Nenhum país do mundo tem isso. Só há um país que controla pela inflação, que é o Japão. E no caso, não está na Constituição. Nenhum país da União Europeia. Na União Europeia, ninguém faz uma proposta tão draconiana de austeridade como essa e coloca na Constituição. O resultado disso na economia – espero que não passe na Câmara e no Senado – seriam longos processos de recessão na nossa economia. Nós não teríamos como sair e recuperar o crescimento econômico, ampliar investimentos.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço a V. Ex^a. E



agradeço, Sr. Presidente, Senador Telmário Mota. Sei que há vários inscritos. Eu, inclusive, estou inscrito. Mas eu não podia deixar de fazer o aparte a V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh, e incorporo na integralidade a sua fala.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nossa próxima oradora é a Senadora Ana Amélia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PMDB. Estou inscrito também, mas aguardo o que chegar primeiro.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Telmário Mota, caros colegas Senadores e Senadoras, ouvi atentamente a argumentação da Senadora que me antecedeu nesta tribuna, propondo uma solução para evitar que se coloque um freio na ganância e no desequilíbrio das contas públicas. E qual é a solução mágica? Gaste mais, expanda mais o gasto, a dívida pública, que hoje já é 70% do PIB, do Produto Interno Bruto. A média mundial é 50%. Só isto: gaste mais. Foi exatamente isto que foi feito: expandir o gasto sem critérios.

O Senador Cristovam falou com muita clareza: o que falta é estabelecer prioridades e estabelecer – eu acrescentaria – planejamento, auditoria e avaliação.

Eu gostaria de saber, desses programas maravilhosos – defendi-os sempre –, criativos, como o Minha Casa, Minha Vida, quantos estão pagando? Quantos estão pagando?

É bom gastar; quem tem cartão de crédito sabe. É muito fácil gastar, mas, na hora do vencimento, é aquela amargura. E o que está se propondo aqui é que se caia no crédito rotativo. Isto é para as pessoas entenderem um pouco mais facilmente o que se está discutindo nesta Casa: crédito rotativo, em que o juro passa de um valor já exorbitante para superexorbitante, impagável até, uma espécie de areia movediça, de que não saímos nunca.

É isto, simplesmente isto: “Vamos expandir!” “Vamos gastar mais!”. E um Estado que trata a segunda classe com os desempregados, que são 12 milhões de pessoas.

E, se continuar expandindo desse jeito, com esse desajuste fiscal, vamos ter 20 milhões de desempregados. É isso que querem? Meu Deus, eu não entendo nada de gestão pública. O gasto aumenta acima da inflação. Em todos os países? Sim, mas têm controles, têm orçamentos planejados de gastos, de controles.

A Suíça fez uma obra de uma ferrovia programada para ser executada em 17 anos. No dia marcado, ela foi inaugurada com o valor inicial da obra; não se gastou nem 10% a mais, nada; o valor foi igual. Aqui, no Brasil, uma lei de licitações permite que a licitação seja feita e, logo em seguida, tenha 50% de reajuste. E aí vai a associação dessa economia, ou dessa política econômica, de estimular um crescimento sem sustentabilidade. Não adianta querer dar o passo maior que a perna. Nós temos que ter responsabilidade fiscal.

Esse gasto público extraordinário é que é o culpado pelo pequeno crescimento. Nós vamos crescer... Estamos crescendo 1% na média. O Paraguai está nos dando uma aula de competência – uma aula de competência – com 4%. Aliás, nos deu aqui, impondo ao Senado Federal um reajuste extraordinário para sua energia elétrica, que custa hoje menos de 70% do custo aqui, no nosso País – menos de 70%!

E o que está acontecendo em decorrência disso? As empresas brasileiras, para fugir desse custo da energia, estão indo para o Paraguai, que tem condições muito mais favoráveis a quem empreende – muito mais favoráveis! E o Paraguai está absorvendo, de braços abertos, as empresas brasileiras que fogem de burocracia estatal, que fogem de legislações que impedem crescimento econômico.

Quem gera emprego não é o Estado brasileiro. Aliás, hoje, o sistema financeiro... E falam: “Ah!, mas o sistema financeiro...” Claro, quando você tem uma dívida muito alta... E a dívida quem faz não é o banco, somos nós, é o Estado brasileiro. Sim, é bom dizer também que 50% do movimento financeiro no Brasil é de banco estatal, ninguém fala isso – banco estatal. Então, minha gente, vamos botar os pingos nos is.

Outro dia, alguém falou que o Brasil não é o Paraguai, quando estávamos discutindo o *impeachment*, para tentar comparar aquele *impeachment* de lá, do Fernando Lugo, que só teve um voto a favor. O Paraguai não teve um movimento, nada.

Era exatamente para dizer que o Brasil não era... Não era! Já naquele momento, neste ano, 3% de aumento, inflação de 4%.



Acho que os paraguaios são muito inteligentes, porque impuseram ao Brasil uma vontade para, naquele momento, Fernando Lugo colocar a Venezuela no Mercosul, porque o Paraguai tinha restrições à Venezuela.

Essa desorganização das contas públicas é que levou a 12 milhões de desempregados, como aqui bem lembrou o Senador Cristovam Buarque. E esses 12 milhões desempregados é que são essa segunda classe, uma segunda classe que ninguém se lembra de falar dela. E quem paga a mais pela inflação, quem paga a mais pela inflação são os mais pobres, porque a perda do poder aquisitivo do salário é determinado pela inflação, e só os mais pobres é que perdem esse poder aquisitivo; os mais ricos têm as suas formas de salvaguardar o seu patrimônio, investindo aqui ou lá fora. Essas coisas precisam ser ditas desta forma. E quero lembrar que a dívida pública ultrapassou 70% do Produto Interno Bruto. E a média daqueles países que usam, sim, o endividamento de maneira planejada, com prioridades, é de 50%.

E também queria lembrar aqui que, se você não tiver algum controle, e aqui está se colocando a juventude... Eu estou recebendo mensagens da juventude pelas minhas redes sociais: "Sou do Instituto Federal de Educação, por favor, vote contra a PEC nº 241, porque ela é contra a educação!" Então, eu discuto com o jovem, e discuti com um jovem de Porto Alegre, porque era de Porto Alegre. E ele entendeu e disse apenas: "Eu quero que a senhora tenha razão." Uma coisa extraordinária!

Agora veja só a questão do planejamento... E, já que estamos falando em educação, até subi à tribuna para elogiar, elogiar o caso de uma escola pública de Porto Alegre, de uma escola estadual, Senador Cristovam, V. Exª que é especialista, Gomes Carneiro, na Vila Ipiranga, zona norte de Porto Alegre, que teve a nota mais alta do Enem. E os professores estão com os salários parcelados, os salários parcelados. A escola tem dificuldades, tem R\$23 mil para receber do Estado, que está quebrado e não paga salário.

E por que está quebrado? Porque o antecessor, Senador, o antecessor, o Governador que antecedeu a Sartori, sabe o que ele fez? Tomou empréstimos em organizações internacionais, Banco Mundial, Banco Interamericano e em outras instituições, e usou o dinheiro não para fazer investimentos, mas para custeio da máquina. E deixou de herança reajustes para o seu sucessor pagar, reajustes para o seu sucessor pagar.

É com esta forma que se acha que a gestão pública tem que ser feita? É esta? Eu acho que não. Acho que nós temos que ter o mínimo de responsabilidade.

Então, quero cumprimentar a Diretora Susana Silva de Souza, da escola estadual de Porto Alegre, Gomes Carneiro, pela alta nota do Enem, apesar das dificuldades. Mas isso só foi possível graças ao esforço dos alunos, dos professores, com dedicação e compromisso com a boa educação, e também dos pais dos alunos que acompanham a escola. Então, Susana Silva de Souza, Diretora dessa escola, com 740 alunos, Senador, 740 alunos, não é uma escola pequena, queria cumprimentá-la pela alta nota que recebeu naquela Escola Gomes Carneiro e que está ainda dependendo.

Eu queria dizer que não foi só essa escola, mas também outras escolas tiveram uma nota no *ranking* do ensino médio, no Rio Grande do Sul, uma média que foi obtida lá, o sexto lugar, no Rio Grande do Sul, no *ranking* das notas, ele ficou na média nacional. Mas essa escola merece ser citada pelo que ela representa para a educação no nosso Estado.

E uma escola que teve, no Rio Grande do Sul, um grande destaque, foi a Escola Tiradentes, que é administrada pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a nossa Brigada Militar, foi um dos destaques em relação às demais escolas. Essa escola correu o risco, também numa administração do Partido anterior, de ser fechada, porque não queriam uma escola, como a escola militar, funcionando, e que são as escolas de maior rendimento e melhor avaliação de notas que temos. Essa, no caso, não era uma escola militar convencional, mas uma escola ligada à Polícia Militar.

E uma escola gaúcha, Senador Cristovam, está entre as 200 melhores do País: o Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, que ficou na 33ª posição, um ganho em relação a 2014, quando estava na 38ª. Apesar de ser pública – e aí vem o detalhe, como outras organizações públicas –, a escola foge do padrão dos colégios que estão sob a guarda do Poder Público, porque, desde a estrutura até a utilização da seleção, por ingresso, ela faz a avaliação por meritocracia.

Essa questão do planejamento, já que falei na educação, eu a trago. Nós estamos lidando, falando e cobrando que o Governo resolva o déficit para pagar as instituições comunitárias de ensino superior relacionadas ao programa Fies, que foi um programa extraordinário para financiar os alunos universitários, a maioria de classe média ou sem condições de pagar ou sem condições de ingressar numa universidade pública. Isso, porque, em geral, na universidade pública, estão aqueles jovens que têm uma capacidade e um preparo maior para passarem nos vestibulares. Hoje há um sistema que funciona também, mas alguns ficam fora dessas regras. Esse é o caminho para que esses jovens, que compõem um universo muito grande, tenham acesso.

As escolas não podem aguardar mais tempo. E eu apelo ao Governo para que encontre um caminho



que não seja o Congresso Nacional, porque, já na semana passada, foi um desastre, um vexame, pois faltaram 20 Deputados para votarem o PLN 8, relativo ao recurso suplementar para isso.

A Consultoria Jurídica, com bom senso, diz que não pode repetir uma pedalada fiscal em relação a esse tema, que é necessária a aprovação. É possível que haja, sim, alguma alternativa para que não seja necessário submeter quase 2 milhões de jovens universitários a esse dilema de saberem se vão ou não continuar.

Mas agora veja só, Senador Cristovam, aqui há um quadro que mostra exatamente o grau de descompromisso com a questão do planejamento, e mais, sufocando o sonho dos jovens brasileiros, muitos dos quais estão na estatística dos 12 milhões de desempregados – muitos dos desempregados! Veja que nós saltamos. Em 2010, os contratos do Fies eram de R\$76.100; em 2011, passaram para R\$154.300; em 2012, R\$377.800; em 2013, R\$559.900; e em 2014... Veja só o que aconteceu em 2014! O que aconteceu em 2014? Uma campanha de reeleição. Em 2014, pulou-se de 559 para 732 mil contratos. E aí sabe para quanto caiu, um pesadelo? Aquilo que era sonho passou a ser um pesadelo. Em 2015, o caixa, sem fundos, o caixa raso: 2.287 mil contratos do Fies. Aqui, está nos números.

Não precisa ser economista para saber que alguma coisa faltou, e foi planejamento. É preciso estabelecer uma média: vamos crescer em um ano, vamos ter tanto, e no próximo ano mais tanto, no próximo ano mais tanto. Claro, o ideal seria que todos tivessem, ao mesmo tempo, contratos de financiamento, aqueles que precisam. Claro que esse é o ideal, mas nós não podemos alimentar sonhos e utopias, porque isso leva o Brasil para o buraco em que está hoje, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Permita-me V. Ex^a um aparte!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, concedo o aparte, posteriormente ao do Senador Cristovam Buarque.

Então, nós estamos diante desses dilemas e dessa recorrente narrativa de que esse projeto é contra à educação e à saúde. Mas, sem arrumar a Casa, não vai haver só dinheiro faltando para a educação e para a saúde; não vai haver dinheiro para muita coisa. E a inflação, que hoje está em dois dígitos, baixando, infelizmente, vai subir para um descontrole. E, quanto ao desemprego, em vez de 12 milhões, poderemos ter 20 milhões.

A responsabilidade com esse desequilíbrio fiscal precisa ser corrigida, e nós precisamos ter racionalidade nesse processo. Nós temos aqui acompanhado o discurso de quanto pior melhor, porque não me venham dizer que ampliar o gasto público, agora, neste momento, o já explosivo gasto público, vai ser o caminho, ou outro, que é aumentar imposto! A sociedade aguenta aumento de imposto?

Por que as empresas estão indo para o Paraguai? Porque o imposto lá é muito baixo, é muito pequeno, o custo de produção é muito pequeno. Então, a revolução, o que está acontecendo no Paraguai deveria ser um exemplo para todos nós.

A saída seria aumentar impostos. E, para não aumentar impostos, o que a sociedade já não suporta pagar mais... E quem paga mais imposto é a camada mais pobre da população, essa é a que paga mais, porque nem os produtos da cesta básica merecem um tratamento diferenciado em relação aos custos e a tarifação tributária. Nós temos que ter um realismo; o que está faltando é um realismo em relação à questão relacionada a isso.

Há também, uma... Foi falado aqui que o Presidente Lula... Acho que o Presidente Lula fez muito bem em ter ampliado o acesso ao ônibus escolar. O Presidente Lula fez uma coisa impensável. Eu imagino que, se Fernando Henrique Cardoso, se Itamar Franco, se qualquer outro presidente vier e mandar fazer um ônibus escolar igual ao ônibus americano, igualzinho àquele que aparece nos filmes, o que diriam de se fazer um ônibus igual?

Agora foram citados aqui todos os programas de estímulo à indústria metalmeccânica, ao setor de máquinas agrícolas. Sou Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e sei o quanto isso foi importante, mas, quando não se tem planejamento, uma coisa boa se transforma logo em ruim.

Vão ao polo naval no Rio Grande do Sul e perguntem à Marcopolo, que é a maior fabricante desses ônibus escolares, qual é a situação financeira dessa empresa hoje, porque está pendurada nas encomendas dos ônibus escolares que o Ministério da Educação fez e não pagou.

Esta é a realidade: as empresas todas estão nessa situação de insustentabilidade. Eu não cobro, porque não tenho preconceito, não sei o que se passou, o que o ex-Presidente Lula imaginou de fazer um ônibus igual ao *school bus* americano, amarelinho, com portas pretas. Até o modelo do ônibus era igual, até o modelo era igual ao *school bus* americano.

E a previsão, caros Senadores, é que, se não cuidarmos agora desse gasto...

(*Soa a campanha.*)



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...de tudo isso, até 2025, a previsão pode ser pior: um milhão de famílias poderão ir para as classes D e E por conta disso.

Essa inflação, essa dificuldade, e a queda no nível de emprego tiraram dos aeroportos aquilo que foi uma espécie de menina dos olhos do programa, a ascensão das classes D e C para viajar, para desfrutar, para conhecer o Brasil, para ocupar os aeroportos. Maravilhosa, maravilhosa receita! Todos nós queremos isso! Hoje os aeroportos estão começando a retomar, mas essas classes C e D estão cuidando de pagar o Minha Casa, Minha Vida, porque a situação ficou muito pesada para essa camada, para a segunda classe. E essa segunda classe não está sendo enxergada por quem diz defendê-la.

(*Soa a campanha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se o Senador Cristovam quiser, já estou saindo, porque outros oradores estão aguardando para falar.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu também queria, se pudesse.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, só para pegar o primeiro ponto, a ideia de planejamento. Não se faz planejamento. Não se faz planejamento, porque não há limite de gasto, Senadora. Para que planejamento se a gente pode gastar mais em tudo, se a gente pode gastar mais em educação, em saúde, em estrada, em portos, em salários altos, sem restrição nenhuma? Não precisa de planejamento, não precisa de prioridade num país em que se pode gastar mais em tudo. Prioridade é quando, para gastar mais num lugar, tem que gastar menos no outro. E nós nos acostumamos – nós políticos – a não querer brigar entre nós, a não disputar entre nós: “Você me apoia a botar mais dinheiro para a educação e eu lhe apoio a botar mais dinheiro em qualquer outra coisa”. Aí não há planejamento. Daí a importância de se fazer o óbvio: saber que não se pode gastar mais do que os recursos disponíveis. Pode-se até discordar se o reajuste do teto, de um ano para outro, é só inflação ou inflação mais o aumento da arrecadação ou uma parte da arrecadação para cobrir dívida. Agora, se não fizermos isso, temos alternativas. A senhora mesma disse uma: aumentar impostos. O Brasil não aguenta mais aumentar impostos. Dois, calote da dívida. Já provamos dessa receita, e é um desastre para a credibilidade. Os gringos, os economistas chamam isso de calote dual. Do jeito que existe *serial killer* em assassinato, nós somos *serial* moratória.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Essa é a fama que nós temos, e isso abala a credibilidade.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aí, os juros sobem. O outro é não pagar salário em dia: 15 Estados e o DF não vão pagar o décimo-terceiro; alguns não estão pagando salário em dia, o Rio de Janeiro, por exemplo. E isso porque não fazem mais nenhum investimento já há algum tempo. E um país que não faz investimento é um país sem futuro. Fora isso, rolar a dívida e, para isso, aumentar os juros, o que todo mundo critica. Então, não há alternativa a não ser dizer aos brasileiros, a essa geração de brasileiros, porque inclusive somos responsáveis por uma certa farra: “Agora, temos de fazer um sacrifício entre nós, para que haja Brasil daqui a 20 anos”. Senão é um caos completo. Vamos desfazer a máquina do Governo. O Governo foi aparelhado, mas agora pode ser desfeito pelo desastre fiscal e financeiro que nós vivemos. Nós estamos vivendo um caos e aí precisamos de três coisas, Senadora.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um: abrir os olhos, não estamos querendo abrir os olhos. Dois: querer entender. Não estamos querendo entender, por causa de uma briga de Fla-Flu que nós temos. E terceiro: olhar o futuro. Estamos prisioneiros dos votos para daqui a dois anos. Quando digo isso, não estou falando de nenhum partido isoladamente. Todos nós! E sabe o que eu temo? Que, para fazer a PEC do Teto, em vez de patriotismo, se façam negociatas com Parlamentares. Eu temo isso, Senador Raupp. Que tenha Senador aí que diga: “Eu vou votar pela PEC, não para salvar o meu País, mas porque eu quero um cargo aqui, um cargo ali e um cargo acolá”. E eu temo que esse Governo que está aí ceda nisso, porque aí estamos sacrificando o País de outra forma. Então, nós precisamos abrir os olhos para o ao redor de hoje. Nós precisamos olhar o futuro e querer entender as coisas. Eu acho que talvez eu esteja errado. Eu procuro entender, mas uma parte de nossa tradição aqui não é mais entender as coisas.

(*Soa a campanha.*)



O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É torcer por uma coisa ou por outra. É como – e aqui eu termino – um conhecido, Senador Raupp, que morava em Niterói e trabalhava no Rio de Janeiro. Ele se negou por dez anos a usar a Ponte Rio-Niterói, porque tinha sido construída pelos militares. Eu até acho que é mais bonito ir de barco, até acho mais bonito. Mas, no caso dele, não era por ser bonito; era por raiva de quem fez. Eu temo que coisas boas possam causar isso. Tinha gente que ficava contra coisas boas do Lula. Por exemplo, eu cito uma da Dilma: o Mais Médicos. Teve gente que ficou contra colocar médico para pessoas morrendo, com todos os argumentos possíveis, porque era contra o projeto ser da Dilma. E agora tem gente que pode ficar contra projetos que venham melhorar o Brasil ou salvar mesmo, sem querer entender as coisas. Vamos ter que entender, vamos ter que olhar ao redor e vamos ter que olhar o futuro. Eu creio que a senhora está tentando fazer isso. E espero que a gente tenha bom senso, lucidez e responsabilidade neste momento, senão vamos deixar um Brasil trágico para os futuros aposentados; para os futuros desempregados, sem alternativa; para os futuros funcionários públicos, sem salários, ou com salários inflacionados, como já vivemos no passado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, eu também queria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lhe agradeço muito, Senador Cristovam.

Quero lhe dizer que a classe política não está com uma boa imagem perante a população e dá motivos para isso. O exemplo que V. Exª acaba de ilustrar é próprio dessa realidade. É por isso que os chamados *outsiders* estão tendo sucesso. Começaram em São Paulo e vão grassar. Se houver negociata, Senador, é uma irresponsabilidade, uma imoralidade – imoralidade, porque é gente que não está pensando no Brasil, mas está pensando no seu bolso, no seu interesse. Da mesma forma se a posição dos partidos que fazem parte da minoria ou da oposição olharem para o Temer e se vingarem do Temer: estarão se vingando do Brasil. É simples assim.

Eu queria dizer também, Senador Cristovam, que as corporações não estão olhando para a segunda classe. As corporações não estão olhando. Eu tenho enorme respeito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. Tenho. Sempre tive. Sou viúva de um Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul. E por essa instituição, também por uma questão pessoal e familiar, eu tenho um grande carinho, pelo Ministério Público. Mas eu me surpreendi com a nota do MP. E o Presidente da Câmara dos Deputados, o jovem Rodrigo Maia, deu a resposta em uma frase que foi não só lapidar mas perfeita para colocar os pingos nos is: “Nenhuma corporação está acima da Constituição”. Vou repetir: “Nenhuma corporação está acima da Constituição”.

Nós temos que ter senso de realidade. Por que à Lei de Responsabilidade Fiscal não foi invocada também a inconstitucionalidade? O que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal? Um limite. Mas essa só se aplicava aos gastos com pessoal dos Estados e dos Municípios. “Não era comigo.” E ela foi constitucional. Qual é o princípio da PEC 241? Qual é o princípio? É apenas a ampliação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em boa hora, foi criada. E muita gente – nós sabemos quem – foi contra, porque a ganância faz parte de uma irresponsabilidade na gestão. Mas isso tem preço, inclusive nas urnas.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço à Senadora Ana Amélia. Nós temos posições divergentes, mas nos respeitamos e entramos no debate de ideias, de fundo. Na verdade, Senadora, é difícil achar uma explicação dizendo que o desajuste fiscal levou à desaceleração e ao desemprego. Na verdade, é o oposto. Nós estamos tendo aumento da dívida pública porque tivemos uma desaceleração muito grande, que virou recessão. Em todo país do mundo – e é importante entrar no debate aqui –, o gasto público tem um efeito para o crescimento e para a recessão econômica. A senhora sabe que eu fui um crítico aqui...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...em 2015, da política do Levy, porque acho que ela fez um ajuste tão forte que colocou a recessão. A recessão foi muito maior do que deveria ter sido. Aqui, então! Veja: na minha avaliação, não tem como sairmos desta situação de crescimento da dívida pública sem recuperarmos o crescimento econômico. O Presidente Lula pegou a dívida de 60% do PIB – a dívida líquida, viu! – do Governo Fernando Henrique Cardoso. Hoje, está 42%. No Governo Fernando Henrique Cardoso era 60% e trouxe para 34%, porque houve crescimento. Agora, não dá para ter crescimento com um plano de austeridade como esse, com ajuste tão forte e draconiano. Nós vamos continuar patinando. E eu queria trazer, porque há multiplicadores, o Ipea tem vários estudos, vários economistas têm estudos sobre o que significa 1% a mais de gasto público do PIB. Uns dizem que é 1,5%, em períodos de recessão



chega a 2%, uns dizem que é menos. Mas o fato é o seguinte: na situação em que estamos na nossa economia, um ajuste dessa monta, eu posso dizer que nós não vamos conseguir retomar um crescimento vigoroso. E, por fim, Senadora Ana Amélia, não tem jeito, para defender essa PEC tem que saber que tem redução de recurso da educação e da saúde. Eu dei os números de dez anos atrás, repito aqui o tempo que for necessário: os R\$103 bilhões da educação, se essa PEC valesse de 2006 para cá, seriam R\$31 bilhões; os R\$102 bilhões da saúde seriam R\$65 bilhões. Aí o Senador Cristovam disse: “Mas podemos cortar em outras áreas”. Ora, os grandes orçamentos que nós temos aqui são: saúde, algo em torno de R\$100 bilhões; educação, algo em torno de R\$100 bilhões; reforma da Previdência, algo em torno de R\$500 bilhões e pagamento de juros. Nesse a PEC não toca, pagamento de juros não pode ter limite. Tudo bem, aí está liberado, no resto toca. Então, em relação à despesa primária, o impacto vai ser gigantesco, principalmente em saúde e educação. Os cálculos de tudo que é economista dizem o seguinte: nós estamos gastando 20% do PIB em despesa primária; em 2026, cairia para 16%; em 2036, para 12%. A senhora sabe que nós temos 16 milhões de idosos. Sabe quantos nós vamos ter em 2036, daqui a 20 anos? Trinta e seis milhões de idosos! Como é que a senhora justifica que vai ter que congelar o recurso da saúde até 2036? É criminoso! O Senador Cristovam está perguntando como é que faz. Primeiro é retomar o crescimento econômico. O senhor sabe, Senador Cristovam, o senhor é economista. Nós vamos debater, eu vou falar, V. Exª vai falar também aí, que, em momentos de uma depressão como esta, a importância do gasto público é fundamental. Nós tínhamos que ter mais gasto público com saúde e educação. O caminho é o contrário ao que os senhores propõem. Infelizmente, Senador Cristovam, o que os senhores estão propondo vai colocar a economia, a economia pode crescer 1%, depois cai para 0,5%. Nós vamos ter ciclos recessivos de longo prazo. Nós não vamos ter como sair dessa situação em que a gente se encontra. Então, eu faço um apelo. A gente vai trazer depois números aqui. Eu acho que na Câmara houve muito pouca discussão. Aqui, não. Esta Casa é mais de debate, a gente tem a oportunidade de fazer um debate respeitoso, cada um levantando as suas posições. Eu sei que são temas em que, às vezes, há divergências. Mas, aqui no Senado, se passar pela Câmara dos Deputados – eu não tenho muita ilusão de que não passe, do jeito que vai, do jeito que construíram isso lá, pode passar –, a gente vai ter que trabalhar em cima dos números. E só encerro, Senador Cristovam, nós estamos rasgando a Constituição do Dr. Ulysses. O senhor sabe que nós estamos votando aqui o fim da vinculação de 18% do orçamento com a educação.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estamos votando.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não? Isso está escrito. O senhor está acabando com a vinculação disso aqui.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não vai ser 20%, Senador Cristovam, não adianta dar uma de ingênuo. O senhor sabe que vai ser 17%, 16%. O senhor, que tem história na educação, o senhor vai ver, ano a ano, que eles vão pegar recursos da educação e da saúde, porque há um dinheiro que para eles é imexível, que são os quinhentos e tantos bilhões para pagamento de juros. Só encerro, dizendo o seguinte: não há, nesse plano de ajuste fiscal do Governo Temer, nenhuma medida para os mais ricos contribuírem. Porque você poderia defender: já que vamos ter um ajuste fiscal, vamos ter um ajuste equilibrado. Vai haver aperto no povo, mas os mais ricos têm que contribuir de alguma forma. Eu pergunto à senhora: qual o ponto? Nenhum. Em relação a aumentar imposto, poderia sim, Senador Cristovam; poderia aumentar imposto dos mais ricos, que pagam menos no País. Está claro?

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isenção de lucros e dividendos. Mas não: Paulo Skaf não deixa; é tudo no lombo do trabalhador. É reforma da previdência, é tirar recurso da educação e da saúde. Se a senhora puder me apontar uma medida sequer que atinja os mais ricos, neste esforço que o País está fazendo, eu queria que a senhora apontasse, porque não há. É um aperto em cima dos mais pobres. É essa a minha divergência. Mas, aqui, com toda a calma do mundo... Eu agradeço, inclusive, o tempo destinado, que a Senadora Ana Amélia acabou me concedendo, mas nós teremos oportunidade de aprofundar esse debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer muito ao Senador Lindbergh e dizer que gosto mais do senhor assim, do que como o senhor me tratou na Comissão



do Impeachment. Não é uma provocação não, porque sempre tivemos, aqui dentro do plenário, uma atitude respeitosa. Sempre tivemos. E eu fiquei bastante sentida com a forma...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que não era a natural do senhor. Não era. Eu sentia que não era. Então, eu fico feliz de, com V. Exª, hoje – eu, aqui na tribuna –, estarmos tendo este diálogo.

Quero dizer, Senador Lindbergh Farias, com todo o respeito que sempre tive e continuarei tendo por V. Exª, mesmo divergindo diametralmente das posições de V. Exª, inclusive nesta. Quem está pagando a conta do rombo criado pela irresponsabilidade... No primeiro momento, em 2008, 2009, quando houve a crise imobiliária nos Estados Unidos, com impacto direto na economia brasileira, o Presidente Lula teve uma sabedoria: fez uma desoneração. Era importante, naquele momento, dar uma ativação, não só desonerando o setor industrial da chamada linha branca, consumo, aumentar a produção, porque gerava empregos. Isso foi bom, só que essa política tem um limite...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o da prudência. E esse limite da prudência não foi obedecido. Depois, veio uma surra, porque... Aí, dizem aqui: "Ah, mas os Senadores não aguentam pressão." O Governo não aguentou pressão dos setores mais organizados, oligopolizados da economia. De todos eles. E todos conseguiram.

Bom, o buraco foi aumentando, o buraco foi aumentado, e aí, nós, achando que estávamos com o caixa cheio, fizemos uma Copa do Mundo e uma Olimpíada. O senhor é do Rio de Janeiro. Nós estamos pagando o preço da Copa do Mundo, do gasto que foi feito, Senador, em lugares que fizeram estádios – inclusive aqui, em Brasília –, estádios que custaram uma fortuna, com dinheiro público, Senador. Quem era o governador aqui, em Brasília, Senador Lindbergh Farias? O estádio de Brasília foi projetado – estádio público! Público! – para custar R\$700 milhões...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... passou a custar o dobro disso, Senador (Fora do microfone.).

E aí, Brasília não tem hospital, não tem vaga para as pessoas serem operadas. Está um caos a saúde em Brasília. Quem era o governador que fez esse estádio, desse tamanho, para atender quem? As empreiteiras. Não é assim... Nós temos que falar a verdade.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora está desviando o assunto, para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... não admitir que vai votar contra trabalhador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está votando contra trabalhador. A senhora está retirando recurso da saúde. Aí fica tergiversando. É fácil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E sabe por que temos 12 milhões de trabalhadores? Por causa disso, desse desequilíbrio. Por causa dessa irresponsabilidade da gestão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que a senhora não entende de economia. Desculpe-me. Não é questão fiscal que leva ao desemprego. Isso é ignorância, do ponto de vista econômico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro que é. É o desequilíbrio, é a incapacidade do Governo de organizar as suas contas que gera a inflação, que gera o juro alto. É esse desequilíbrio que gera tudo isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não sou economista...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Ana Amélia, já estamos com 42 minutos e ainda temos mais cinco oradores.

Só para concluir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou encerrar, Senador Telmário Mota, mas eu gostei muito, porque esta oportunidade me permitiu mostrar um pouco, descortinar a



verdade deste País que nós estamos vivendo agora.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora está confundindo todos os conceitos, Senadora Ana Amélia. Economia... Está confundindo tudo. Desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É essa a dificuldade que os senhores têm de enfrentar a realidade.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Telmário, como eu fui citado, eu poderia usar da palavra? Embora tenha sido citado muito gentilmente... Primeiro, Senador, sem querer fazer brincadeira ou não, mas é a primeira vez que eu vejo a oposição lutar para que o governo ao qual ele se opõe possa gastar muito. O Senador deve confiar muito no Temer, achando que sem limite de gastos ele vai colocar mais em educação, saúde... Quem garante isso? Nós é que vamos garantir se ele põe ou não, mas para isso nós temos que ter responsabilidade. Responsabilidade significa não gastar mais do que se tem. E se sabe – qualquer pessoa sabe – que, se for irresponsável nos gastos, passa o que está passando. Senador, 15 Estados não estão...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... podendo pagar. A quebra e a recessão vieram da falta de investimento que vem do juro alto, que vem da falta de credibilidade, não só do governo Dilma: é histórico. Ainda mais falta de credibilidade deste Congresso aqui, que, se votar contra o limite de gastos, vão dizer claramente que é para aumentar os nossos salários também, daqui, para aumentar os nossos gastos, para baixar essa temperatura, consumindo mais energia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A sociedade não aguenta mais isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É uma questão de responsabilidade que, neste momento, se precisa. Agora vamos ver onde é que se controlam gastos, onde se aumenta e onde é que se diminui, mas está na hora de trazer a esquerda e a direita aqui para dentro. A esquerda quer gastar aqui e a direita quer gastar aqui. Vamos brigar entre nós, porque nós perdemos isso, porque todo mundo gasta muito, gasta muito, gasta muito e a política fica uma coisa fácil...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se você colocar limite de juros...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... sem debate. Juros não caem se a dívida não cai.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Juros não caem com a nossa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Os nossos juros são juros de agiota, porque nós somos devedores que precisam de agiota. Não temos condições de ter credibilidade para ter juros baratos. Essa é a nossa realidade. Recuperar credibilidade é a coisa mais importante no Brasil de hoje, para poder atender aos 12 milhões de desempregados com um investimento que gera emprego.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Posso responder?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Para dar aposentadoria para os jovens de hoje, quando chegar a vez deles. A não ser, e aí eu concluo realmente, Senador Lindbergh: eu vou brigar aqui para aumentar salário de professor, mas sem a mentira da inflação. Este negócio de a gente aumentar 20% e depois tirar os 20%, com a inflação de 20%... Está na hora de parar. Está na hora de parar, porque o nome disso é demagogia e irresponsabilidade. Eu vou votar pelos trabalhadores, mas vou votar com muita responsabilidade.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso responder?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer, Presidente, e faço minhas as palavras do Senador Cristovam...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e demais Senadores. Muito obrigada.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador, se votar nisso, V. Exª estará votando pelo corte dos salários dos professores. Isso é demagogia. Estou falando com toda a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) –



Continuando: Senador Raupp, pela Liderança.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Telmário Mota, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu pronunciamento não será sobre isso, mas, quanto a essa discussão da reforma, é a primeira vez que vejo alguém criticar austeridade de governo. Eu sempre soube que é isso que a população cobra, seja dos governos municipais – como já o fui por duas vezes –, seja dos governos estaduais – como eu já fui, também, governador do meu Estado –, seja do Governo Federal. O que a população sempre cobra é austeridade do governo.

Eu diria que esse plano de metas e gastos é semelhante ao Plano Real, porque ele traz uma realidade para o País. É semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal, porque traz um limite de gastos para os entes federados, para os Estados, Municípios e a União.

Então, eu lamento quando setores, alguns partidos, estão induzindo... Inclusive, os jovens, Senador Cristovam Buarque, estão enchendo as nossas caixas de correio, nas redes sociais, dizendo que são contra a PEC nº 241, na verdade, sem saber por que são contra, pois alguém está jogando para eles um texto enlatado, um texto pronto, para que eles possam colocá-lo em nossas caixas, dizendo que são contra e que não se vote na PEC nº 241.

Na verdade, eles não sabem o real objetivo, por que está sendo votada a PEC nº 241 aqui no Congresso Nacional, que é para a contenção de gastos e para o crescimento da economia do nosso País.

Faço aqui, Sr. Presidente, a primeira parte da minha fala.

Quero fazer um breve registro do desempenho do PMDB nas eleições municipais realizadas no último dia 02.

Conquistamos, no Brasil, 1.028 prefeituras, número este maior do que em 2012. Elegemos uma prefeita no primeiro turno, a Prefeita Teresa Jucá, de Boa Vista - RR, e, no segundo turno, o Partido tem 12 candidatos a prefeitos, sendo 6 deles em capitais, e 8 a vice-prefeitos. Portanto, o atual número pode ainda subir, com resultados no dia 30, no segundo turno.

Nas câmaras municipais, Sr. Presidente, o PMDB elegeu 7.570 vereadores, número semelhante ao de 2012, mas continuamos disparadamente o partido com o maior número de cadeiras nessas casas legislativas, também nas prefeituras e vice-prefeituras.

No meu Estado de Rondônia, o partido elegeu, no primeiro turno, 13 prefeitos. E três estão eleitos também, mas estão *sub judice*, aguardando julgamento do TRE e do TSE. Portanto, foram 16 prefeituras, diante de 15 do ano de 2012, oito vice-prefeitos e 72 vereadores. E três prefeitos em coligação.

Destaco que o PMDB foi o partido que mais elegeu prefeitos no meu Estado – o Estado de Rondônia.

Devido às novas regras eleitorais, tivemos uma eleição mais curta, com significativa diminuição de gastos e um controle maior na prestação de contas.

Quero agradecer a todos os 14.870.849 votos de brasileiros que votaram no PMDB, na confiança de que o Partido apresentou boas propostas para a administração dos Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, entro agora em outra fase do pronunciamento, sobre questões ambientais.

A revista Exame, em sua edição de 28 de setembro último, publicou uma reportagem cujo título é uma pergunta: “Hora de desatar o nó?” Com essa interrogação, a publicação sintetiza uma angústia que há mais três décadas atormenta o setor produtivo no Brasil.

Abordando os problemas do licenciamento ambiental, a Exame descreve algumas das propostas recentes no sentido de se eliminar aquilo que se convencionou chamar de “gargalos do crescimento”.

Infelizmente, não há engano nos números. É verdade que se está falando de mais de 30 anos de conflitos entre o setor produtivo e os órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental.

Devemos nos lembrar, por exemplo, que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi criado por meio da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, durante o governo do Presidente Sarney, tendo como missão maior a de integrar a gestão ambiental em nosso País.

Entretanto, também devemos ter em mente que foi o art. 10, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que introduziu o processo de licenciamento ambiental na legislação ordinária.

Desse modo, no que se refere à utilização de recursos ambientais, foi a partir dessa lei do início da década de 1980 que a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades passaram a ser, em princípio, legalmente disciplinados.

O grande problema é que, passadas mais de três décadas, 30 anos, essa normalização legal está longe de ser adequada, a começar pela subjetividade que envolve os processos de licenciamento, bem como por uma incapacidade histórica do Poder Público para mediar os conflitos resultantes dos embates associados à emissão das respectivas licenças ambientais.

Para alguns segmentos da sociedade, o licenciamento ambiental é um entrave, um obstáculo, um



desestímulo aos grandes investimentos em infraestrutura e, por conseguinte, um bloqueador da geração de emprego e renda.

Para outros segmentos, o licenciamento é um processo corrompido, por meio do qual o grande capital impõe a sua vontade, compra consciências e, no limite, devasta o ambiente no intervalo entre esses extremos, graças à desinformação e, pior, à incompetência no aprimoramento desse processo.

No entanto, visões extremadas, simplistas e às vezes mal intencionadas não se sustentam, especialmente no que tange ao enfrentamento de questões complexas, como as que compõem os conflitos socioambientais.

Assim como a demora na expedição ambiental não deve ser entendida como parte de um processo deliberado de conter o desenvolvimento, o aumento da velocidade na emissão desses documentos não pode ser visto como desprezo pelas análises ambientais ou como resultado de práticas de aliciamento e corrupção.

A reportagem citada faz referência ao recente arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, no Pará. Trata-se de um empreendimento capaz de gerar 8 mil megawatts, que estava previsto desde 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e constava no Plano Decenal de Energia de 2013.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente, não há equívoco nos números. Quase uma década de discussão não foi suficiente para tirar a obra do papel. Após quase dois anos de análises, o Ibama concluiu que o estudo de impacto do empreendimento era inconsistente.

Sem ironia, podemos dizer que, diante da controvérsia provocada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, esses prazos foram curtos. Lembremo-nos, por exemplo, de que, somente em 2011, ou seja, 35 anos após a apresentação de seu projeto, essa hidrelétrica começou a ser construída. Lembremo-nos também, Sr. Presidente, de que, ainda hoje, correm na Justiça quase 30 processos contra essa obra.

É como nos fala a sabedoria do povo: “Não adianta tapar o sol com a peneira.” O problema maior é que não há uma lei geral sobre o tema que regule o licenciamento. Enquanto não resolvermos isso, ficaremos à mercê da judicialização provocada por um emaranhado normativo criado pela edição de dezenas de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), boa parte delas datada da década de 1980, e também por um assustador cipoal de outras normas infralegais.

O Governo Federal apoia um projeto de lei que tramitará na Câmara dos Deputados e deverá ser apresentado oficialmente ao Congresso ainda neste mês. Trata-se de uma iniciativa que visa garantir a permanência do processo de licenciamento, mas também eliminar distorções do modelo atual. O objetivo seria categorizar os empreendimentos por potencial de dano ao meio ambiente e às comunidades locais.

Dessa maneira, obras e empreendimentos de impacto socioambiental reduzido poderiam passar por licenciamentos menos complexos ou mesmo serem liberadas do processo, ainda que o estudo de impacto continue a ser exigido para obras complexas. Nesses casos, seriam mantidas as atuais três etapas de licenciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos discutir esse projeto da melhor maneira possível aqui no Senado Federal. Contudo, precisamos dar celeridade a essa discussão, pois o Brasil não suporta mais sua procrastinação.

Observe-se, por exemplo, que essa proposição inclui a implantação de um instrumento de planejamento extremamente valioso denominado Avaliação Ambiental Estratégica, que precederia a emissão de licenças e teria como função mapear e classificar as áreas de acordo com suas potencialidades e fragilidade socioambientais.

É de grande valia a iniciativa de se tentar modificar a lógica que hoje rege o licenciamento ambiental no País, ou seja, a de que ele se resume a uma etapa burocrática a ser vencida depois que a decisão de construir um empreendimento já foi tomada. Nesse sentido, a AAE é talvez a mais adequada inovação a ser introduzida no processo. Ainda assim, quanto tempo nós levaríamos para consolidar essa mudança?

Se a expectativa do Poder Executivo é de que essa proposta seja votada ainda em 2016, devemos apoiar o início imediato dos debates a ela associados aqui, no Congresso Nacional, mas uma saída equilibrada para desatar o chamado nó do licenciamento ambiental deve ser realista e pragmática, jamais baseada em “achismos” ou em arroubos que somente servirão para despejar, mais uma vez, o caldeirão desses conflitos no colo do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos grandes obras ainda para executar neste País, e cito aqui duas grandes, ou três, ou quatro até, no meu Estado de Rondônia, como a BR-364, a sua duplicação de Comodoro, no Mato Grosso, até Porto Velho, que é o corredor da soja, em que se transportam em torno de duas mil a duas mil e duzentas carretas por dia de soja do Mato Grosso para os terminais portuários de Rondônia. Essa BR precisa ser duplicada. Essa BR precisa ser projetada, ser concessionada e duplicada. E aí eu temo também os licenciamentos ambientais. Da mesma forma, a nossa Ferrovia Bioceânica, ou o trecho de Lucas do Rio



Verde ou de Sapezal até Porto Velho, até os portos graneleiros de Porto Velho, mais uma obra que poderá ser delongada pelos entraves ambientais. Por isso, eu peço celeridade na discussão desse projeto.

Temos a Ponte Binacional, que liga Guajará-Mirim a Guayaramerin, na Bolívia, uma obra que demorou mais de cinco anos para se fazer o projeto e agora está em fase de conclusão e licitação.

Cito também, Sr. Presidente, a BR-319, que liga Rondônia, Porto Velho, ao Estado do Amazonas, à capital, Manaus, uma obra que ficou emperrada, mesmo depois de implantada, mesmo depois de pavimentada. Ela foi acabada, e, por falta de uma licença ambiental, há muito tempo se arrastam a conservação e a restauração dessa rodovia.

Por isso, Sr. Presidente, encerro aqui a minha fala, pedindo ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, que, quando esse projeto chegar aqui, tenhamos pressa, que possamos votar com celeridade esse projeto tão importante para destravar o nó do licenciamento ambiental no nosso País.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu considero que um Governo não pode gastar mais do que arrecada – isso, para mim, é princípio. Eu defendo o controle de gastos. Agora, é absolutamente inaceitável um Presidente da República fazer um jantar, convidando 300 Parlamentares com esposas – 500 pessoas –, às custas do contribuinte! É absolutamente inaceitável, seja qual Presidente for! O contribuinte não tem de pagar um jantar para 500 pessoas, para Parlamentares, assessores, esposas de Parlamentares. Isso é um desrespeito ao contribuinte, é uma brincadeira de mau gosto com o contribuinte, principalmente para se discutir controle de gastos, que é uma coisa importante para o País. É absolutamente inaceitável o dinheiro do contribuinte ontem ter sido torrado num jantar para Parlamentares e para famílias de Parlamentares. Quero fazer esse registro aqui, porque não posso concordar com isso e não acho que isso é sério, que isso é respeitar aquele que paga impostos neste País, às vezes, com muita luta e com muito suor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero registrar o meu apoio à fala do Senador Reguffe, Senador Paulo Paim. Espero que, depois, isso se traduza na discussão e no voto também contra essa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem o meu apoio também.

Senador Telmário Mota.

Vai ser unanimidade essa posição.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, antes de ir diretamente ao assunto que me traz à tribuna, eu quero me reportar a um jornaleco que há no meu Estado, um tal de jornal *Roraima em Tempo* – de mentira. Eu queria até que fizessem aqui uma foto deste jornal, que diz o seguinte, Sr. Presidente: Supremo Tribunal Federal (STF) dá um belo coice e uma boa chifrada em Telmário Mota. Ele está querendo se referir às vaquejadas, que o Supremo proibiu em todo Brasil. Primeiro, o Supremo não está me dando nenhum coice, porque eu nunca pratiquei vaquejada. Quanto à chifrada, eu não sabia que os membros do Supremo fossem pessoas que tivessem chifres. Agora, isso aqui é bem feito para o Supremo. Eu peguei um coice, sim, quando o Janot pediu a prisão do Senador Romero Jucá, que é o dono desse jornal. Aí, sim, não pegou só coice o Telmário; pegou coice o Telmário, o povo de Roraima e o povo do Brasil. Esse cidadão deveria estar preso porque ele praticou, sim, um ato muito pior do que o do Delcídio Amaral. Então, o lugar dele era na cadeia. Mas bem feito para o Supremo, que não o colocou na cadeia, e agora ele está dizendo que o pessoal do Supremo anda dando chifrada e coice. Eu queria dar esse recado para os ministros do Supremo, que proíbe a vaquejada e não prende uma pessoa denunciada em corrupção neste País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu venho discutir com esta Casa a decisão do Supremo Tribunal Federal em proibir a vaquejada no Ceará.



O Dr. Marcos Lima, da Associação Brasileira de Vaquejada, informou que essa decisão partiu de uma lei estadual que regulamentava a vaquejada. Apenas no Ceará, acontecem mais de 700 provas por ano, gerando cerca de 600 mil empregos direta e indiretamente, movimentando cerca de R\$ 14 milhões por ano só naquele Estado. Agora, multipliquem esse valor por todos os Estados brasileiros.

Sr. Presidente, a vaquejada nasceu da lida do sertanejo na caatinga para pegar o boi fujão, que era criado solto na caatinga e no cerrado. Devido aos muitos galhos e espinhos, os laços ficavam presos. Então, o sertanejo tinha que mostrar habilidade em segurar o animal pelo rabo; fazia malabarismos para derrubar, dominar e entregá-lo são e salvo ao patrão.

Se esse boi fugisse, aconteceria o efeito manada: toda a boiada se espalharia. Então, o trabalho do vaqueiro era pegar esse boi, trazê-lo para junto dos demais e também fazer alguns tratamentos em ferimentos, etc.

Essa peleja foi aperfeiçoada e trazida para a cidade, e há mais de 100 anos virou parte da cultura nordestina; hoje, obedece a regulamentos e regras. A principal delas é proteger o animal. Isso não podemos negar. É falso afirmar que os animais são maltratados. Se o boi é o ganha-pão do vaqueiro, como o vaqueiro vai maltratá-lo?

A proibição desse esporte faz um estrago enorme na economia local e nacional, pois a vaquejada é uma competição que acontece em praticamente todos os Estados brasileiros.

Em vez de proibir, por que não regulamentar? Por que não impor regras? Os empresários do setor foram pouco ouvidos e precisavam ser ouvidos. Eles não tiveram chance de explicar como a atividade funciona.

Sr. Presidente, é possível que incidentalmente, numa determinada ação, se colha prova técnica dentro do contraditório através de perícia e se comprove, naquele caso concreto, independentemente da lei e não por subjetivismo, que determinada prática constitua uma agressão aos animais, mas não em Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi o que aconteceu, uma Adin.

Então, em face da lei estadual do Ceará, não é possível, em uma Adin, dilação probatória ou exame incidental pericial, apesar de terem trazido ilações sobre a vaquejada nesse julgamento, e tudo na base do achismo, porque não há lei federal que regule, que determine, regulamente e esclareça. Não há essa prova válida nessa Adin que se discuta única e tão somente aspectos legais. Só se admite discussão de princípios de Direito sob a afronta à Constituição. Não é possível dilação probatória. Em Adin, não se ouve testemunha, não se faz diligência, não se faz perícia. Isso decorre da lei. Então, qualquer fundamento da decisão que esteja embasado em qualquer prova que não seja a discussão meritória constitucional é completamente sem valia, porque não respeita a ampla defesa e o devido processo legal.

Além disso, Sr. Presidente, vou lembrar a nossa Constituição: "Não há crime sem lei anterior que o defina, sem prévia cominação legal." Nossa legislação é descritiva, escrita e anterior. Para que uma conduta humana seja considerada criminosa, é preciso que haja um texto de lei anterior à conduta, descrevendo aquela atividade como criminosa e cominando a ela uma pena. Na legislação pátria, não há nenhuma lei que criminalize o galismo nem muito menos a vaquejada.

O que eles estão querendo fazer é uma analogia incriminadora, o que é proibido pela legislação, ou até uma interpretação extensiva da lei, o que a legislação pátria não aceita, não admite.

E, ao particular, nossa legislação é bem clara: ao particular, tudo o que não é proibido é permitido, diferentemente do ente público, onde só pode ser feito o que está descrito na lei. Ou seja, se não há nenhuma lei criminalizando essas condutas, elas são permitidas pela ausência de criminalização. O que acontece é um preconceito generalizado, estabelecido e incentivado por pseudoambientalistas, que de preservadores não têm nada. Quem preserva são os produtores. Eles têm muita alienação, muito delírio utópico. As culturas e tradições, que têm como referência a interação entre homem e animal nas atividades desportivas, sofrem hoje uma perseguição ideológica, não legal, uma perseguição ideológica que tem que ser combatida.

O criador tem que sair do casulo, vestir o escudo, botar a espada na mão e ir para a batalha. Quando eu falo isso é por simbologia, porque a sua arma é a verdade e a sua coragem vai ser transformada nessa verdade. Ele precisa parar de se esconder e se assumir como avicultor esportivo, como praticante de esportes que envolvem qualquer tipo de animal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, vejam como a situação é complicada. O Supremo decidiu por seis votos a cinco. Se fosse uma atividade cruel, a votação teria sido por unanimidade. O principal argumento do ministro do Supremo é que a vaquejada é uma prática cruel para os animais.

Srs. Ministros do Supremo, se é para falar de esportes violentos e cruéis, vamos lá. Quem diz que os cavalos bem nutridos, mostrados nas Olimpíadas, não são maltratados? Vocês sabem como eles são treinados para saltar? Por exemplo, os cavalos que saltam, hoje, passam por uma manga para treinar a saltar. O seu condutor tem espora, tem chicote, ou acham que é de graça? Imaginem o animal pular seis, sete, doze obstáculos numa



só hora, num só momento! Não são maus-tratos? O animal que faz polo, que joga... Agora mesmo, na Europa, se não me falha a memória, dois animais infartaram. O polo e esse esporte que foi usado nas Olimpíadas, o hipismo, são esportes de rico. Aí, ninguém toca, ninguém mexe, ninguém realmente quer proibir.

Agora, quanto à vaquejada, que é uma coisa cultural, oriunda do nordestino, do nortista, hoje presente em quase todo o Brasil, aí, pronto, querem proibir sem fazer o estudo devido e necessário.

Futebol: existe uma coisa mais violenta do que o futebol? Quantos atletas se quebram? Quantos morrem? Quantos têm paralisia? Ali há choques, pancadas que podem provocar traumatismos cranianos, que podem fazer com que uma pessoa possa realmente ficar até paraplégica em razão de lesões na coluna. Torcidas organizadas: quantas pessoas morrem nesse movimento de torcidas organizadas? Ninguém vê isso na vaquejada.

Então, quando se trata de qualquer tipo de esporte, há qualquer tipo de risco, daí criminalizar a vaquejada, sem nenhuma lei, é, naturalmente, um absurdo.

É a esse sentido que me ponho totalmente contrário.

Há poucos dias, por exemplo, Brasília sediou esse tal de vale-tudo, esse UFC. Coisa mais absurda é o UFC: as mulheres se espancam, sangue para todo lado; os homens se maltratam, é chute, é pontapé. E todo mundo aplaude, todo mundo vê pela televisão, passando em horário nobre. Não é violento isso? Isso é pelo dinheiro. O homem nasceu para fazer isto: para se espancar, para se bater, para se machucar? A mulher também? Não! Mas e o Supremo como fica nisso? Então, é preciso analisar tudo o que realmente está colocado.

Por último, queria aqui mostrar o sentimento hoje das pessoas que moram no Nordeste, principalmente os jovens do Nordeste.

Vejam, por exemplo, o que fala essa jovem (*Reprodução de áudio do WhatsApp*):

[...] me levantei de repente, pois veio um verso na mente e eu decidi para tu mostrar, pois só quem vive é quem sabe que não existe maldade quando decide criar.

A seca que faz ressecar qualquer tipo de plantação, que só quem vive no Sertão é quem já viu gado sofrer, sem água ter para beber e o capim não existe mais. E cadê que um Deputado faz um poço ou uma cisterna para garantir a invernada e pensar nos animais.

A vaquejada surgiu para salvar muita gente, pois muito pobre carente que não pôde estudar conseguiu a vida a ganhar. Através da vaquejada, sustentou famílias, construiu morada, para depois ouvir um desaforo de um bando de cabra calouro querer acabar assim do nada.

Pergunte a algum se já foi a uma festa de apartação, onde tem o filho, o pai, o irmão da vaquejada sobreviver. Muitos não sabem ler e nem escrever, andando nas vaquejadas do mundo, mas é bem melhor do que ser um vagabundo, que só faz roubar, matar e morrer.

É do calzeiro ao julgador, entra o vaqueiro, entra o tratador, é o que movimenta a renda do Sertão, é o que sustenta o cidadão, o verdadeiro trabalhador.

A indignação martela no meu peito em ver o País desse jeito, em querer mexer no que está quieto, igual em uma casa sem teto, que abala logo a estrutura. É querer acabar a cultura e o Nordeste ficar sem nada, e acabar com a vaquejada é uma verdadeira loucura.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Esse é o sentimento de uma outra moça (*Reprodução de áudio do WhatsApp*): “Querem acabar com a nossa cultura tão bonita. Eu vim de uma geração e sou de tradição, e vaquejada está na minha veia, não pode acabar.”

Amanhã, o Brasil, de norte a sul, vai se mobilizar. Tem que ir às ruas, mostrar que a vaquejada é uma cultura centenária do povo brasileiro e que pode ser praticada, assim como é o hipismo, assim como é o futebol, assim como é o vale-tudo, assim como é o turfe. O que vocês acham? Um animal ser submetido a correr 2,4 mil metros, isso não é maltrato, não?

Então, assim como é possível o turfe, assim como é possível o hipismo, assim como é possível o polo, assim como é possível o vale-tudo, assim como é possível o futebol, há de se normatizar a vaquejada e deixá-la ao povo do Brasil – Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul –, que tem hoje a vaquejada como sua cultura.

Amanhã, vamos à luta, vamos mostrar às autoridades competentes que eles deveriam largar sua toga, vestir o gibão e olhar a necessidade do homem do sertão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Houve um pessoal hoje de manhã, gravando comigo ali, a seu pedido. Como foi a seu pedido, eu gravei. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, discutir é fundamental: o



controle dos gastos públicos, a limitação desses gastos, a aplicação correta dos recursos públicos em benefício da população brasileira. E esse é o debate que hoje começa mais intensamente na Câmara dos Deputados e que brevemente chegará ao Senado Federal. Na matriz desse debate, há um tema que eu considero essencial, a dívida pública brasileira.

E, hoje, Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria da dívida pública brasileira. Nós precisamos discutir a dívida, buscar alternativas para uma administração mais competente dessa monumental dívida pública que asfixia a economia do País, já que gastamos a metade do que arrecadamos para o pagamento de juros e serviços dessa dívida anualmente. Evidentemente, não há como encontrar recursos e solução para as demandas sociais, para os problemas econômicos do País, para as questões referentes à educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, se nós não equacionarmos, de forma competente, a rolagem dessa monumental dívida pública, que chega já a R\$4 trilhões.

O que nós devemos? Para quem devemos? Por que devemos tanto? Qual a razão desse crescimento exorbitante da dívida pública brasileira nos últimos anos? Nos últimos 12 anos, tivemos um crescimento de R\$2 trilhões. O que nós queremos com essa auditoria? O que precisamos saber? O que é direito da população brasileira saber? Temos que saber por que evoluiu tanto a dívida pública do País, especialmente nos últimos 12 anos.

Precisamos:

Identificar o estoque da Dívida Bruta Interna da União, juntamente com os detentores da totalidade dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional nos últimos 12 anos, inclusive os que estão em poder do Banco Central e que são repassados ao mercado por meio das Operações de Mercado Aberto. Identificar o objetivo que fundamentou a emissão dos títulos, bem como aferir se as destinações dos recursos corresponderam aos objetivos que fundamentaram a contratação de mais dívida. [Ou seja, para onde foi o dinheiro? Foi corretamente aplicado? O País se beneficiou em esse endividamento? Que setor da sociedade brasileira se beneficiou com esse endividamento?]

Dos R\$2 trilhões incorporados à dívida bruta interna da União nos últimos doze anos, verificar o que foi direcionado para investimentos no Brasil pelo Governo Federal. [O que se investiu no Brasil e o que foi para fora do País, como se verificou, nos últimos anos, o repasse de bilhões de dólares a outras nações, através do BNDES, mas recursos do Tesouro Nacional.]

Identificar quanto desse montante foi direcionado para pagar juros, encargos, amortização e refinanciamento da dívida bruta interna da União.

Verificar se os mecanismos de gestão da dívida bruta interna da União permitem a produção e disponibilização das informações acima mencionadas para a população brasileira de maneira simples e frequente.

A administração da dívida bruta interna da União conta com o sistema de *dealers*. A “rolagem” da dívida ou refinanciamento não significa mera troca de títulos que estão vencendo por títulos com vencimento futuro. Em geral, trata-se de novas operações em novas condições, com nova taxa de juros e sujeitas ao pagamento de novas comissões. Identificar a diferença nas taxas de juros e valores de encargos aplicados às novas operações onde os *dealers* são os detentores dos títulos renegociados.

Portanto, essas são questões essenciais que justificam o pedido de auditoria da dívida pública brasileira.

Nós estamos acostumados a ouvir a afirmação de que o Governo quebrou e que, se fosse uma empresa privada, teria a sua falência decretada. Especialistas fazem essa afirmação. O rombo nas contas públicas atinge cifra jamais verificada em toda a história brasileira. Nós chegamos a R\$170 bilhões de déficit nas contas públicas.

Portanto, esse diagnóstico que é apresentado, inclusive pelo ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ganha respaldo incontestável na realidade dos fatos. Esses números, sem precedentes na nossa história, de endividamento, de déficit público oferecem respaldo a esta afirmação – que poderia ser considerada radical – de que o País quebrou, o Governo quebrou.

Analisando a situação financeira do Brasil, pode-se verificar sem muito esforço que o elemento principal, a espinha dorsal do problema chama-se dívida pública. É por isso que estamos pedindo essa auditoria: por que ela cresceu tanto?

A irresponsabilidade flagrante de atos administrativos, com a concessão, inclusive, de autorização para empréstimos, empréstimos externos, a busca de recursos no exterior para Municípios, Estados e União, adotando o critério da excepcionalidade, já que tecnicamente muitas dessas unidades federativas estariam impedidas de celebrar contratos para novos empréstimos, já que não possuem a sustentação financeira



suficiente para a aquisição desses recursos.

O estoque da dívida alcança, como já disse, mais de R\$3,9 trilhões. Do total dessa dívida, 22,9% estão nas mãos das instituições financeiras e 21,3% com os fundos de investimentos. Juntos, são os principais credores.

Pesquisando na página do Tesouro Nacional na internet, encontra-se a afirmação de que o objetivo da gestão da dívida pública é suprir, de forma eficiente, as necessidades de financiamento do Governo Federal ao menor custo no longo prazo.

Ora, nós estamos, certamente, verificando que há uma contradição nessa afirmação: menor custo e longo prazo. Porque nós estamos gastando a metade do que arrecadamos para o pagamento de juros e serviços. Neste ano, será R\$1,328 trilhão para pagamento de juros, serviços. E a administração, portanto, da dívida, com a rolagem dessa monumental dívida, R\$1,328 trilhão, correspondendo a cerca de 50% do que arrecadamos.

No ano passado, nós tivemos um gasto com educação de 3,9%; com a saúde, 4,14%, e com a dívida pública, com juros e serviços da dívida, 42%. Portanto, veja que gastamos dez vezes mais com pagamento de juros e serviços da dívida do que gastamos com saúde e com educação. É evidente que isso tem que ser verificado. Nós temos que ter a exata percepção do que ocorreu nesses anos para chegarmos a esta situação de tragédia.

Olha, quando nós verificamos outros países também endividados, alguns até com endividamento superior ao brasileiro, nós vamos constatar que gastam menos da metade do que nós gastamos, proporcionalmente, para a rolagem das suas dívidas. Eu cito como exemplo sempre o caso da Alemanha.

Portanto, com quase 50% do orçamento federal comprometido com o pagamento de juros e refinanciamento da dívida, o Governo já não tem mais condições de fazer frente aos gastos e a população já não tolera nem suporta mais aumento de impostos.

O que se discute, hoje, na Câmara dos Deputados, é exatamente isto: onde obter recursos para atendimento dos serviços básicos fundamentais que devem ser prestados pelo Estado brasileiro à sociedade.

Mesmo diante desse cenário caótico, a nova equipe econômica nada fala a respeito da reestruturação da dívida pública; ao contrário, trata esse assunto como verdadeiro dogma.

Nessa PEC 241, por exemplo, não há, a não ser a referência da implicação da dívida pública na administração das finanças do País, nenhuma alternativa de solução.

Não estamos falando, portanto, em dar calote na dívida, mas sim em modificar a forma de administrá-la. Podemos iniciar a crítica ao sistema propondo uma reflexão a respeito da manutenção do sistema de *dealers* hoje estabelecido. Os *dealers* são instituições financeiras credenciadas pelo Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos. Atualmente, o Tesouro Nacional possui 12 *dealers*, dos quais dez são bancos e dois são corretoras ou distribuidoras independentes.

A atual equipe econômica do Governo, diante da realidade de que a União está gastando mais do que arrecada, tem apresentado diversas propostas para cortar gastos da União, visto que o contribuinte não concordou com a sondagem inicial de aumento de impostos. Aliás, aumentar impostos seria um escárnio. Seria uma ofensa inominável a uma população já sacrificada em excesso.

Todavia, em todas as fórmulas apresentadas pelo Governo, não está incluída uma proposta de modernização de gestão e racionalização dos gastos com a dívida interna da União, que, como foi visto, consome quase 50% do orçamento federal.

Será que a administração da dívida pública no Brasil está sendo feita de forma tão espartana, tão eficiente, que nada pode ser feito para diminuir os gastos da União nessa esfera?

Com o pedido de auditoria, esperamos ter elementos para, sendo necessário, poder contribuir de forma objetiva com a construção de um sistema eficiente de gestão da dívida pública.

Enfim, Sr. Presidente, concluindo, para que possamos debater alternativas de administração mais eficaz da dívida pública brasileira, precisamos conhecê-la em profundidade. É por isso que estamos indagando: são vários os quesitos aqui elencados para a auditoria que requeremos ao Tribunal de Contas da União?

Em síntese, o que desejamos é saber por que o crescimento da dívida; quem é credor, ou seja, para quem devemos quase R\$4 trilhões; por que os encargos para a rolagem da dívida chegaram a esse volume de recursos anualmente, a essa exorbitância de 42% ou agora quase 50% da receita pública.

Enfim, são questões essenciais. Primeiramente, temos que conhecer a dívida, os nossos credores, os prazos estabelecidos, as taxas de juros, os detalhes da dívida, para depois discutirmos então alternativas que possam minimizar o impacto desta dívida monumental sobre a economia do País.

Espero, Sr. Presidente, que esta Casa aprove rapidamente esse requerimento para que ele possa ser submetido ao Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.



(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna, na condição de inscrito, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Raimundo Lira, Senadores e Senadoras, eu queria, em primeiro lugar, fazer um registro dos 100 anos, um século, da Associação Cultural e Beneficente Floresta Montenegrina.

Registro o centenário dessa fundação lá no meu Rio Grande do Sul. Vamos ter um evento esplendoroso, muito, muito concorrido. Eu só não me faço presente por questão de agenda em nível nacional, mas deixo aqui as minhas homenagens ao Presidente Luís Carlos de Oliveira, a todos os associados e amigos dessa entidade tão importante para o nosso Estado.

A Associação Floresta Montenegrina tem uma importância fundamental para o País na luta contra todo tipo de preconceito e na busca de direitos iguais para todos.

Buscou sempre tornar visível o resultado da luta travada desde os primórdios da sua existência até os dias atuais.

Estes 100 anos passados certamente foram anos de grandes vitórias, ajudando a manter acesa a chama da esperança, do acreditar, do sonhar cada vez mais profundo, para que o povo negro, branco, índio, cigano, não seja discriminado de forma alguma.

A Associação Floresta Montenegrina é um dos mais de 57 clubes já identificados existentes no Rio Grande do Sul, com representação junto a todas as esferas governamentais, inclusive com acesso ao debate permanente na sociedade, para melhorar a qualidade de vida e na busca de políticas humanitárias para todos.

Tenho muito orgulho de ter feito já palestras junto a essa entidade. Essa entidade, com certeza, foi sujeito, foi a peça principal de inúmeros atos que foram debatidos, assuntos que se relacionam com os direitos humanos. Uma entidade que sempre combateu o preconceito contra o povo negro.

O Floresta tem compromisso com a população em geral, por meio de ações que visam diminuir as diferenças não só raciais, mas econômicas e sociais.

Os clubes sociais negros se definem como espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originários da necessidade de convívio social com todos. Até o presente momento, foram identificados mais de 150 desses espaços por todo o País. No Rio Grande do Sul, são 57.

Parabéns à Associação Cultural e Beneficente Floresta Montenegrina pelo centenário, entidade fundada em 28 de setembro de 1916.

Sr. Presidente, no último dia 1º de outubro, comemorou-se treze anos da sanção do Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741, de 2003, de nossa autoria, que passou a vigorar com toda a força a partir de 1º de janeiro de 2004.

Consideramos o Estatuto do Idoso, lei oriunda de proposta que apresentamos ainda quando éramos Deputado, e depois também como Senador, uma das maiores conquistas do nosso País, a exemplo do que foi também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e mesmo o da Igualdade Racial, todos de minha autoria. Esse Estatuto do idoso beneficia 30 milhões de pessoas; o das Pessoas com Deficiência beneficia 45 milhões de pessoas; e o da Igualdade Racial e Social eu diria que beneficia, no mínimo, 200 milhões de brasileiros.

Os estatutos são peças importantes, peças jurídicas que têm muito mais valor do que uma lei individual. Por exemplo, o Estatuto do Idoso possui 118 artigos – cada artigo, eu diria, é uma lei, se fosse isolado – que dão garantia para vida, liberdade, dignidade, saúde, alimentação, habitação, educação, cultura, esporte, lazer, emprego, profissionalização, previdência social, assistência social, proteção jurídica, criminalização dos preconceitos contra o idoso e também de maus-tratos.

O Estatuto do Idoso trouxe inovações importantíssimas em relação aos aspectos penais. A partir dele, os crimes contra os idosos ganharam a natureza de ação pública incondicionada, ou seja, são ações que devem ser levadas adiante obrigatoriamente.

Quem cometer crime contra o idoso pode saber que vai ter que responder pelo resto da vida pelo crime cometido.

Além disso, o Estatuto tipificou diversas situações como crime, caso, por exemplo, do artigo que trata da questão da discriminação ou do artigo que diz respeito à omissão de socorro, ou o que fala do abandono, ou o que protege a integridade e a saúde física do idoso, ou o que trata do desrespeito à prioridade de tratamento, ou ainda do que cuida da apropriação ou desvio de bens. Em suma, há, dentro do Estatuto, quase um Código Penal destinado a proteger os idosos, pessoas que se encontram, muitas vezes, em situação de fragilidade ou de impossibilidade de cuidar inteiramente de si próprios.



Porém, temos que ser realistas. O Estado brasileiro e a sociedade brasileira ainda não se apropriaram devidamente dessa importante ferramenta. Em muitos lugares por que passo, viajando pelo Brasil, quando eu falo do Estatuto do Idoso ou mesmo do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou da Igualdade Racial, muita gente diz que não conhece esses estatutos, ou seja, essa ferramenta tão importante para a cidadania. O idoso ainda não recebe a devida atenção por parte de nossos homens públicos, e o tema é de difícil acompanhamento por parte do grande público.

Não é possível precisar, por exemplo, verbas orçamentárias destinadas aos idosos. Eu defendo muito a legalização definitiva dos fundos estaduais dos idosos e até os fundos municipais como instrumento arrecadatário para serem implementadas políticas para os idosos.

Sr. Presidente, o nosso orçamento é falho nesse sentido. Infelizmente, o Executivo não apresenta no orçamento parte de verbas de grandes programas públicos para o idoso e também não o faz para o deficiente, e também não o faz para aqueles que sofrem crime de preconceito. Por isso que apresentei também essas propostas de forma paralela.

Da mesma maneira, as estatísticas são precárias, inclusive no que diz respeito aos atendimentos judiciais ou hospitalares. Os planos de saúde, por exemplo, não respeitam o que está ali consagrado no Estatuto, que diz que a pessoa com idade avançada não tem que pagar uma prestação maior do que aquela que não tem 60 anos ainda, até porque os mais jovens, quando pagam uma prestação mais alta, já a estão pagando, prevendo o momento em que vão ultrapassar os 60 anos.

Penso que essas adversidades não devam ser vistas como obstáculos, mas como incentivos para que a gente continue nessa luta para a aplicação plena dos direitos dos idosos.

Nesses 13 anos, fizemos muito, mas ainda há muito por fazer, até porque não podemos fugir da realidade. O Brasil, infelizmente, ainda não entendeu a importância da aplicação do Estatuto do Idoso para os idosos, não entendeu a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência para 45 milhões de deficientes, não entendeu a importância do Estatuto da Igualdade Racial para quase 200 milhões de brasileiros, porque eu sempre digo que a igualdade não é só para negros; é para negros, brancos, índios, ciganos, imigrantes, enfim, para ninguém ser discriminado por raça, por cor, por etnia, pela origem, por procedência.

A implementação de boa parte dos dispositivos do Estatuto do Idoso ainda está pendente. Essas normas só se tornarão realidade por meio de esforço concentrado das categorias profissionais e envolvidas com o atendimento às necessidades do idoso e, principalmente, por meio da luta e da mobilização dos próprios idosos. É importante que todos nós reconheçamos a questão da velhice como prioritária no contexto das políticas sociais. Aliás, esse foi o principal objetivo de termos apresentado o Estatuto do Idoso, que, desde 2003, propõe-se a criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que já ultrapassaram os 60 anos de idade, mas também políticas preventivas para aqueles que vão envelhecer.

Quero lembrar também, Sr. Presidente, que, entre as principais conquistas da população com mais de 60 anos, após a promulgação do Estatuto do Idoso, destaca-se o benefício da Lei Orgânica da Assistência Social, Loas. A quantidade de pessoas atendidas pelo BPC hoje já supera a marca de 1,7 milhão de idosos, que não tinham como se manter antes, porque, antes, a lei dizia que, só quando a renda *per capita* não ultrapassasse um quarto do salário mínimo, ele teria esse direito. Agora, mudou: desde que o idoso mostre que ele não tenha como se manter, ele deve ter assegurado o correspondente a um salário mínimo. Para se ter uma ideia da elevação do alcance desse benefício, registre-se que, em 1996, apenas 42 mil pessoas estavam cadastradas para recebê-lo; hoje ultrapassa, como eu disse antes, 1,7 milhão pessoas.

O BPC é garantido constitucionalmente, tem caráter não contributivo e, ao lado da aposentadoria rural, propiciou uma elevação significativa na qualidade de vida do idoso brasileiro. Os rendimentos obtidos pelos idosos por meio do BPC e da aposentadoria movimentam a economia eu diria da maioria dos Municípios brasileiros.

Devemos ficar atentos às mudanças que o atual Governo pretende implementar nesse importante benefício. Uma dessas maldades é desvincular o BPC da correção do salário mínimo.

Sr. Presidente, quem recebe esse benefício são pessoas muito carentes, tão carentes que a renda *per capita* mensal da família em grande parte, em grande parte, fica em torno de dois salários mínimos.

Agora estão dizendo que todos serão chamados à revisão. Eu considero uma maldade sem tamanho. Imagine dois idosos, um filho deficiente e outro filho, digamos, que em tese não seja deficiente. Poderiam perder o benefício, se entenderem os analistas que aqueles aposentados por invalidez não estão dentro dos critérios que eles listarem no momento atual. Calcule: se eles tiverem 60 anos, o que será feito dessas pessoas?

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo: a situação social do idoso no Brasil revela a necessidade de debates mais aprofundados e uma mudança comportamento da própria população. Eu venho tratando dessa questão



do idoso há algumas décadas, sempre na perspectiva de dizer que a tendência mundial é aumentar o número de idosos e menos crianças nascerem, na proporção do nosso envelhecimento.

O nosso País é rico. O que está faltando é ampliar a oferta de recursos e valorizar também a terceira idade. Precisamos ter claro – precisamos ter bem claro – para a nossa mente que uma sociedade boa é aquela que se preocupa, sim, com as suas crianças, mas também com os idosos. Essa é uma sociedade boa para todas as idades.

Sr. Presidente, eu sei que neste momento V. Exª vai usar a palavra. Eu queria... Em seguida será o Senador Cristovam e o Senador Lindbergh, que está vindo. Então, Senador Cristovam, como eu tenho um problema médico, se V. Exª pudesse assumir a Presidência para que o nosso Presidente possa usar a palavra... O Senador Lindbergh está chegando agora, na sequência, tanto que o assessor dele está de plantão, ali. Se V. Exª não chegasse, eu iria perder o médico e ficar; eu havia me comprometido com S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Obrigado.

(O Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É com prazer que eu passo a palavra ao Senador Raimundo Lira, nobre representante do Estado da Paraíba.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu amigo Senador Cristovam Buarque, nordestino de Pernambuco; Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu queria, neste momento, rememorar que o dia 8 de outubro foi o Dia do Nordeste.

E eu quero dizer, Senador Cristovam Buarque, que tenho um orgulho imenso de ser nordestino e de a origem da minha família, de muitos e muitos anos, ser nordestina. O Nordeste tem dado uma grande contribuição para o nosso País. É importante rememorar, por exemplo, que a capital econômica do País, São Paulo, foi construída na década de 1950 com a mão de obra, com o esforço, com a dedicação, com o trabalho e com o suor de muitos e muitos nordestinos. É importante rememorar que a nossa capital, Brasília, também teve, na sua construção, no seu engrandecimento, uma grande participação dos nordestinos.

Agora eu pergunto: o que nós temos a comemorar neste momento? Temos a comemorar seis anos de seca ininterrupta, período em que de 50% a 70% do rebanho nordestino foi dizimado; em que o patrimônio, a poupança de milhões de nordestinos que passaram gerações para construir suas fazendas, que passaram gerações para alcançar o seu rebanho... Essas propriedades – que eram, indiscutivelmente, instituições econômicas geradoras de emprego –, essas fazendas, esses rebanhos foram dizimados e foram gerados negativamente muitos empregos. Ou seja, muitos postos de trabalho dos nordestinos foram fechados. Em cima disso, coincidentemente, estamos vivenciando a maior crise econômica de que o País tem notícia. É uma crise nacional e uma crise nordestina, juntando isso e levando sofrimento, angústia, desespero para milhões e milhões de nordestinos.

E o que é que nós temos a comemorar ainda, Senador Cristovam Buarque? Quase cinco anos de atraso na transposição do Rio São Francisco. Mas essa transposição poderia não ser tão emergencial se não tivesse havido, de forma deliberada, consciente, o sucateamento do DNOCS, onde nós tínhamos os melhores especialistas em construção de açudes e barragens do nosso País. E hoje o que mata a sede do nordestino são essas barragens feitas a partir de 1942 no Nordeste brasileiro pelo DNOCS. Essas barragens é que estão salvando a população nessa grande crise hídrica. E todas essas barragens estão danificadas, estão estragadas porque, também em função do sucateamento do DNOCS, não foram mantidas. Não foi feita nelas a manutenção necessária.

Ou seja, o DENOCS, sucateado de forma deliberada, deixou de construir novas barragens e não deu manutenção às existentes; todas elas estão com defeitos. Na Paraíba mesmo, o sistema Coremas-Mãe d'Água está em péssimas condições de segurança; Engenheiro Ávidos, no Município de Cajazeiras, também; há muitos anos, a Barragem de São Gonçalo; enfim, esse é o retrato do Nordeste brasileiro no que se refere à questão hídrica.

Tivemos também, de forma deliberada, o baixo investimento do BNDES. Bilhões e bilhões de reais foram carreados do Tesouro Nacional para o BNDES e o Nordeste foi beneficiado de uma forma ínfima. E veja o nome, Senador Cristovam Buarque: BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ou seja, os recursos do BNDES foram criados para uma função econômica e social, e nada mais justo que o Nordeste brasileiro, levando em consideração essa destinação social do BNDES, recebesse um percentual de investimento superior ao resto do País – não em valores absolutos, porque nós não queremos, de maneira nenhuma... Não temos condições econômicas de absorver tantos recursos quanto a região Nordeste, quanto a região Sudeste, mas tínhamos que ter uma proporção bem superior para que essa destinação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no que se refere ao aspecto social, atingisse o seu objetivo, e não



foi isso que aconteceu.

E, agora, Senador Presidente, o que foi que aconteceu contra o Nordeste brasileiro? O Ceará aprovou, em 2013, a Lei nº 15.299, que regulamenta a atividade das vaquejadas, uma tradição de mais de cem anos no Nordeste brasileiro. A intenção dos legisladores foi exatamente corrigir alguns excessos, corrigir alguns procedimentos que eventualmente pudessem ser considerados como desumanos ou até perversos. No entanto, agora há pouco o Supremo Tribunal Federal acabou de considerar essa lei inconstitucional e, portanto, proibir a atividade de vaquejada. São 600 mil empregos de vaqueiros, de auxiliares, de transportadores, de alimentadores, de pessoas que trabalham e têm os seus empregos há anos e anos em torno da atividade das vaquejadas.

Algumas pessoas poderão dizer que a vaquejada leva sofrimento para os animais, mas eu perguntaria: existe maior sofrimento para os animais do que a produção de frango? Milhões de pintos recém-nascidos são colocados em estufas, que são iluminadas 24 horas por dia para que o animal não tenha o direito de descansar no escuro da noite. Então, ele tem que se alimentar permanentemente enquanto estiver ali dentro, 24 horas. O único direito que ele tem é o de se alimentar até atingir o tamanho e o peso necessários e economicamente viáveis para ser abatido. Há pessoas, Senador, que consideram que há violência com o animal na vaquejada. Essas pessoas tomam, tranquilamente, suas cervejas tendo o frango como tira-gosto e sem, em nenhum momento, se lembrarem do alto grau de sofrimento a que esses animais foram submetidos no seu período de criação e engorda.

Portanto, considero uma decisão injusta com o Nordeste brasileiro. Seis anos de seca, desemprego acentuado, quase cinco anos de atraso na transposição do Rio São Francisco, sucateamento do DNOCS, injustiça na distribuição dos recursos do BNDES e agora a destruição, a eliminação de 600 mil postos de trabalho no Nordeste brasileiro. Foi um momento extremamente inoportuno, momento em que historicamente o Nordeste mais precisava desses 600 mil empregos. Não estou nem falando, neste momento, da questão cultural, mais de 100 anos de cultura do Nordeste brasileiro – é como se uma lei acabasse com o São João no Nordeste brasileiro. Não estou falando dessa tradição, não estou falando dessa cultura, Senador Lindbergh, V. Exª que também é paraibano. Estou falando dos 600 mil empregos que vão ser fechados, dos 600 mil postos de trabalho que vão ser fechados no Nordeste depois de tanta crise, tanto sofrimento, tanta angústia e tanta desvalorização de patrimônio. Enfim, é mais uma dificuldade para o Nordeste brasileiro. Quero dizer que essa decisão foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal por cinco votos a seis, mostrando que não houve consenso. Não sei qual a solução que vamos ter para esse problema, mas é um problema muito sério.

Outro dia, eu falei aqui que o Nordeste brasileiro está sendo vítima do novo cangaço. São quadrilhas de 20, 25, 30 bandidos que entram nas pequenas cidades, fortemente armados, aterrorizando a população, imobilizando a polícia e assaltando os bancos, muitas vezes destruindo os bancos com dinamite. Temos hoje centenas e centenas de agências bancárias que não vão ser mais reabertas, porque já foram destruídas uma, duas ou três vezes, e os bancos não se sentem mais animados em reabrir essas agências. O povo dessas pequenas cidades teve tirado o direito de ter o sistema bancário nacional a seu serviço, pois ele tem de se deslocar para outras cidades maiores, muitas vezes distantes mais de 200km, para fazer as suas atividades bancárias. E eu denunciei aqui a existência desse novo cangaço. Getúlio Vargas tinha acabado com o cangaço, quando dizimou, em 1938, em Angicos, Sergipe, a quadrilha do Capitão Virgulino, chamado Lampião, mas ele ressurgiu agora com muito mais força, causando muito mais danos à população.

Quando esperamos que o País, o Brasil, acabe com o novo cangaço, vem uma lei acabando com a vaquejada, cuja atividade é exercida por cidadãos honestos e trabalhadores, cidadãos que amam o País, cidadãos que não querem outra coisa a não ser prover as suas famílias, que são pacíficos, que proporcionam festas. Já verificamos e já temos notícia de vaquejadas com 60 mil pessoas assistindo. Então, quando esperamos que um mal seja cortado pela raiz, surge um bem que é cortado pela raiz, ou seja, a extinção definitiva, transformando em delito quem efetivamente quiser, no Nordeste, ter o prazer, por necessidade, de uma vaquejada em sua cidade. Então, eu lamento profundamente, no Dia do Nordestino, em 8 de outubro, que o Nordeste tenha levado mais um castigo do nosso País, o Brasil.

Eu quero aqui rememorar também, falando do dia 11 de outubro, amanhã, que será aniversário da minha querida cidade, Campina Grande, que completará 152 anos, mas que não tem muito o que comemorar. Eu já falei aqui em pronunciamentos todas as coisas boas que tem Campina Grande, como um grande centro universitário, um grande centro tecnológico, um centro industrial, que a cidade já foi o segundo maior exportador de algodão do mundo nas décadas de 1940 e 1950 e o maior exportador do mundo de sisal na década de 1970, que a cidade já teve, em seu território, a maior concentração de curtumes nas décadas de 1950 e 1960. É uma cidade dinâmica, que se caracteriza pela disposição do seu povo para o trabalho, para a geração de empregos e, sobretudo, pela criatividade e inteligência do povo campinense. E o que temos hoje



para oferecer é exatamente isso. Campina é uma cidade que abriga alguns parques de vaquejada e, por isso, terá postos de trabalho fechados, nesses 152 anos de existência como Município. Então, daqui, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu quero parabenizar mais uma vez a minha querida cidade, Campina Grande, pelo seu aniversário e dizer que, além da crise hídrica, ela tem a maior crise do Nordeste brasileiro. Por mais que os Senadores paraibanos, os Deputados paraibanos tenhamos trabalhado junto ao Ministério da Integração Nacional, não se encontrou uma solução emergencial para a questão hídrica de Campina Grande. Então, nós temos, infelizmente ou felizmente, de aguardar a transposição do Rio São Francisco e, sobretudo, de pedir a Deus que mande chuva para socorrer o Nordeste brasileiro, especialmente Campina Grande, que é uma cidade com quase 450 mil habitantes que não tem condição de ser atendida por carros-pipas e que também não possui um solo propício para que possam ser feitos alguns poços tubulares.

É essa a situação do Nordeste brasileiro, quando, mais uma vez, comemora-se o aniversário do nordestino e de Campina Grande. Eu quero parabenizar, especialmente, os nordestinos pela sua capacidade de trabalho, pelo seu patriotismo, pela sua luta, apesar de todas as dificuldades. Eu estou aqui, no Senado, mais uma vez, e verifico que, aqui, tudo para o Nordeste é difícil; quando nós vamos defender aqui uma bandeira do Nordeste, é sempre muito difícil. E eu quero também, mais uma vez, parabenizar Campina Grande pelos seus 152 anos e dizer que, se Deus quiser, no próximo ano, quando ela completar 153 anos, nós estaremos aqui comemorando boas notícias, bons motivos para que possamos todos juntos vivenciar essa felicidade de mais um aniversário da minha querida Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, cumprimento, também, essa bela cidade, que eu conheci ainda quando eu era muito jovem.

E convido-o para presidir.

(O Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Convido para ocupar a tribuna, na condição de inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um momento extremamente rico para quem faz política, mas, ao mesmo tempo, extremamente assustador diante das dificuldades que nós vivemos e também diante das dificuldades que nós criamos para nós próprios.

Senador Raimundo, eu acho que o senhor vai concordar comigo que nós precisamos hoje de três coisas que estão difíceis para nós: primeiro, olhar com rigor e com cuidado para o que acontece ao nosso redor, não fechar os olhos para a crise profunda que a República brasileira atravessa; segundo, tentar entender o que está acontecendo no presente, nós estamos deixando de lado a percepção da dimensão da crise, Senador Raimundo, e estamos deixando de lado também muito a busca de entender o que está acontecendo e por quê; e terceiro, formular o futuro. Eu quero provocar um pouco cada um de nós que faz política hoje, no Brasil, com a responsabilidade de quem teve votos para colocar o Brasil em primeiro lugar, tentando essas três coisas, Senador, e mostrando aqui como está difícil.

Vamos falar, primeiro, dessa ideia de olhar ao redor. Enquanto o senhor falava, eu comecei a anotar alguns dos problemas que olho ao redor que – lamentável – muitos preferem não ver, não perceber. Eu fico até encabulado com a lista tão grande que ficou e que fiz aí, enquanto o senhor falava. São coisas como Estados, Municípios e a União quebrados financeiramente. Previdência também em pré-falência. Dívidas elevadas dos Estados e das famílias, das pessoas e das empresas. Credibilidade baixa de todos nós, aqui, políticos, dos Governos, das empresas, do Brasil, com a credibilidade baixa internacionalmente. Juros elevadíssimos que vêm da credibilidade baixa, pois, quando você não tem credibilidade, tem que buscar um agiota, que cobra juros altos. A pobreza persistente, apesar de políticas que foram ditas como solucionadoras da pobreza, nós não a solucionamos, a pobreza está grave – e quem vai ao Nordeste, Senador, vê, mas não é só o Nordeste, pois quem vai à periferia das grandes cidades também vê esta pobreza. A violência generalizada – quer problema maior do que esse? – que só não nos assusta mais, porque nos acostumamos com a violência. Qualquer pessoa de outro país chega aqui, Senador, e se assusta profundamente. Um desses dias, Senador, para que se tenha uma ideia, conversei com o ex-Embaixador do Brasil no Líbano, que me disse que, no Líbano, em Trípoli, ele se sentia mais seguro do que aqui nas nossas cidades, que ele dormia mais tranquilo quando os filhos adolescentes estavam na rua lá do que aqui. O desemprego brutal com 12 milhões, 14 milhões. Jovens indo embora, e não estamos percebendo a gravidade de um fluxo de pessoas jovens – em geral, os melhores formados – que estão indo embora do Brasil em busca de realizar sua vida lá fora. Os serviços públicos ineficientes, saúde, educação. A burocracia. As filas. As paralisações. Partidos sem identidade, que são os nossos. Órgãos públicos aparelhados pelos partidos no Poder. A baixa produtividade da economia. A



baixa taxa de poupança que inviabiliza o futuro. A infraestrutura deficiente, muito deficiente, que chamam de custo Brasil, com os portos ruins, as estradas ruins. A polarização política que está impedindo o próximo ponto de que vou falar. A educação deficiente, que é um item gravíssimo. A saúde caótica. A desigualdade resistente, porque uma coisa é pobreza que persiste, pois não conseguimos resolver esse problema histórico, e o outro é a desigualdade também. O desequilíbrio ambiental. A insegurança jurídica que impede o bom funcionamento. A desindustrialização. A dependência das *commodities*. O desfazimento das estatais e fundos de pensão. A desigualdade regional que insiste em continuar tantas décadas depois do esforço de Juscelino, Jango, Celso Furtado, para resolver.

Lamentavelmente, muitos de nós não estão olhando ao redor e não estão vendo que isso representa uma crise muito profunda – não é do Governo, é da República, é da Nação brasileira. Às vezes, eu tenho a sensação, Senador, de que o Brasil pede socorro. O Brasil pede socorro nas crianças sem escola, nos pobres sem emprego, nos desempregados que, inclusive, não são pobres, mas que estão no desemprego. O Brasil nos pede socorro. E aí precisamos entender o porquê disso. E é uma dificuldade para entender. Os nossos intelectuais, que deveriam ser os formuladores do entendimento do porquê passamos por isso, foram cooptados por uma linha ou outra do pensamento e não conseguem olhar com frieza para os problemas. Eles tomam posição antes de analisar. Obviamente, eu não quero dizer 100% que são assim, mas a universidade caiu em uma cegueira intelectual muito grande e deixou de – além de ver tudo, Senador Elmano – ver a realidade. Os nossos intelectuais deixaram de ver e, quando veem, já tomam uma posição antes de entender, já escolhem um lado sem procurar saber o que está dentro do problema. Para cada um dessa lista imensa dos problemas que eu citei, se veem posições completamente diferente na análise, porque não é uma análise, é uma tomada de posição. Isso dificulta entender a realidade brasileira. Os nossos economistas perderam uma certa – entre aspas, que seja – “neutralidade”, para enfrentar. Hoje mesmo aqui, tivemos um debate: nós precisamos ganhar credibilidade para crescer ou precisamos crescer para ganhar credibilidade? Eu tenho uma posição clara, mas é preciso analisar com clareza, com detalhe. Nós vamos resolver o problema da dívida para poder baixar os juros ou, como alguns dizem, vamos baixar os juros para defender...? É preciso entender isso. Não se está procurando entender. Este é um ponto: o obscurantismo que tomou conta do pensamento brasileiro. O Brasil está pedindo socorro dizendo: “Entendam-me! Vocês não estão me entendendo”. É como disse alguém em algum momento: “Decifre-me para saber por que estamos nessa situação”. Se olharmos, pelo outro lado, as belezas e os potenciais que o Brasil tem, eles são tão grandes que nos assusta a falta de entendimento de por que estamos nessa situação.

E, no entanto, dá para dizer algumas coisas. O Brasil é um país que tem condições de ser um imenso edifício pelos recursos que temos, mas não fez a base. Ele não fez a base na qual construiu o edifício, aí o edifício rui cada vez que vamos construí-lo. Ele rui na inflação, no desencanto, na perda de investimento, na crise política. O prédio vai subindo e cai como se fosse uma babel, mas não uma babel que deixa de ser feita por as pessoas não se entenderem apenas pela língua, mas por não se entenderem pelo propósito, aonde queremos chegar, e por não termos construído a base. Para mim, a base tem dois pilares fundamentais: a educação e a credibilidade. Há muitos outros, a base exige muitas outras coisas para ser sólida e podemos fazer o edifício Brasil, mas duas são fundamentais, e nós não as temos.

O outro é a sectarização da política: os intelectuais cegos e os políticos polarizados, não mais por posições ideológicas diferenciadas, mas por preconceitos, que foram se solidificando sobretudo nos últimos meses, em que se transformou isso aqui em um campo de futebol com torcidas diferentes.

Um desses dias, nosso Presidente Renan Calheiros disse que isso aqui parecia um hospício. Eu acho que parece é um estádio de futebol com torcidas. E torcidas não precisam de lucidez. Torcida não precisa de responsabilidade, precisa de paixão. Nós precisamos de lucidez, de responsabilidade para enfrentar os problemas que nós temos. E os partidos frágeis e numerosos demais. Nós temos dificuldades para entender o presente por causa da fragilidade dos partidos.

E aí vem, Senador, o terceiro ponto. O primeiro era olhar ao redor, ver, ver as coisas que aí estão, que muitos não querem ver, se negam. Há uma cegueira. O segundo é entender. Não há lucidez na maneira de refletir, pensar, inclusive com uma certa frieza, salvo o amor ao Brasil. Isso não tem que ter frieza. Isso daí é uma paixão natural, que se chama patriotismo. Mas, dada essa paixão pelo País, o resto exige lucidez para saber como construir o edifício Brasil.

E o terceiro, depois da dificuldade de entender, é o futuro. Que futuro nós queremos? E, nesse futuro, também está difícil formular. Primeiro, pelo imediatismo como estamos debatendo nossos problemas. Nós temos que debater nossos problemas pensando no que é melhor para o futuro, e não no que é melhor para o presente.

Segundo, o corporativismo. Nós temos que refletir sobre o que é melhor para o Brasil, e não sobre o



que é melhor para o meu grupo, minha empresa, meu partido, meu sindicato, meus colegas. Não, é o Brasil. E terceiro é a falta de uma união que esteja acima das divergências. Não se pode querer unidade no sentido de negar as diferenças, de negar as divergências, de jeito nenhum. São as divergências que constroem o edifício Brasil. Mas essas divergências têm que ter um sentimento de unidade, de unitário, em que se diz: eu sou compatriota seu. O senhor tem seus interesses, eu tenho os meus. Mas nossos dois interesses diferentes estão ligados por sermos brasileiros.

Não estamos tendo isso. As pessoas estão refletindo o que é melhor para si, sem pensar o que é melhor para o Brasil, que às vezes exige um sacrifício hoje. Às vezes exige um sacrifício hoje não só porque é melhor para nós amanhã, mas, sobretudo, porque é melhor para os nossos filhos, para os nossos netos, para o nosso País. Perdemos a capacidade de refletir no longo prazo.

Hoje, a Senadora Ana Amélia aqui falou da falta de planejamento. Por que o Brasil não tem planejamento? Não é porque decidiram não ter, é porque não há sentimento de Nação. Aí, há sentimento de partido, há sentimento de Estado, sentimento de Município, sentimento de família, mas de Nação não está havendo. Aí, não há como planejar.

E segundo porque nos negamos no Brasil a discutir onde colocar os recursos que nós temos. Há décadas, nós queremos colocar recursos para tudo. Decidimos que no Brasil podemos fazer 50 anos em cinco colocando dinheiro público para fazer uma Capital, para fazer estrada, para fazer portos, aeroportos, escolas, hospitais, saneamento, água e não fizemos nada disso de uma forma satisfatória. As escolas são ruins, os portos não funcionam, as estradas são esburacadas e não em quantidade suficiente. Nós quisemos fazer tudo, e depressa, e o que nós fizemos na verdade foram soluções ruins e inflacionárias.

Você não pode fazer duas coisas que custam R\$5, se você só tiver R\$4, a não ser com a mágica brasileira: você só tem R\$4, mas faz uma coisa que custa R\$2 e faz outra que custa R\$3; como é R\$5, você diz "R\$5 só vale R\$4, porque a gente fez uma inflação de 20%". Essa foi a saída brasileira, e essa saída levou ao desastre da inflação.

Ou, então, nós dissemos: só temos R\$4, mas vamos fazer o que custa R\$5. Então, a gente pede R\$20 emprestado: pede R\$1 emprestado. R\$2 mais R\$2, R\$4. A gente precisa de R\$5. Pede um emprestado. E, aí, mais R\$1, e mais R\$1, e mais R\$1, e mais R\$1, e mais R\$1, e temos a dívida, que joga o juro lá para cima. Aí, joga lá para baixo o investimento. E, aí, joga lá para baixo a produção, e lá, para cima, o desemprego.

Isso por falta de um sentimento de longo prazo e de família nacional, de Pátria, de Nação. Se tivéssemos isso, primeiro, nós não gastaríamos mais do que é possível, e, segundo, nós planejaríamos.

Aí, chegamos ao ponto de o desastre completo, que hoje se tenta resolver com a ideia da PEC nº 241, que vai limitar os gastos. Essa PEC está sendo chamada de PEC do teto. Devia ser chamada de PEC do óbvio, porque não gastar mais do que pode é o óbvio, mas, por incrível que pareça, aquele segundo problema que eu dizia, do entendimento, está tão difícil, que as pessoas não aceitam a ideia do óbvio, que é gastar dentro do que é possível. Não se aceita, mas é o óbvio. Como é que não se vê isso?

Aí, começa a haver argumentos que são falaciosos, como dizer "vão diminuir gastos com a educação". Não. Pode-se gastar até mais em educação, mas vai ter que gastar menos em alguma coisa. Pode-se gastar mais em estradas, mas vai gastar menos em saúde. Ou gastar mais em saúde, mas gastar menos em estradas.

É óbvio que é assim. A não ser que a gente continue na ideia da inflação, na ideia do endividamento, do juro alto, da quebra geral dos Estados, que não conseguem pagar os salários hoje dos seus funcionários.

Não tem outro jeito, Senador. E isso vai trazer uma grande vantagem para o Brasil: é a gente descobrir que não morreram esquerda e direita. Sabe como? Agora vai ter esquerda e direita, se você prefere educação ou estrada. Se você prefere saúde ou dar subsídios à indústria. Não vou dizer qual é a direita nem a esquerda, mas vai haver disputa. Esquerda e direita é o que caracteriza disputa: disputa por um tipo de gasto ou por outro tipo de gasto. No Brasil, acabaram esquerda e direita porque a gente gastou tudo com tudo, então, não precisou do debate, não precisou do confronto. A gente vai para a Comissão do Orçamento e põe tudo o que quer ali. E, aí, faz essa mágica de que só há R\$4, porém R\$2 mais R\$3 vira R\$4. Mas R\$2 mais R\$3 é R\$5, e, se só existe R\$4, não é possível. Ou é possível com a inflação, mentindo e dizendo: "R\$5 só valem R\$4". A gente driblou a aritmética. A política brasileira driblou a aritmética dizendo que R\$2 mais R\$3 é igual a R\$4 pela inflação.

Agora, aqui, esta Casa, vai se transformar num fórum de debate sobre onde a gente quer colocar os recursos que o Brasil tem – dentro dos seus limites, porque os recursos são sempre limitados, nunca são infinitos, ilimitados. Mas, para isso, vai ser preciso um entendimento, vai ser preciso olhar ao redor e ver o desastre que está aí, e, com o entendimento, saber onde gastar. E debater aqui com o espírito público, com a responsabilidade para não gastar mais do que é possível e com lucidez para saber onde é melhor gastar.

Isso eu lamento que não estivesse na Constituição de 1891, porque, se estivesse ali na primeira



Constituição da República, a política teria sido mais séria no Brasil, o edifício Brasil teria sido construído sobre um terreno sólido: da responsabilidade financeira. E seria ótimo se, no debate, os poucos recursos, limitados, com teto,...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...fossem gastos, sobretudo, em educação, mas dentro dos limites, não imaginando que é ilimitado.

Hoje, aqui, se disse que essa medida vai impedir aumento de salário do professor. Não. Vai permitir aumento de salário do professor, mas vai ter que baixar salário de alguém ou vai ter que baixar gasto de alguém. Vai ter que reduzir alguns gastos que este País faz e que eu acho que são supérfluos! Eu vou trazer aqui a minha proposta não só de aumentar gastos para a educação, mas de onde tirar. E tenho certeza de que muitos dos que dizem que são favoráveis ao aumento de gastos para a educação vão ficar contra tirar de onde eu vou sugerir. Mas eu vou sugerir.

Isso chama-se responsabilidade. Isso chama-se entendimento do que é possível e do que é necessário para construir o País que a gente precisa. Isso chama-se tentar construir o prédio Brasil em cima de um território sólido, onde a base diga: "este edifício não vai cair!". Nas últimas décadas, a gente constrói o edifício e, de repente, ele cai – já reparou isso? Estava tudo tão bem no Brasil até cinco, seis anos atrás, estava indo, estava indo e, de repente... Por quê? Porque a base não era sólida. Está na hora de haver uma base sólida: uma base sólida nas finanças; uma base sólida na educação; uma base sólida nas regras jurídicas e que você saiba que começa hoje um empreendimento, seja um curso, seja uma indústria, e sabe que, até o fim, vai nas leis. Agora mesmo, os nossos jovens que começaram o curso, baseados no Fies, chegaram ao meio e não há mais dinheiro.

A instabilidade que esse País tem nas regras que definem a convivência entre os duzentos e tantos milhões de brasileiros... O Fies é apenas um exemplo, mas isso acontece todo dia com as empresas. Isso acontece quando tem inflação, que você faz um contrato para receber o seu salário de R\$100 e, quando você recebe os R\$100, eles só valem R\$80. A inflação é a maior quebra de pacto jurídico de um povo que existe. A maior quebra de pacto é a inflação, porque o dinheiro que você recebe não vale o que ele tem escrito. E aí o edifício Brasil, que vai subindo, cai. Está na hora de a gente pensar aqui como retomar não apenas o edifício Brasil que se deseja, mas como construir a base sólida, sem a qual nenhum Brasil vai adiante.

Eu quero concluir, Senador, dizendo que, na idade a que eu cheguei, eu tenho a sensação que, ou nós brasileiros vivos hoje, sobretudo hoje, adultos, fazemos um sacrifício pelo País, ou a próxima geração nem vai ter País pelo qual fazer sacrifício. Aí alguém diz: "Maluquice 'não vai ter País', o País continua". Não. Continuará, mas desorganizado, desagregado, desarmonizado, sobre todos aqueles itens que eu li aqui no começo, com violência, com desagregação, sem compromissos uns com os outros. Aí não é Brasil, aí não é Nação. Pode ser um território, pode ter uma bandeira, pode continuar com o hino, mas não é um País, não é uma Nação. A Nação que nós precisamos construir, o edifício Brasil que nós precisamos fazer, onde vão morar as futuras gerações, hoje exige a construção de um terreno sólido sobre o qual ele deve ser construído. Esse terreno sólido exige muitas ações, mas uma delas é a responsabilidade fiscal, é a responsabilidade com os gastos públicos. Isso exige, sim, mais eficiência em como nós usamos os gastos.

Nós perdemos a capacidade de eficiência. Quer ver um exemplo, Senador Elmano? Na minha área, educação, os prefeitos não se orgulham de terem erradicado o analfabetismo; eles se orgulham de gastar muito dinheiro com a educação. É comum você ver um prefeito, se me encontra, sabe de meu compromisso, dizer: "Eu gasto 30%, 35% em educação". Aí você vai olhar os indicadores, e são tão ruins como um que gasta 20%.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O importante não é se gasta muito, é se faz muito. Nós precisamos gastar mais dinheiro em educação. Mas nós desperdiçamos muito dinheiro do pouco que a gente gasta hoje.

Para fazer o Brasil um campeão mundial de educação, precisa de mais dinheiro. Mas com o dinheiro que a gente gasta hoje dava para fazer mais do que a gente está fazendo. Muito mais. Essa PEC vai trazer responsabilidade aos políticos na disputa por prioridades, mas ela vai trazer também o benefício de nos forçar a melhorarmos a eficiência no uso do dinheiro que a gente tem.

Dito isso, Senador Elmano, eu quero dizer de uma preocupação profunda: é que, se nós definirmos um teto, deixando que aqui embaixo as pressões para aumentar os gastos continuem subindo, e subindo, e subindo, vai chegar um dia em que vai estourar o teto. Aí como é que a gente vai resolver se a Constituição



não permite? Nós vamos ter que reformar a Constituição para liberar os gastos. Primeiro, isso é um desastre, porque vamos inflacionar, desorganizar; segundo, para fazer isso, serão necessários os votos de uma reforma constitucional, e aí vai durar meses o debate.

A Argentina passou por isso. Eles não fizeram um teto de gastos, mas disseram, na Constituição, que um peso é igual a um dólar. A pressão dentro fez com que houvesse uma inflação na moeda deles em peso, mesmo que o peso fosse igual ao dólar, mesmo sendo um peso igual a um dólar e que as pessoas pudessem comprar no exterior, o que levaria a cair o preço interno. Mas não caía, não caía pelas pressões dos sindicatos para aumentar salários, pela ineficiência da produção. Chegaram a um ponto em que não dava mais. Tiveram de fazer uma reforma na Constituição. No período, se não me engano, caíram três presidentes em uma questão de semanas. Um presidente renunciou, o vice assumiu, caiu, o outro assumiu. Até que depois houve uma eleição e o que chegou pôs uma certa ordem, mas o país até hoje não se recuperou.

Colocar na Constituição a ideia da responsabilidade, colocar na Constituição o óbvio só funciona se, aqui embaixo, o óbvio for levado em conta também. Definir o teto dos gastos sem restringir as pressões para aumentar os gastos vai estourar impedindo que se tomem medidas apenas com base em leis ou até em medidas provisórias. Vai ter que se reformar a Constituição. Imaginem, num momento de profunda crise, termos de reformar a Constituição para resolver o problema de como equilibrar a pressão dos gastos com os limites dos gastos. Vai ser difícil. Por isso, o Governo vai cometer um erro se aprovar a PEC do teto sem tomar as outras medidas para reduzir os gastos, inclusive a reforma da Previdência, Senador Elmano.

A reforma da Previdência gera aqui uma pressão, uma pressão, uma pressão, uma pressão. Quando chegar ao teto como é que a gente faz? Não se vai poder gastar mais do que isso, mas já tem que gastar isso. Como é que faz? Vamos ter de reformar a Constituição. E como reformar a Constituição? E como os aposentados ficarão esperando? Agora, se não fizermos isso, podemos continuar enganando todo mundo, pagando com o dinheiro falso, que é o dinheiro inflacionado. Continua-se pagando, mas os 100 só valem 80. É melhor cair na real. Mas vai ser necessário um certo sacrifício para barrar isso aqui. Isso aqui não pode crescer mais do que isso aqui, pelo menos por um tempo. Ou nós fazemos um sacrifício hoje ou os nossos filhos, os nossos netos não terão futuro. Ou nos sacrificamos no presente ou asfixiamos o futuro. Estou pronto para fazer o sacrifício. Esta Casa deveria, inclusive, dar o exemplo do que fazer, reduzindo os nossos gastos para poder usar mais em outros setores. Se não fizermos isso...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... o que nós determinarmos nessa PEC durará poucos anos, e as consequências poderão ser ainda piores.

Eu sou favorável a ela, mas eu vou cobrar muito que sejam tomadas as medidas necessárias para casar o limite dos gastos com a pressão do aumento dos gastos. Esse é o bom debate que nós vamos ter. É isso que justifica a nossa atividade, que estava meio morta. Nós não estávamos discutindo nada. Felizmente chegou agora a medida provisória do ensino médio, chegou essa PEC e terá de vir uma maneira de como fazer a Previdência sustentável, porque a que está aí é absolutamente insustentável.

Não há como a gente viver mais anos sem pagar mais para se aposentar. Não há como. Se você vive mais – e eu espero que cada brasileiro viva cada vez mais –, vai ter que pagar mais para viver ganhando por mais tempo. E nós estamos felizmente vivendo mais. É óbvio que, no caso do Brasil, nem todos estão vivendo mais. Então, a aposentadoria tem que levar em conta aqueles cuja esperança de vida não está aumentando ou aqueles que não podem trabalhar por muitos anos, como o pescador lá no nosso Nordeste – não o pescador industrial, mas o pescador artesanal – e outras profissões que são de vida curta. Tem que haver aposentadorias especiais, mas por causa da função e não da força corporativa.

Eu lembro quando nós professores universitários conseguimos colocar, na Constituição, trabalharmos apenas 30 anos. Foi uma irresponsabilidade com o Brasil, porque creio que o professor universitário é tão melhor quanto mais velho ficar, se não tiver alguma doença. Não há por que se aposentar cedo. Aliás, nós professores universitários deveríamos ser proibidos de nos aposentar. Quando estivéssemos velhos, os alunos poderiam ir à casa da gente. Mas colocamos uma medida de aposentadoria precoce, o que deve haver para pescador.

Para o professor primário e secundário, inclusive, nós reduzimos a idade da aposentadoria para poder manter um salário baixo. Se o salário fosse realmente alto, se a cada sete anos o professor tivesse seis meses de licença sabática, como temos nós os professores universitários, o professor do ensino primário e do ensino médio iria aceitar trabalhar um pouco mais. Foi uma compensação, o que não é uma boa solução.

Nós os adultos de hoje ou nos sacrificamos ou matamos o Brasil dos nossos filhos. Espero que, nesta Casa, caia a responsabilidade e que a população brasileira entenda isso. Mas não estou tão seguro. Eu acho



que muitos de nós que vão defender aqui a responsabilidade não vamos voltar, porque o eleitor vai preferir acreditar nos discursos demagógicos de que não é preciso haver limites de gastos, de que é possível gastar o quanto quiser, o quanto for e em tudo, e que o Estado pode absorver tudo. Não pode. Foi um erro, temos de passar parte das nossas atividades para o setor privado, para poder usar mais recursos na educação e na saúde.

As pessoas perguntam: “De onde vem o dinheiro para aumentar e reduzir aqui?” Transfiram os. Os empresários e o setor privado precisam de portos. Que façam eles os portos, inclusive, com eficiência, ganhando dinheiro com isso. Ótimo, tem que ser. Tem que transferir para o setor privado aquilo que não é fundamental para a sociedade e concentrar o dinheiro que a gente vai ter para a educação, para a saúde, para a segurança, para a cultura, para tudo aquilo que for de fato prioritário.

Sr. Presidente, vamos ter semanas muito interessantes, mas muito angustiantes também; muito difíceis, mas fundamentais para solidificarmos o terreno onde nós temos que construir o edifício Brasil, onde morarão nossos filhos, netos, bisnetos, etc. E, sem essa solidez, o edifício deles vai continuar balançando e afundando de tempos em tempos. Esta seria a pior das nossas irresponsabilidades: deixar os nossos descendentes morando em um edifício Brasil frágil e inseguro sobre um terreno pantanoso. Vamos solidificar esse terreno, tomando as medidas que sejam necessárias, mesmo que isso exija sacrifício de cada um de nós.

Era isso, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Nobre Senador Cristovam Buarque, eu me associo a V. Ex^a e compartilho das suas preocupações com relação ao momento que nós vivemos hoje, inclusive os pontos levantados aqui hoje por alguns oradores a que eu, do meu gabinete, assisti, desde o pronunciamento do Senador Alvaro Dias ao da Senadora Ana Amélia. Alvaro Dias se reportou à dívida interna do País e o serviço da dívida, o custo do serviço da dívida. O nosso Raimundo Lira aqui, há poucos instantes, falou com relação ao problema nordestino da vaquejada.

Eu queria me associar, sobretudo, às suas preocupações, ressaltando a crise que o Estado brasileiro vive hoje. E dentro, sempre falo isso, da crise do Estado – refiro-me a governo ou governos, parte do Estado – há a crise federativa. Quer dizer, vejo – estou vindo do meu Piauí – os Municípios em situação dramática. O próprio Estado ou os Estados-membros da Federação estão todos aqui, em Brasília, principalmente os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, na busca de uma ajuda emergencial. E nós vemos a União arrecadando 100 e gastando 150.

Aí vieram as preocupações de V. Ex^a com relação a esse quadro que nós vivenciamos hoje, do déficit da Previdência, a geral e a dos servidores, do Fies, de uma série de preocupações. No meu entendimento, esses debates virão, já estão aqui. Neste exato momento, a Câmara dos Deputados discute a questão do limite de gastos do setor público. Enfim, é uma preocupação que nos atinge a todos, mas a sociedade está reclamando maior eficiência do Estado, a crise da saúde, da segurança pública, enfim, de várias áreas das atividades. As empresas estão fechando quando se fala que 2 milhões de desempregados já estão nas ruas.

As empresas estão fechando. Empresas que fecham são postos de trabalho extintos. Quer dizer, enquanto isso, o Estado pede socorro, mas socorro também pedem as empresas. Estou vindo do meu Estado do Piauí, e um setor muito dinâmico, a indústria de cerâmica, agoniza lá, muitas estão fechando e há muitos com compromissos seriíssimos junto a bancos e agentes financeiros.

Então, nós vivemos um momento, eu vejo, em que temos que nos dar as mãos, apesar dos problemas ideológicos, político-partidários. Nós temos que colocar a Nação, o povo politicamente organizado, e chegarmos à busca da construção de saídas para este momento difícil, a que V. Ex^a, com muito conhecimento e maestria, se referiu aqui, inclusive qualificando o debate – e V. Ex^a sempre tem feito isso aqui, nesta Casa – e nos convocando, a todos, para nos desdobrarmos na busca de saídas para os graves problemas que estamos vivendo. É essa que tem sido e deve ser a nossa preocupação. O que fazer? Como fazer? Quer dizer, a sociedade, no meu entendimento, não pode mais esperar, a não ser soluções.

É isso. Eu queria também, em adendo ao pronunciamento de V. Ex^a, somando-me a todas essas suas preocupações, encerrar esta sessão dizendo que V. Ex^a, como sempre, tem qualificado os debates aqui, nesta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 33 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 151ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Mensagens do Presidente da República**

Mensagem nº 529

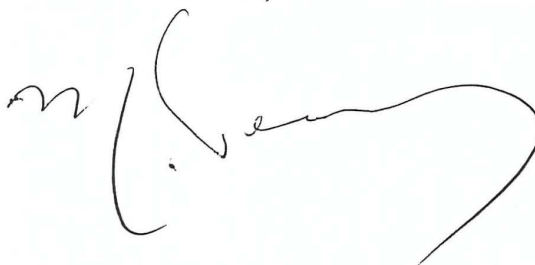
A Publicação
Em 10 / 10 / 2016



Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016.

Brasília, 6 de outubro de 2016.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 94, DE 2016

(nº 530/2016, na origem)

Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 530

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 7 de outubro de 2016.



EM nº 00043/2016 BACEN

Brasília, 4 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2016, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 29 de setembro de 2016, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ilan Goldfajn



Aviso nº 615 - C. Civil.

Em 7 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC

Programação Monetária

2016

Setembro – 2016



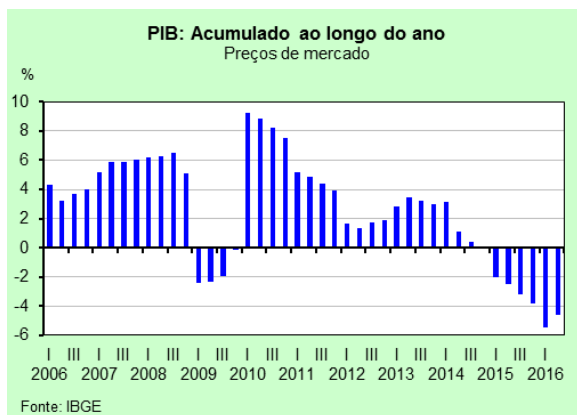
BANCO CENTRAL DO BRASIL



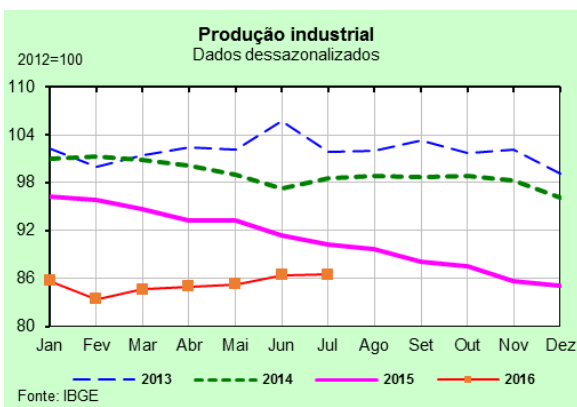
Programação Monetária para o quarto trimestre de 2016

A. A economia brasileira no terceiro trimestre de 2016

1. O PIB recuou 0,6% no segundo trimestre de 2016, em relação ao primeiro, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. No âmbito da oferta, houve retrações na atividade agropecuária (2,0%) e no setor de serviços (0,8%), e crescimento de 0,3% do setor industrial, que refletiu, em especial, os crescimentos da indústria extrativa (0,7%) e da produção e distribuição de eletricidade, gás e água (1,1%). Sob a ótica da demanda, destacaram-se a queda no consumo das famílias (0,7%), sexta consecutiva, e o crescimento de 0,4% da formação bruta de capital fixo (FBCF), após dez trimestres com variação negativa. As exportações e as importações variaram 0,4% e 4,5%, respectivamente, no período. O PIB recuou 3,8% em relação ao segundo trimestre de 2015, resultado de recuos, segundo a ótica da produção, de 3,1% na agropecuária, 3,3% no setor de serviços e de 3,0% na indústria, segmento que registrou recuos na indústria extrativa (4,9), na construção civil (2,2%) e na indústria de transformação (5,4%), e expansão de 7,9% na produção e distribuição de eletricidade, gás e água. No âmbito da demanda agregada, o componente interno contribuiu com -5,9 p.p. para o crescimento interanual do PIB (-5,5 p.p. no trimestre encerrado em junho de 2015), resultado de retrações no consumo do governo (2,2%), no consumo das famílias (5,0%) e na FBCF (8,8%). O setor externo, repercutindo variações respectivas de 4,3% e -10,6% nas exportações e nas importações, contribuiu com 2,1 p.p. no período.

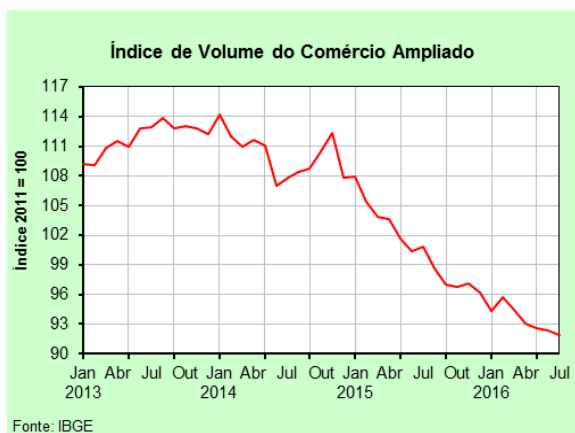


2. A produção física da indústria cresceu 2,1% no trimestre terminado em julho, relativamente ao encerrado em abril, quando havia diminuído 1,4%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) do IBGE. A produção da indústria extrativa expandiu 2,8% e a da transformação, 2,2%, reflexo de crescimento em dezessete das 23 atividades pesquisadas (veículos

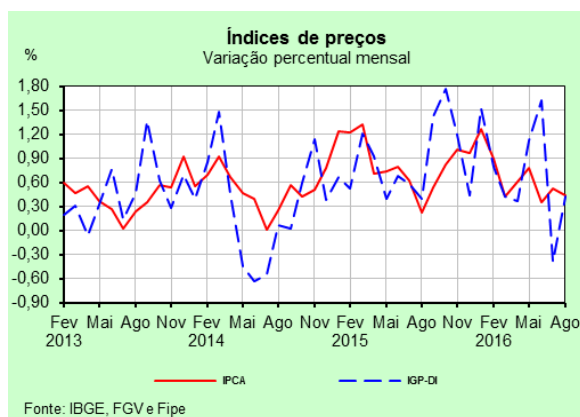


automotores, 8,7%; equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 8,4%; e metalurgia, 6,1%). Em sentido oposto, sobressaíram as quedas nas indústrias de fumo (25,7%), coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (7,6%) e farmoquímicos e farmacêuticos (5,4%). A análise por categorias de uso mostra crescimentos trimestrais nas indústrias de bens de consumo duráveis (5,6%), bens de capital (4,8%) e de bens intermediários (1,3%) e queda de 1,7% na de bens de consumo semi e não-duráveis.

3. As vendas do comércio ampliado recuaram 2,2% no trimestre finalizado em julho, em relação ao terminado em abril, quando decresceram 1,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE. Houve reduções nas vendas em oito dos dez segmentos pesquisados (veículos e motos, partes e peças, 5,6%; equipamentos e material para escritório e comunicação, 5,3%). As vendas de materiais de construção recuaram 2,9% no trimestre. As vendas do comércio varejista¹ decresceram 0,8% no trimestre. Ocorreram retrações em todas as regiões do país, com ênfase nas registradas no Norte (5,0%) e no Nordeste (4,0%).



4. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, variou 1,32% no trimestre encerrado em agosto (1,83%, no terminado em maio), resultado de desacelerações dos preços monitorados (de 1,73% para 0,40%) e dos livres (de 1,85% para 1,62%). A trajetória dos preços livres no trimestre decorreu de reduções nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,66% para 1,24%, e dos bens comercializáveis, de 2,09% para 2,04. A desaceleração trimestral dos preços monitorados refletiu, em grande parte, a redução do impacto de aumentos nos itens produtos farmacêuticos e taxa de água e esgoto, além da intensificação da deflação de gasolina. Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA passou de 9,32%, em maio, para 8,97%, em agosto, reflexo de desaceleração dos preços monitorados, de 10,90% para 8,49%, e aceleração dos livres, de 8,82% para 9,13%. A variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade

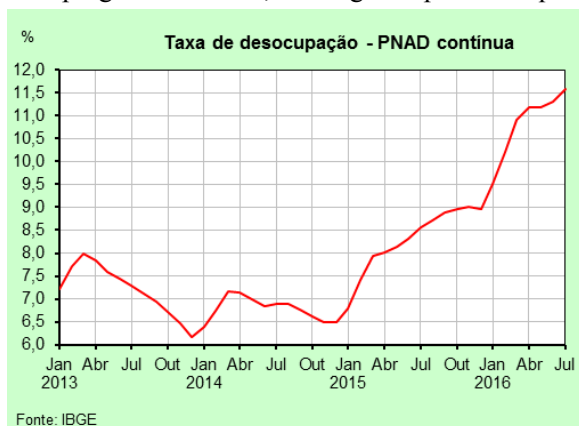


¹ Conceito que exclui do comércio ampliado os segmentos veículos e motos, partes e peças, e material de construção.

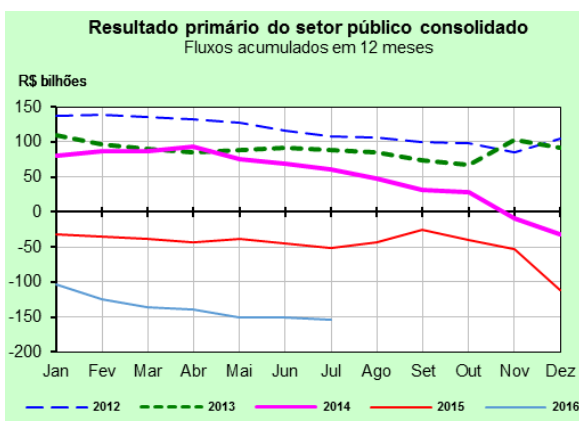


Interna (IGP-DI), divulgado pela FGV, atingiu 1,68% no trimestre terminado em agosto de 2016 (1,94% no finalizado em maio). A variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) recuou de 2,16% para 1,78% e a do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 1,63% para 0,95%, contrastando com o aumento, de 1,27% para 2,73%, na variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Considerados intervalos de doze meses, o IGP-DI variou 11,27% em agosto (11,26% em maio de 2016 e 7,80% em agosto do ano anterior).

5. A taxa de desemprego no Brasil, divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, que abrange os setores formal e informal da economia, atingiu 11,6% no trimestre encerrado em julho de 2016 (11,2% no trimestre encerrado em abril e 8,6% em igual período de 2015). O rendimento médio habitual de todos os trabalhos registrou, no trimestre, reduções reais de 0,6% e 3,1% em relação aos trimestres encerrados em abril de 2016 e em julho de 2015, respectivamente. Com estabilidade no trimestre e redução anual de 1,0% da população ocupada com rendimento, a massa salarial real habitual de todos os trabalhos recuou 0,6% e 4,0%, nas mesmas bases de comparação. A economia do país eliminou 258,4 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em julho de 2016 (384,7 mil em igual período de 2015), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Destacaram-se os cortes no setor de serviços (119,8 mil), na construção civil (84,6 mil), no comércio (72,0 mil) e na indústria de transformação (65,6 mil).



6. O setor público registrou *deficit* primário de R\$36,6 bilhões nos sete primeiros meses de 2016, ante *superavit* de R\$6,2 bilhões em igual período de 2015. Os governos regionais registraram *superavit* de R\$11 bilhões e o Governo Central e as empresas estatais, *deficits* respectivos de R\$45,8 bilhões e R\$1,7 bilhão. A receita não financeira do Tesouro Nacional² aumentou 3,2%, para R\$554,9 bilhões, no período, destacando-se o crescimento de

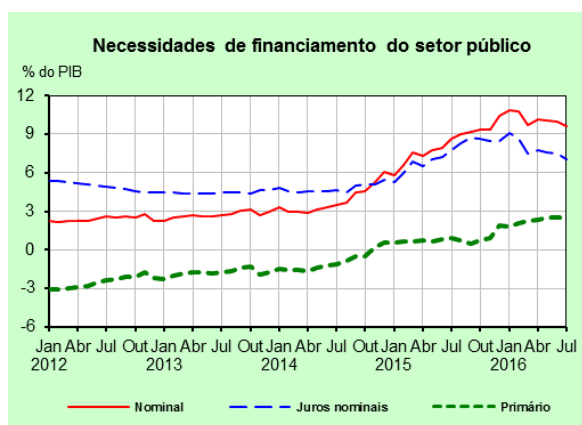


² Incluindo as receitas primárias do Banco Central do Brasil.

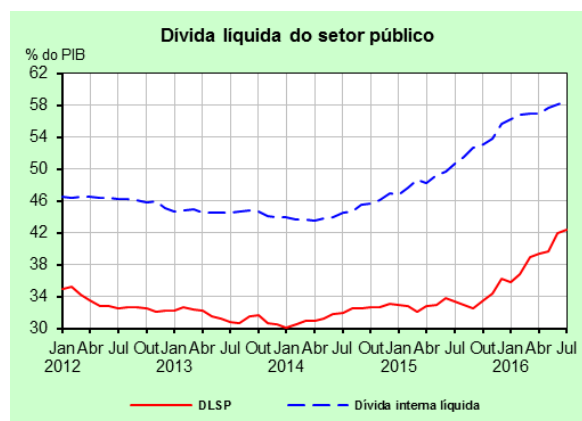


279,0% nas receitas de concessões e permissões, em função do recolhimento de bônus de outorga referente à concessão de usinas hidrelétricas, sem contrapartida em 2015, e as reduções de 15,0% na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de 20,6% na relativa ao Imposto de Importação. As despesas não financeiras do Tesouro Nacional³ aumentaram 7,0%, para R\$412,3 bilhões, no período, reflexo de aumentos nos gastos com pessoal e encargos (6,1%) e nas despesas obrigatórias (13,4%) e discricionárias (3,3%). Entre as despesas obrigatórias, destacaram-se os crescimentos nos gastos com subsídios, subvenções e Proagro (40,9%), decorrente da nova sistemática de pagamento estabelecida em conformidade com os Acórdãos TCU nº 825/2015 e nº 3.297/2015, e nos pagamentos de Abono e seguro desemprego (29,5%), refletindo, em especial, o calendário de pagamento do Abono salarial definido na Resolução Codefat nº 748/2015.

7. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$213,9 bilhões nos sete primeiros meses do ano, ante R\$288,6 bilhões no mesmo período de 2015. A redução repercutiu, em especial, o resultado favorável de R\$67,9 bilhões das operações de *swap* cambial, ante resultado desfavorável de R\$57 bilhões no mesmo período do ano anterior. O resultado nominal do setor público - soma do resultado primário e dos juros nominais apropriados - foi deficitário em R\$250,5 bilhões no período (R\$282,4 bilhões em igual intervalo de 2015). O financiamento do *deficit* ocorreu por meio da expansão da dívida mobiliária interna, neutralizada, em parte, por reduções da dívida bancária líquida, do financiamento externo líquido e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.



8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$2.571,9 bilhões em julho (42,4% do PIB). A elevação de 6,2 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2015 refletiu os impactos da apropriação de juros nominais (3,5 p.p.), da apreciação cambial de 17,1% acumulada no ano (3,4 p.p.), do *deficit* primário (0,6 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (-0,3 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-0,9 p.p.). As principais alterações na

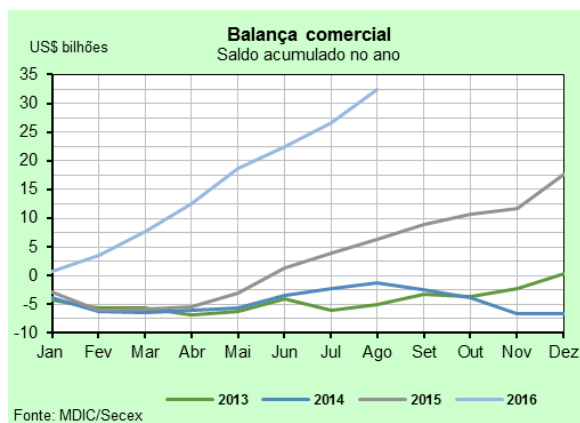


³ Incluindo as despesas primárias do Banco Central do Brasil.



composição da DLSP nos sete primeiros meses de 2016 ocorreram na parcela credora vinculada ao câmbio (17,1 p.p.), na parcela pré-fixada (-10,9 p.p.) e na parcela vinculada à TJLP (4,6 p.p.). A taxa de juros implícita da DLSP, acumulada em doze meses, atingiu 22,3% em julho (29,7% em dezembro de 2015).

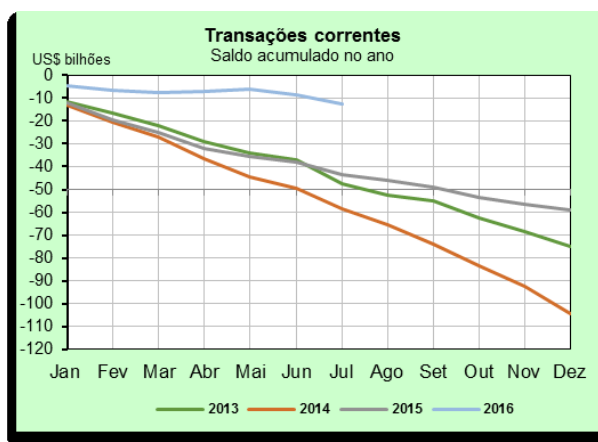
9. A balança comercial registrou *superavit* de US\$29,8 bilhões nos oito primeiros meses de 2016, ante US\$7,3 bilhões em igual período de 2015. As exportações recuaram 3,7% e as importações, 24,3%, totalizando US\$123,6 bilhões e US\$91,28 bilhões, respectivamente. A corrente de comércio atingiu US\$327,9 bilhões, retração de 13,9% no período. A média diária das



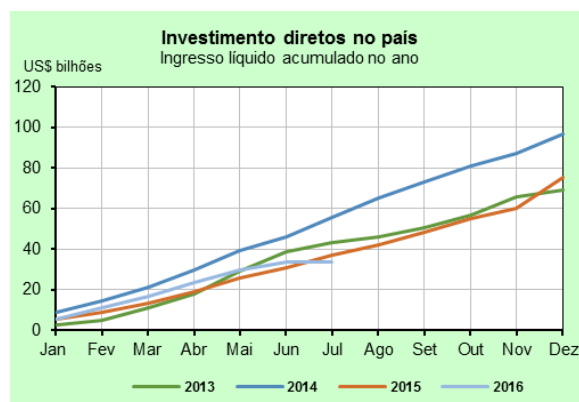
exportações repercutiu reduções de 9,2% nas de produtos básicos, impactada, em especial, pelas retrações nas cotações de soja, minério de ferro e petróleo, responsáveis por 57,1% das vendas dessa categoria de fator agregado no período. Os embarques de manufaturados decresceram 1,1% e os de semimanufaturados aumentaram 2,0%, com destaque para as vendas externas de açúcar em bruto e celulose. A média diária das importações recuou 25,5%, reflexo de reduções em todas as categorias de produto: bens de consumo duráveis, 47,2%; combustível e lubrificantes, 45,6%; bens intermediários, 22,1%; bens de capital, 21,6%; e bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 17,8%. Destaque, no período, para a redução de 3,3 p.p., para 9,1%, na participação das aquisições de combustíveis e lubrificantes, evolução compatível com a trajetória das cotações do petróleo. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o recuo de 3,7% registrado pelas exportações nos oito primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015, refletiu, variações de -12,0% nos preços e de 9,1% no *quantum*. Destacaram-se as reduções nos preços de produtos básicos, 13,3%, e de semimanufaturados, 11,1%; e os aumentos respectivos de 15,8% e 12,0% no *quantum* exportado de produtos semimanufaturados e de manufaturados. Na mesma base de comparação, o recuo de 24,7% nas importações decorreu de retrações de 9,9% nos preços e de 16,4% no *quantum*. Destacaram-se as reduções nos preços de combustíveis e lubrificantes, 33,0%, e de bens intermediários, 7,9%; e os recuos no volume importado de bens de consumo duráveis, 43,5%; bens de capital, 17,9%; e combustíveis e lubrificantes, 16,9%.



10. O *deficit* em transações correntes somou US\$12,5 bilhões nos sete primeiros meses de 2016 (US\$43,6 bilhões em igual período do ano anterior). As despesas líquidas de serviços atingiram US\$17,1 bilhões. O recuo de 27,8%, em relação a igual intervalo de 2015, repercutiu, especialmente, as reduções nos *deficits* das contas transportes (53,0%) e viagens internacionais (47,9%). Os gastos de brasileiros em viagens internacionais e de turistas estrangeiros em viagens ao Brasil somaram, na ordem, US\$7,9 bilhões e US\$3,6 bilhões, variando, na ordem, -32,0% e 6,2% em relação a igual intervalo de 2015. Os gastos com aluguel de equipamentos diminuíram 8,9%, no período. As remessas líquidas com juros atingiram US\$14,4 bilhões, reduzindo-se 4,8% no período. Os pagamentos de juros ao exterior recuaram 3,0%, para US\$17,1 bilhões, e as receitas de juros aumentaram 8,7%, para US\$2,6 bilhões. Em particular, as receitas provenientes da remuneração das reservas internacionais aumentaram 17,7%. A renda secundária líquida totalizou US\$1,7 bilhão nos sete primeiros meses, aumento de 27,8% em relação a igual intervalo de 2015. Os ingressos líquidos de transferências pessoais, apesar do cenário de crescimento moderado das economias dos principais países de destinos de emigrantes brasileiros, foram impulsionados pela depreciação do real e aumentaram 30,2% no período. Considerados intervalos de doze meses, o *deficit* em transações correntes totalizou US\$27,9 bilhões em julho (1,6% do PIB).



11. A conta financeira registrou ingressos líquidos de US\$8,2 bilhões nos sete primeiros meses de 2016 (US\$42,8 bilhões em igual período de 2015). As concessões líquidas de capital sob a forma de investimentos diretos no exterior atingiram US\$6,6 bilhões (US\$12,7 bilhões nos sete primeiros meses de 2015). As captações líquidas de investimento direto no país somaram US\$33,9 bilhões no período, dos quais US\$23,0 bilhões referentes a aumento de participação em capital de empresas e US\$10,9 bilhões a operações intercompanhias. O ingresso de investimento direto no país acumulado em doze meses atingiu US\$72,0 bilhões em julho (4,1% do PIB). Os investimentos brasileiros em carteira no exterior registraram saída líquida de US\$14 milhões (entrada



líquida de US\$1,6 bilhão nos sete primeiros meses de 2015). As saídas líquidas de investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$5,4 bilhões (aplicação líquida de US\$23,1 bilhões nos sete primeiros meses de 2015), com ênfase nos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em ações e em cotas de fundos de investimento, US\$8,9 bilhões, e nas saídas líquidas em títulos de renda fixa negociados no país, US\$11,7 bilhões (ingressos líquidos de US\$11,0 bilhões e de US\$18,0 bilhões, respectivamente, nos sete primeiros meses de 2015).

12. Ao final de julho, o estoque de reservas internacionais atingiu US\$369,3 bilhões no conceito caixa e US\$377,5 bilhões no conceito liquidez (variações respectivas de US\$12,9 bilhões e US\$8,8 bilhões em relação a dezembro de 2015). No período, a liquidação de operações de linhas com recompra proporcionou elevação de US\$4,1 bilhões no estoque de reservas internacionais no conceito caixa. A receita de juros que remunera os ativos de reservas somou US\$1,7 bilhão e os impactos de variações de preço e de paridades atingiram, na ordem, US\$3,5 bilhões e US\$2,5 bilhões. Incorporados os impactos de eventos antecipáveis, as reservas internacionais totalizariam US\$378,8 bilhões ao final de 2016. Estão previstas, para o ano, receitas de remuneração de reservas de US\$3 bilhões.



B. Política Monetária no segundo trimestre de 2016

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2016.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$236,5 bilhões em junho, variando -0,8% no mês e 1,4% em doze meses. O saldo médio do papel-moeda emitido somou R\$202,9 bilhões, variando -0,5% e 3,1%, respectivamente. As reservas bancárias atingiram R\$33,6 bilhões, retraindo 2,5% no mês e 7,6% em doze meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, totalizou R\$4,4 trilhões em junho. O crescimento de 14,7% em doze meses refletiu aumentos de 1,2% na base restrita, de 14,8% no saldo dos títulos públicos federais e de 24% nos depósitos compulsórios em espécie.



Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2016^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	277,8 - 326,1	-0,8	299,1	-1,7
Base restrita ^{3/}	203,9 - 275,9	2,9	236,5	1,4
Base ampliada ^{4/}	4.189,8 - 4.918,4	19,8	4.358,7	14,7
M4 ^{4/}	4.983,7 - 6.742,7	11,1	5.836,6	10,6

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, somaram R\$299,1 bilhões em junho, com reduções de 1,2% no mês e de 1,7% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$170,1 bilhões, variando -0,4% e 3,8%, respectivamente, e os depósitos à vista situaram-se em R\$129 bilhões, com recuos de 2,2% no mês e de 8,2% em doze meses.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$5,8 trilhões em junho, elevando-se 1,0% no mês e 10,6% em doze meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$12 bilhões no segundo trimestre de 2016, resultante de resgates líquidos de R\$9,6 bilhões no mercado primário e de R\$306 milhões no extramercado, e de colocações líquidas de R\$21,9 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom considerou, nas reuniões de abril e junho, que o ainda elevado patamar da inflação em doze meses refletia os processos de ajustes de preços relativos ocorridos em 2015, bem como o processo de recomposição de receitas tributárias observado nos níveis federal e estadual, no início deste ano, além dos choques temporários de oferta no segmento de alimentação, que fazem com que a inflação mostre resistência. Ao tempo em que reconheceu que esses processos têm impactos diretos sobre a inflação, o Comitê reafirmou sua visão de que a política monetária pode, deve e está contendo os efeitos de segunda ordem deles decorrentes. O Comitê reconheceu os avanços na política de combate à inflação, em especial a contenção dos efeitos de segunda ordem dos ajustes de preços relativos. No entanto, considerou que o nível elevado da inflação em doze meses e as expectativas de inflação distantes dos objetivos do regime de metas não oferecem espaço para flexibilização da política monetária. Dessa forma, o Copom decidiu, por unanimidade, nas duas reuniões, manter a taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés.



C. Política Monetária no bimestre julho-agosto de 2016

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$237,2 bilhões em agosto, variando -0,1% no mês e 3,4% em doze meses. As reservas bancárias aumentaram 0,5% e 1,3%, respectivamente, situando-se em R\$33,7 bilhões, e o saldo médio do papel-moeda emitido atingiu R\$203,5 bilhões, com retração de 0,2% no mês e elevação de 3,7% em doze meses.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$4,5 trilhões em agosto. A expansão de 14,1% em doze meses refletiu elevações de 1,7% na base restrita, de 14,3% no saldo de títulos públicos federais e de 21,7% nos depósitos compulsórios em espécie.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, atingiram R\$301,4 bilhões em agosto, decrescendo 0,9% no mês e elevando-se 0,6% em doze meses. O saldo do papel-moeda em poder do público somou R\$170,1 bilhões, com variações respectivas de -0,6 % e 4,1%, e os depósitos à vista atingiram R\$131,4 bilhões, com declínios de 1,3% no mês e de 3,6% em doze meses.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$5,9 trilhões em agosto, aumentando 1,0% no mês e 11,6% em doze meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2016 e ocorridos em julho/agosto^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	279,0 - 327,5	1,9	301,4	0,6
Base restrita ^{3/}	204,6 - 276,8	4,2	237,2	3,4
Base ampliada ^{4/}	4.155,1 - 4.877,7	12,4	4.505,1	14,1
M4 ^{4/}	5.166,5 - 6.990,0	14,3	5.931,5	11,6

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$54,3 bilhões no bimestre julho-agosto. Houve resgates líquidos de R\$67,9 bilhões no mercado primário, colocação líquida de R\$122,4 bilhões no mercado secundário e expansão de R\$193 milhões no extramercado.

25. Na reunião de julho, todos os membros do Comitê reconheceram progressos em relação às perspectivas de desinflação da economia brasileira, mas demonstraram preocupação com medidas de expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus para a meta de 2017 e com projeções do Comitê para a inflação que se situavam acima da meta em horizontes de 18 ou mais meses, sob as hipóteses do



cenário de mercado. Nesse contexto, o Copom concluiu que o cenário básico e o atual balanço de riscos indicavam não haver espaço para flexibilização da política monetária e decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés. Na reunião de agosto, considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom avaliou que uma flexibilização das condições monetárias depende de fatores que permitam maior confiança no alcance das metas para

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
19.1.2011	-	11,25
2.3.2011	-	11,75
20.4.2011	-	12,00
8.6.2011	-	12,25
20.7.2011	-	12,50
31.8.2011	-	12,00
19.10.2011	-	11,50
30.11.2011	-	11,00
18.1.2012	-	10,50
7.3.2012	-	9,75
18.4.2012	-	9,00
30.5.2012	-	8,50
11.7.2012	-	8,00
29.8.2012	-	7,50
10.10.2012	-	7,25
28.11.2012	-	7,25
16.01.2013	-	7,25
06.03.2013	-	7,25
17.04.2013	-	7,50
29.05.2013	-	8,00
10.07.2013	-	8,50
28.08.2013	-	9,00
09.10.2013	-	9,50
27.11.2013	-	10,00
15.1.2014	-	10,50
26.2.2014	-	10,75
2.4.2014	-	11,00
28.5.2014	-	11,00
16.7.2014	-	11,00
3.9.2014	-	11,00
29.10.2014	-	11,25
3.12.2014	-	11,75
21.1.2015	-	12,25
4.3.2015	-	12,75
29.4.2015	-	13,25
3.6.2015	-	13,75
29.7.2015	-	14,25
2.9.2015	-	14,25
21.10.2015	-	14,25
25.11.2015	-	14,25
20.1.2016	-	14,25
2.3.2016	-	14,25
27.4.2016	-	14,25
8.6.2016	-	14,25
20.7.2016	-	14,25
31.8.2016	-	14,25

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.



a inflação nos horizontes relevantes para a condução da política monetária, em particular da meta de 4,5% em 2017. Nestas condições, o Comitê decidiu, por unanimidade, pela manutenção da taxa básica de juros em 14,25% a.a., sem viés.

D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2016

26. A dinâmica da recuperação da economia global permaneceu frágil e heterogênea nos meses recentes, com incertezas associadas ao ritmo de crescimento e a riscos deflacionários em importantes economias globais. Nos EUA, a evolução favorável do mercado de trabalho, das bolsas de valores e dos preços ao consumidor impulsionou os gastos com consumo, que exerceram impacto relevante sobre a trajetória do PIB, no período. A atividade econômica registrou aceleração no Reino Unido, sustentada, em grande parte, pelo desempenho da indústria, contrastando com o arrefecimento observado na Área do Euro e no Japão.

27. Nesse contexto, a despeito da ocorrência de instabilidades pontuais, os mercados financeiros globais operaram em ambiente de menor aversão ao risco no trimestre finalizado em agosto, refletindo, em especial, expectativas de manutenção dos juros básicos, em nível reduzido, nas principais economias maduras. Ressalte-se que a instabilidade derivada do Brexit foi revertida conforme se consolidou a percepção de seu impacto contido sobre o crescimento da economia global.

28. A expectativa de persistência da elevada liquidez internacional contribuiu para o recuo nos rendimentos dos títulos públicos de longo prazo de importantes economias maduras e favoreceu o alongamento dos prazos de novas emissões soberanas. Adicionalmente, os principais índices acionários das economias maduras registraram ganhos no trimestre encerrado em agosto.

29. No Brasil, as trajetórias favoráveis da balança comercial e das despesas líquidas de serviços e de rendas registradas no decorrer de 2016 implicaram redução expressiva do *deficit* nas transações correntes – de 4,42% do PIB em maio de 2015, para 1,5% do PIB em agosto de 2016, considerados intervalos de doze meses. Esse desempenho, refletindo os efeitos defasados da desvalorização cambial e a retração ora observada na atividade econômica doméstica, tende a continuar nos próximos trimestres, em especial no âmbito da balança comercial.

30. As captações líquidas superaram as concessões líquidas nos oito primeiros meses de 2016, destacando-se o aumento nos ingressos líquidos de investimento direto no país, que persistiram, portanto, em patamar confortável para o financiamento do *deficit* em transações correntes.

31. Embora o somatório dos fluxos líquidos de capitais estrangeiros permaneça positivo, persistem saídas líquidas em títulos de renda fixa negociados no



país e em títulos e empréstimos diretos de longo prazo, negociados no exterior. Parte das saídas de empréstimos ocorridas ao longo do ano deve-se a operação de longo prazo roladas no curto prazo. Em agosto, pela primeira vez no ano, empréstimos de curto prazo foram rolados no longo prazo inversão de comportamento possivelmente relacionada à redução dos prêmios de risco país.

32. Ressalte-se adicionalmente que, em agosto, o estoque de reservas internacionais, no conceito de liquidez, representou 32 meses de importações de bens e 3,3 vezes o valor das amortizações da dívida externa vincendas nos próximos doze meses. O estoque de dívida externa emitida no exterior, excetuando operações entre empresas de mesmo grupo econômico, atingiu 19,1% do PIB e, incluídos os passivos de títulos de renda fixa no país em posse de investidores não residentes, e operações intercompanhia, ambos com níveis de risco menores, 39% do PIB.

33. Em relação à atividade interna, o PIB registrou a sexta retração trimestral consecutiva no segundo trimestre de 2016 (0,6%). Ressalte-se que o ciclo contracionista repercute impactos do ajuste macroeconômico em curso no país sobre os mercados de trabalho e de crédito; e do patamar reduzido das expectativas dos agentes econômicos sobre decisões de consumo. É importante notar que os resultados do PIB no primeiro semestre do ano, embora negativos, sugerem perspectivas mais favoráveis para o desempenho da economia do país do que os assinalados em igual período de 2015.

34. No âmbito da oferta sobressaíram os recuos na produção da agricultura e no setor de serviços, contrastando com a expansão de 0,3% do setor secundário da economia, impulsionado por crescimentos na indústria extrativa (0,7%) e na produção e distribuição de eletricidade, gás e água (1,1%). Sob a ótica da demanda, destacou-se o impacto negativo da retração no consumo das famílias - sexta consecutiva nessa base de comparação -, sensibilizada pelo aprofundamento do processo de distensão no mercado de trabalho e pela continuidade da desaceleração no mercado de crédito; e a recuperação, ainda que modesta, na formação bruta de capital fixo (FBCF).

35. Em relação ao componente externo da demanda, as importações variaram 4,5% e as exportações, 0,4%, no trimestre, trajetória condicionada, em parte, pelo melhor desempenho da indústria e da FBCF.

36. Importante ressaltar, portanto, que o resultado do PIB do segundo trimestre revelou sinais de estabilização da atividade, entre os quais, as expansões, na margem, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e da indústria. Prospectivamente, alguns indicadores de alta frequência mostram sinais, embora ainda incipientes, de retomada gradual da atividade. Destaque-se, nesse contexto, o crescimento da produção industrial em cinco dos sete primeiros meses do ano e a alta consistente dos indicadores de confiança.

37. Dados divulgados mais recentemente ratificam a reação moderada na atividade industrial constatada por ocasião da divulgação do PIB relativo ao segundo



trimestre de 2106. De fato, por um lado, a evolução recente dos indicadores de estoques - que situam-se próximos à média histórica, com ajuste lento e persistente - e da confiança dos empresários da indústria - com alta consistente nos últimos trimestres - sugerem condições favoráveis para a continuidade da retomada da produção, enquanto por outro lado, a fragilidade do consumo doméstico pode se constituir em vetor de restrição ao desempenho da indústria nos próximos meses.

38. No médio prazo, a consolidação dos ajustes macroeconômicos e a redução de impactos negativos de eventos não econômicos sobre a atividade, tendem, também, a traduzir-se em alocação mais eficiente dos fatores de produção da economia e em ganhos de produtividade.

39. A retração observada nos gastos com consumo é consistente com a evolução do mercado de crédito e com as reduções no rendimento médio habitual e na massa salarial real habitual de todos os trabalhos, observadas no período.

40. De fato, as operações de crédito permaneceram em desaceleração no trimestre encerrado em julho, em ambiente de elevação do custo médio das contratações e estabilidade da inadimplência. As condições mais restritivas no mercado de crédito podem ser observadas na evolução das taxas de juros e dos *spreads* – em especial no segmento de pessoas físicas.

41. Nesse contexto, taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu 33,0% a.a. em julho – maior patamar da série iniciada em março de 2011 -, elevando-se 0,6 p.p. no trimestre e 4,6 p.p. em doze meses. O aumento trimestral repercutiu elevações de 0,7 p.p. nas operações com recursos livres e de 0,8 p.p. nas realizadas com recursos direcionados, que registraram taxas médias de juros de 52,7% a.a. e 11,5% a.a., respectivamente.

42. No âmbito da política fiscal, o Poder Executivo Federal encaminhou, em 31 de agosto, para apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2017 (PLOA 2017). A proposta orçamentária, que prevê *deficit* primário de R\$139 bilhões (2,05% do PIB), foi elaborada observando o limite de crescimento da despesa definido na Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016⁴.

43. Nesse contexto, a evolução do resultado fiscal está condicionada tanto pela adoção de medidas de ajuste que contribuam para o reequilíbrio entre receitas e despesas, quanto pelos impactos da recuperação da confiança dos agentes econômicos sobre a trajetória da atividade econômica.

44. Nesse ambiente, a inflação ao consumidor manteve-se em desaceleração no trimestre encerrado em agosto, trajetória influenciada pelo

⁴ Despesas do exercício anterior corrigidas pela variação do IPCA, no mesmo período.



arrefecimento dos preços de produtos *in natura* e pela dissipação dos efeitos do reajuste de medicamentos. Acumulada em doze meses, a inflação ao consumidor também apresentou desaceleração, repercutindo o arrefecimento dos preços monitorados.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2016

45. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2016 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e de câmbio, e de outros indicadores pertinentes.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2016^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	316,0 - 370,9	3,3
Base restrita ^{3/}	228,3 - 308,8	4,8
Base ampliada ^{4/}	4.342,5 - 5.097,7	12,9
M4 ^{4/}	5.307,4 - 7.180,6	12,4

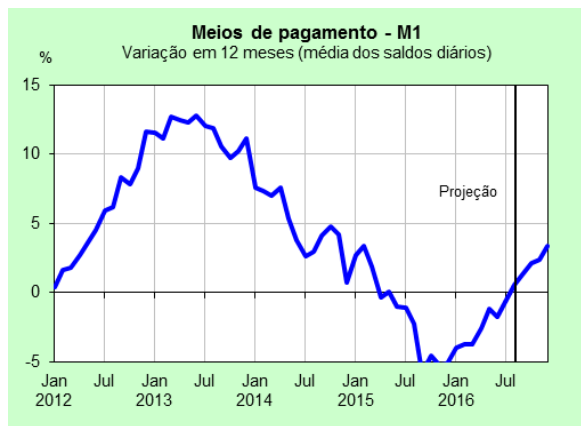
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

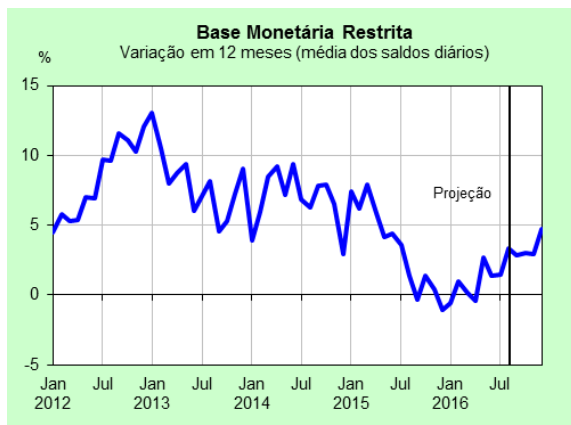
46. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes, considerando-se as trajetórias esperadas para o produto e para a taxa Selic, e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em doze meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento (M1) foi estimada em 3,3% para dezembro de 2016.



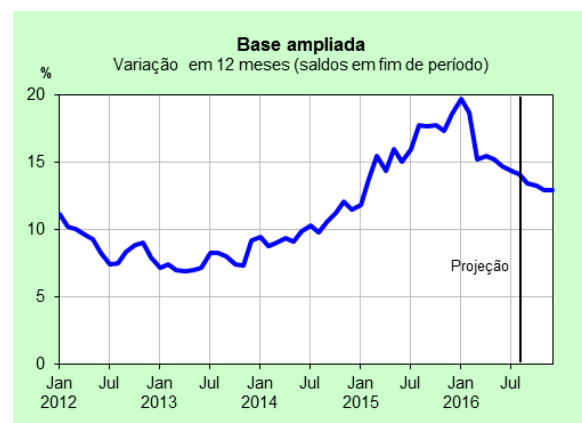
47. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro e a elevação da massa salarial.



48. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em doze meses para o saldo médio da base monetária de 4,8% em dezembro de 2016.



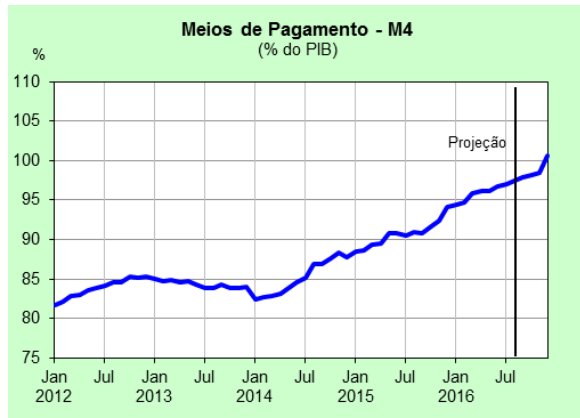
49. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para os resultados primários do governo central, para as operações do setor externo e para as emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em doze meses de 12,9% em dezembro de 2016.



50. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para o M4 corresponde a 12,4% em dezembro de 2016.



51. A proporção entre o M4 e o PIB deverá apresentar expansão ao longo de 2016, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis no período.



52. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho-agosto de 2016, bem como os valores previstos para o quarto trimestre de 2016.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2015		2016			
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
			R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	332,3	-5,2	301,4	0,6	343,5	3,3
Base restrita ^{4/}	256,4	-1,0	237,2	3,4	268,6	4,8
Base ampliada ^{5/}	4.180,5	18,6	4.505,1	14,1	4.720,1	12,9
M4 ^{5/}	5.554,3	11,2	5.931,5	11,6	6.244,0	12,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.



53. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2015		2016			
			Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,296	-4,2	1,271	-2,7	1,279	-1,4
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,236	-6,2	0,256	5,0	0,250	6,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,555	9,7	0,564	3,5	0,563	1,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,329	-6,2	1,328	-1,3	1,352	1,7

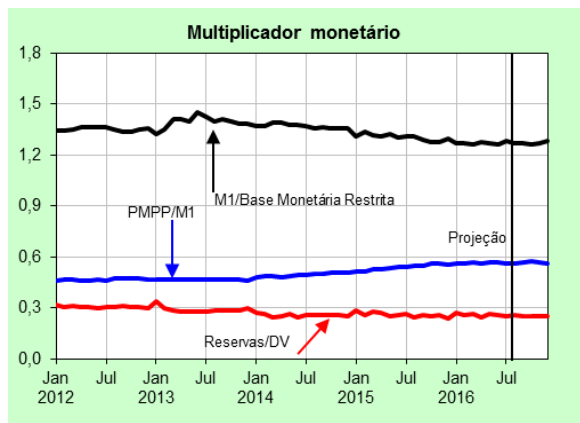
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

54. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2016.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2016^{1/}

Discriminação	Previsto			Ocorrido	
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	277,8	- 326,1	-0,8	299,1	-1,7
Base restrita ^{3/}	203,9	- 275,9	2,9	236,5	1,4
Base ampliada ^{4/}	4.189,8	- 4.918,4	19,8	4.358,7	14,7
M4 ^{4/}	4.983,7	- 6.742,7	11,1	5.836,6	10,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2016 e ocorridos em julho/agosto^{1/}

Discriminação	Previsto			Ocorrido	
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	279,0	- 327,5	1,9	301,4	0,6
Base restrita ^{3/}	204,6	- 276,8	4,2	237,2	3,4
Base ampliada ^{4/}	4.155,1	- 4.877,7	12,4	4.505,1	14,1
M4 ^{4/}	5.166,5	- 6.990,0	14,3	5.931,5	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2016^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões		Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	316,0	- 370,9	3,3
Base restrita ^{3/}	228,3	- 308,8	4,8
Base ampliada ^{4/}	4.342,5	- 5.097,7	12,9
M4 ^{4/}	5.307,4	- 7.180,6	12,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.



Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2015		2016			
			Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	332,3	-5,2	301,4	0,6	343,5	3,3
Base restrita ^{4/}	256,4	-1,0	237,2	3,4	268,6	4,8
Base ampliada ^{5/}	4.180,5	18,6	4.505,1	14,1	4.720,1	12,9
M4 ^{5/}	5.554,3	11,2	5.931,5	11,6	6.244,0	12,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2015		2016			
			Julho - Agosto		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,296	-4,2	1,271	-2,7	1,279	-1,4
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,236	-6,2	0,256	5,0	0,250	6,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,555	9,7	0,564	3,5	0,563	1,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,329	-6,2	1,328	-1,3	1,352	1,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.



Glossário

Base monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta “Reservas Bancárias”. Essa variável reflete o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da base monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de “Reservas Bancárias” significa expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de “Reservas Bancárias” significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base monetária ampliada: conceito amplo de base monetária, introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Depósitos compulsórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de



cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.



Ofício da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Publicação
Em 10/10/2016

Of. nº 100/2016/PS-GSE

Brasília, 7 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PLP à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2007, da Câmara dos Deputados (PLC nº 125, de 2015 - Complementar), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991", com a rejeição dos seguintes dispositivos: a) inciso XVII, constante do rol do § 5º-B da Lei Complementar nº 123, de 2006, elencado no inciso I do § 5º-M, do artigo 18 do Substitutivo; b) inciso II, § 5º-M, do artigo 18, constante do artigo 1º do Substitutivo; e c) inciso II, do § 3º, do artigo 9º do Substitutivo.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a matéria foi enviada à sanção em 06.10.16.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Nome legível: Betinho Mansur
Rubrica: 35240
Data: 03/10/2016
Hora: 15:50



Proposta de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 49, DE 2016

Acrescenta as alíneas c e d ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (1º signatário), Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Benedito de Lira, Senador Cidinho Santos, Senador Cristovam Buarque, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senadora Fátima Bezerra, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Hélio José, Senador Humberto Costa, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senador Lasier Martins, Senadora Marta Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Raimundo Lira, Senadora Regina Sousa, Senador Romário, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Simone Tebet, Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Acrescenta as alíneas *c* e *d* ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 10, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *c* e do seguinte § 4º:

“Art. 10.....

.....

II –

.....

c) da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção por um período de 5 (cinco) meses, contados da apresentação do termo judicial de guarda ou adoção.

d) em caso de dois ou mais adotantes, ou guardiões, esses decidirão, de comum acordo, quem usufruirá a referida estabilidade, por meio de declaração escrita a ser apresentada ao respectivo empregador.

.....



SF/16090.11544-12





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

§ 4º O direito prescrito na alínea *c* do inciso II deste artigo, nos casos em que ocorrer o falecimento do adotante, será assegurado a quem detiver a guarda do seu filho.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Carta Política de 1988, em seu art. 10, II, *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias assegura a estabilidade provisória à empregada gestante *desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto*, sendo silente, todavia, no que tange à extensão de tal direito à empregada ou empregado que opta pela adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

A omissão constitucional acima aludida, mormente à vista do atual contexto social e jurídico, revela-se um verdadeiro contrassenso, justamente porque o texto constitucional não distingue os filhos biológicos daqueles colocados, por adoção ou guarda judicial, no seio de família substituta, sendo certo que *os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação* (art. 227, § 6º, da Carta Política de 1988).

A questão, assim, deve ser analisada não só pela ótica de proteção ao emprego do trabalhador ou trabalhadora, como também sob a perspectiva do adotando, que necessita de especial proteção da família, da sociedade e do poder público.

A estabilidade no emprego, nessa senda, decorre, sobretudo, da imperiosa necessidade de ser assegurada a convivência familiar à pessoa abandonada, sem que o empregado tenha o temor de ser demitido



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br

Página 3 de 7

Parte integrante do Avulso da PEC nº 49 de 2016.





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

imotivadamente ou arbitrariamente tão somente por ter optado pela adoção ou guarda judicial com o intuito de adoção.

Nesse cenário, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) também tem o mérito de incentivar a deflagração do processo de adoção ou de guarda judicial para fins de adoção, ao proteger o emprego do adotante (homem ou mulher) contra eventuais medidas arbitrárias ou persecutórias que poderiam ser, eventualmente, empreendidas pelo empregador.

Demais disso, a proposição em tela se encontra em consonância com os princípios constitucionais da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade, uma vez que busca tratar igualitariamente a empregada gestante e a empregada ou empregado que opta pela adoção ou guarda judicial para fins de adoção, medida que, em última instância, se afigura consentânea com os valores sociais do trabalho.

Outrossim, não se pode olvidar que a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já vem estendendo à estabilidade no emprego também à empregada adotante. Segundo o TST, (...) *a licença adotante é um direito social, porque tem por fim assegurar a proteção à maternidade (art.6º, da CF), visando a utilização de um tempo à estruturação familiar que permita a dedicação exclusiva aos interesses necessários ao desenvolvimento saudável da criança. Para a mãe adotante poder alcançar a licença-maternidade sem o risco de ser despedida, é preciso que ela também seja beneficiada pela estabilidade provisória prevista no art.10, II, “b”, do ADCT da Constituição Federal de 1988* (3ª Turma, processo nº TST-RR-200600-19.2008.5.02.0085, publicado em 7 de agosto de 2015).

Por fim, com o escopo de assegurar a irrestrita observância ao princípio da isonomia, optamos por estender o direito previsto na Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, a quem detiver a guarda do filho do empregado adotante (homem ou mulher) que vier a falecer.

SF/16090.11544-12



4



SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

Posto isso, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br

Página 5 de 7

Parte integrante do Avulso da PEC nº 49 de 2016.



SF/16090.11544-12



5



SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br

Página 6 de 7

Parte integrante do Avulso da PEC nº 49 de 2016.



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - inciso II do artigo 10
- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - parágrafo 3º do artigo 60
- Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014 - 146/14
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2014;146>



Requerimento**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 741, DE 2016**

Nos termos do inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que o Tribunal de Contas da União - TCU realize auditoria da dívida pública interna federal, contemplando os questionamentos que apresenta.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° , DE 2016

Nos termos do inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria da dívida pública interna federal, contemplando os questionamentos abaixo formulados:

» Considerando que nos últimos 12 anos a dívida bruta interna da União cresceu aproximadamente R\$ 2 trilhões, fundamental a realização de auditoria para conhecer a evolução dessa dívida, especialmente nos últimos 12 anos.

» Identificar o estoque da dívida bruta interna da União, juntamente com os detentores da totalidade dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional nos últimos 12 anos, inclusive os que estão em poder do Banco Central e que são repassados ao mercado por meio das Operações de Mercado Aberto.

» Identificar o objetivo que fundamentou a emissão dos títulos, bem como aferir se as destinações dos recursos corresponderam aos objetivos que fundamentaram a contratação de mais dívida.

» Dos R\$ 2 trilhões incorporados à dívida bruta interna da União nos últimos 12 anos, verificar o que foi direcionado para investimentos no Brasil pelo Governo Federal.

» Identificar quanto desse montante foi direcionado para pagar juros, encargos, amortização e refinanciamento da dívida bruta interna da União.

» Verificar se os mecanismos de gestão da dívida bruta interna da União permitem a produção e disponibilização das informações acima mencionadas para a população brasileira de maneira simples e frequente.

» A administração da dívida bruta interna da União conta com o sistema de *dealers*. A “rolagem” da dívida ou refinanciamento não significa mera troca de títulos que estão vencendo por títulos com vencimento futuro. Em geral, trata-se de novas operações em



novas condições, com nova taxa de juros e sujeitas ao pagamento de novas comissões. Identificar a diferença nas taxas de juros e valores de encargos aplicados às novas operações onde os *dealers* são os detentores dos títulos renegociados.

JUSTIFICAÇÃO

Diversos jornais do País noticiaram, no mês de abril último, que o ex-presidente do Banco Central – BC, Armínio Fraga, disse ao então vice-presidente Michel Temer que o Tesouro Nacional está quebrado, assim como estados e municípios.

Por mais que a palavra “quebrado” tenha sido utilizada para indicar uma situação difícil e não a falência propriamente dita, o diagnóstico apresentado pelo renomado economista preocupa. Principalmente quando se constata a situação de consecutivos e bilionários déficits nas contas da União, a dificuldade de diversos estados pagar suas dívidas com a União e o aumento exponencial da dívida pública.

Nesse contexto, que é o quadro atual, o diagnóstico apresentado pelo ex-presidente do Banco Central ganha o sólido e incontestável respaldo dos fatos.

Analizando a situação financeira do Brasil hoje, pode-se verificar sem muito esforço que o elemento principal, a espinha dorsal do problema, chama-se dívida pública, cujo custo consome metade do orçamento anual da União.

O estoque de dívida interna em 2016 já ultrapassa R\$3,9 trilhões. Do total da dívida 22,9% estão nas mãos das instituições financeiras e 21,3% com os fundos de investimentos. Juntos, são os principais credores.

Pesquisando na página do Tesouro Nacional na internet, encontra-se a afirmação de que o objetivo da gestão da Dívida Pública Federal é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo,



respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

A afirmação é até interessante. Todavia, necessário questionar se o objetivo projetado está de fato sendo atingido. Para realizar essa análise, fundamental conhecer a evolução da dívida pública federal nos últimos anos. Com um aumento em 12 anos de quase R\$ 2 trilhões, a resposta dificilmente pode ser positiva. Além disso, fica a pergunta: Onde o Governo Federal investiu todo esse dinheiro?

Olhando a realidade brasileira, o que enxergamos é a deterioração dos serviços públicos, a falta de infraestrutura, sucateamento das malhas ferroviárias e rodoviárias existentes, falta de tratamento de esgoto e risco frequente de apagão.

Efetivamente esse dinheiro todo não foi investido em prol da sociedade brasileira. Não conseguimos visualizar a contrapartida de investimentos que corresponda a esse exponencial crescimento do endividamento nos últimos 12 anos.

O que está acontecendo, de fato, é que os gestores da dívida pública estão contraindo nova dívida para pagar grande parte dos juros e realizar a “rolagem” da dívida ou refinanciamento, que na verdade não significa mera troca de títulos que estão vencendo por títulos com vencimento futuro. Não se trata de simples permuta, mas novas operações em novas condições, com nova taxa de juros e sujeitas ao pagamento de novas comissões.

Quando os gestores da dívida contratam nova dívida para pagar a dívida que está vencendo, eles transformam juros vencidos em uma nova dívida sobre a qual vai incidir novos juros. É o que se chama “juros sobre juros” ou anatocismo. Nesse cenário, o aumento da dívida se alimenta da evolução e do pagamento da própria dívida.

Considerando que no Brasil as taxas de juros frequentam com severa assiduidade o topo do pódio mundial nesse quesito, podemos concluir que administrar a dívida pública lançando mão



do expediente de contrair dívida para pagar a dívida que está vencendo, não é um bom negócio para o contribuinte brasileiro.

Temos, portanto, a construção de uma dívida de juros sobre juros que ganhou vida própria, entrou em ciclo automático e seu aumento em nada beneficia a população. Os juros da dívida de ontem se tornam capital da dívida de hoje que, por sua vez, será integrado ao capital da dívida do amanhã. É uma espiral sem fim.

Esse aumento substancial e constante do valor da dívida poderá acarretar em futuro próximo maiores riscos de refinanciamento, o que imporá cada vez mais a manutenção de taxas de juros em patamares elevados e total impossibilidade de redução da carga tributária. Situação que poderá consolidar o diagnóstico sombrio proferido pelo economista Armínio Fraga, ou seja, a situação limite do Tesouro Nacional, a insolvência.

O Governo Federal precisa reconhecer que o atual sistema de gestão da dívida pública não atende aos interesses dos contribuintes brasileiros.

Com quase 50% do orçamento federal comprometido com o pagamento de juros e refinanciamento da dívida, o governo já não tem mais condições de fazer frente aos gastos e a população já não tolera nem suporta aumento de impostos.

Mesmo diante desse cenário caótico, a nova equipe econômica nada fala a respeito da reestruturação da dívida pública. Ao contrário, trata esse assunto como dogma.

Não estamos falando em dar calote na dívida, mais sim modificar a forma de administrá-la.

Podemos iniciar a crítica ao sistema propondo uma reflexão a respeito da manutenção do sistema de *dealers* hoje estabelecido.

Os *dealers* são instituições financeiras credenciadas pelo Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos. Atualmente, o Tesouro Nacional possui 12 *dealers*, dos quais dez são bancos e dois são corretoras ou distribuidoras independentes.



A palavra *dealers* pode ser traduzida como comerciante, negociador, distribuidor ou intermediário. No sistema financeiro nacional, a tradução para intermediário seria a mais indicada.

Outro passo seria proporcionar a ampliação do conhecimento da população a respeito do tema. Quase todas as pessoas que entendem com profundidade o funcionamento dos mecanismos da dívida pública ou trabalham no mercado financeiro, no Tesouro Nacional ou no Banco Central. Há muito pouco conhecimento fora desses ambientes. Até a imprensa carece de profissionais com conhecimento aprofundado sobre o tema.

Tornar mais acessível o conhecimento dos mecanismos de gestão da dívida pública é fundamental, visto que os impactos das decisões tomadas nessa esfera atingem diretamente a população brasileira, que é a principal interessada na boa gestão da dívida, visto que será ela quem pagará a conta final.

Caso o Governo Federal não adote medidas para frear o aumento galopante da dívida e reformular o modelo de gestão hoje estabelecido, seguramente o País prosseguirá sem recursos para investimentos, cada dia mais terá que vender patrimônio e o contribuinte brasileiro continuará expectador passivo do aumento exponencial de uma dívida que alguém está construindo para depois a sociedade pagar.

A análise da execução do orçamento da União em 2015 nos mostra o caminho do gasto do dinheiro do contribuinte: 3,91% foi gasto com educação; 4,14% com saúde; 22,49% com a previdência social e 42,43% com juros e amortizações da dívida pública.

Para o orçamento da União de 2016, foi autorizado R\$ 304 bilhões para o pagamento de juros e encargos da dívida. Já para o pagamento de amortização/refinanciamento da dívida foi reservado R\$ 1, 044 trilhão. Isso mesmo, 1 trilhão e 44 bilhões de reais. Apenas para ilustrar a dimensão dos valores, observamos que para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, foi reservado no orçamento de 2016, R\$ 3 bilhões.



A atual equipe econômica do Governo, diante da realidade de que a União está gastando mais do que arrecada, tem apresentado diversas propostas para cortar gastos da União, visto que o contribuinte não concordou com a sondagem inicial de aumento de impostos.

Todavia, em todas as fórmulas apresentadas não está incluída uma proposta de modernização de gestão e racionalização dos gastos com a dívida interna da União. Que, como foi visto, consome quase 50% do orçamento Federal.

Será que a administração da dívida pública no Brasil está sendo feita de forma tão espartana, tão eficiente, que nada pode ser feito para diminuir os gastos da União nessa esfera?

Com o pedido da auditoria esperamos ter elementos para, sendo necessário, poder contribuir de forma objetiva com a construção de um sistema eficiente de gestão da dívida pública.

Sala das Sessões,

SENADOR ALVARO DIAS
Líder do PV no Senado



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,95) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,94)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,95)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (88,96) Davi Alcolumbre (89,98) Ataídes Oliveira (85)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,82)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,81) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,80)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,81)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,82)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (87) Rose de Freitas (86)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (89,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (88,96)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
87. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽²⁾
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice-presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. VAGO (26,27,39,45,56)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

*** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

***** Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

***** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).

2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO ^(4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.



3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

